cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.17 05:44:31 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 17 de março de 2023 • Nº 1521 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

São José

PÁGINA 6

EXTORSÃO

Bancos suspendem crédito consignado

Depois que o Conselho Nacional de Previdência Social aprovou na segunda-feira passada a queda dos juros do empréstimo consignado do INSS, uma série de bancos começou a suspender suas operações de empréstimo na modalidade. Na lista estão instituições como Bradesco, Pan, Banco Mercantil do Brasil e C6 Bank. A onda confirma previsões que executivos do setor já vinham fazendo nos últimos dias de que havia um risco de corte na oferta do produto. Com a redução de 2,14% ao mês para 1,7% no teto do empréstimo pessoal, a avaliação entre executivos do setor é que a margem do produto tende a ficar negativa, o que pode tornar inviável a concessão de crédito para uma parte dos aposentados, especialmente aqueles que concentram maior risco de inadimplência, ou seja, os que têm renda menor e a camada mais idosa. As centrais sindicais reagiram à decisão dos bancos de suspender o empréstimo consignado do INSS. PÁGINA 2

CNI

Produção industrial tem menor índice desde 2017

A atividade industrial segue em tendência de desaquecimento neste início de 2023 - o indicador caiu 2,7 pontos. Os dados da Sondagem Industrial, levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados ontem, mostram quedas nos índices de produção e emprego, respectivamente, de 47,9 pontos para 45,2 pontos e de 49,2 pontos para 48,5 pontos, de janeiro para fevereiro. De acordo com a CNI, esses indicadores variam de zero a 100 e quanto mais distante da linha de corte, em direção ao zero, maior e mais disseminado é o recuo. Apesar de ser comum para o período, este ano a queda da produção e do emprego foi mais intensa do que nos anos anteriores. PÁGINA 2

STF

Lewandowski suspende parte da Lei das Estatais

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski (**foto**) decidiu ontem suspender parte da Lei das Estatais, norma aprovada em 2016 para proibir indicações de pessoas ligadas diretamente a governos e com ligação direta com partidos políticos para a diretoria de empresas públicas. Na decisão, o ministro suspendeu o trecho da norma que impedia ministros de Estado e secretários estaduais e municipais de atuarem nas diretorias e nos conselhos de administração de estatais. Lewandowski afirmou ainda na decisão que continua proibida a indicação de pessoas que ainda participam da estrutura decisória de partidos ou que possuem trabalho vinculado às legendas e à campanhas políticas. A constitucionalidade da lei estava sendo julgada nesta semana no plenário virtual da Corte, mas Lewandowski atendeu ao pedido liminar feito pelo PCdoB, autor da ação, após pedido de vista feito pelo ministro André Mendonça para suspender o julgamento. PÁGINA 2

ONU

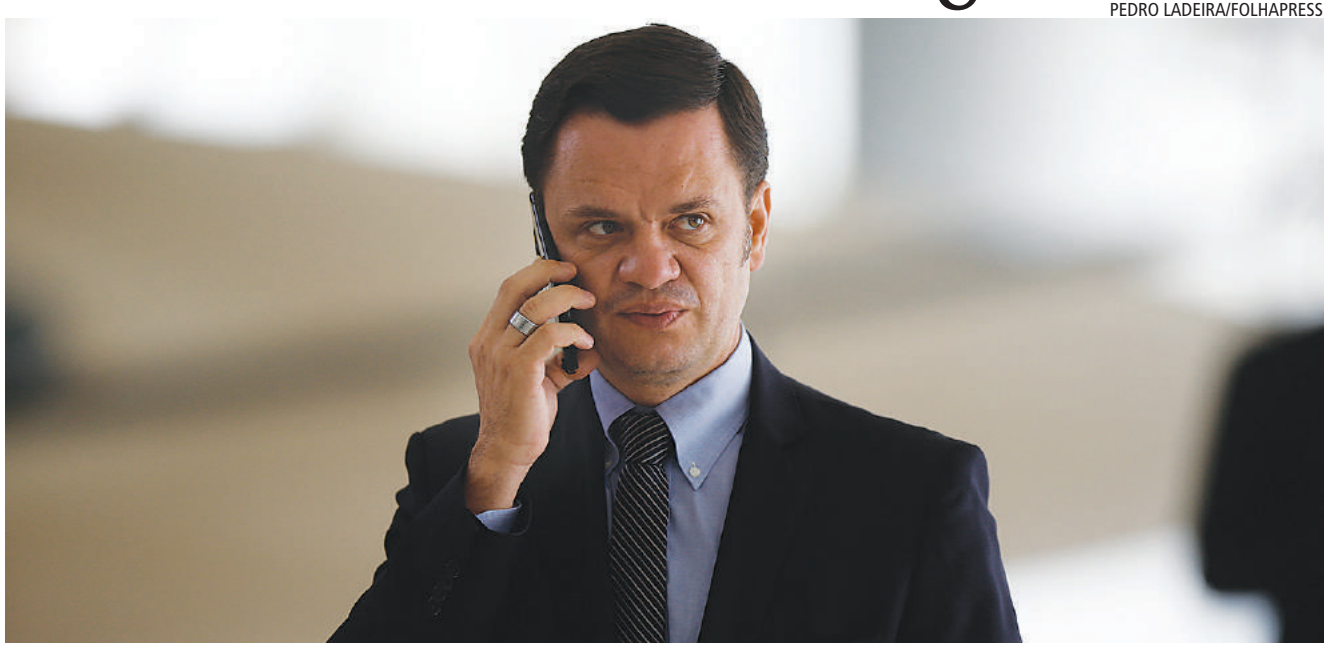
Produção de cocaína atinge níveis recordes

Após observar o impacto das medidas restritivas da pandemia de Covid-19, a oferta de cocaína disparou nos últimos anos e atingiu níveis recordes, aponta relatório da ONU divulgado ontem. O fenômeno se deve ao aperfeiçoamento do processo de fabricação da droga, e ao aumento da demanda e do cultivo de coca, que cresceu 35% entre 2020 e 2021 --o maior salto desde 2016. De acordo com a ONU, em 2020 foram produzidas cerca de 2.000 toneladas de cocaína -em 2014, quando a produção entrou em ciclo de crescimento, esse número não chegava à metade dos níveis atuais. Já a área de plantação de coca, matéria-prima da droga, dobrou entre 2013 e 2017, atingiu um pico em 2018. PÁGINA 6

MINUTA GOLPISTA

Torres depõe em ação que mira 'Bolsonaro inelegível'

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS



O ex-ministro da Justiça Anderson Torres (**foto**) afirmou em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral que desconhece a autoria da minuta golpista apreendida em sua casa durante busca da Polícia Federal em inquérito sobre os ataques de 8 de janeiro. De acordo com a defesa de Torres, ele reafirmou o que falou em depoimento à PF em fevereiro que a minuta golpista era descartável e "sem viabilidade jurídica". "Essa pseudo-minuta, para mim, era um lixo", disse. Torres foi interrogado na ação que mira Jair Bolsonaro pelos ataques ao sistema eleitoral em reunião com embaixadores no Alvorada. PÁGINA 5

INTELIGÊNCIA DO MAL

Abin: PF abre inquérito para investigar espionagem

A Polícia Federal (PF) determinou ontem a instauração de um inquérito para investigar denúncias de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou celulares de milhares de brasileiros durante os três primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. A informação foi publicada pelo jornal O Globo na última terça-feira (14) e confirmada pela Abin no dia seguinte. Segundo a agência, o contrato de uso do software de localização teve início no final de 2018, ainda no governo Michel Temer, e foi encerrado em 8 de maio de 2021. O programa, chamado FirstMile, foi comprado por R$ 5,7 milhões da empresa israelense Cognyte, com dispensa de licitação. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 0,74% / 103.434,66 / 759,21 / Volume: R$ 26.601.323.867 / Negócios: 4.031.048

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	6.76	+13.04	+0.78
PETZ ON NM	6.82	+8.08	+0.51
CVC BRASIL ON NM	3.32	+8.14	+0.25
HAPVIDA ON NM	2.64	+4.76	+0.12
LOCALIZA ON NM	55.79	+5.46	+2.89

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
TAESA UNT N2	35.75	–4.03	–1.50
ENEVA ON NM	11.37	–3.07	–0.36
VIA ON NM	2.06	–2.83	–0.06
ENGIE BRASILON NM	40.91	–2.76	–1.16
REDE D OR ON NM	23.250	–2.19	–0.520

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON ED NM	81.75	+0.37	+0.30
PETROBRAS PN N2	23.26	–0.34	–0.08
BRADESCO PN N1	13.91	+2.81	+0.38
ITAUUNIBANCOPN N1	24.03	+1.65	+0.39
PETRORIO ON NM	31.70	+1.77	+0.55

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	32.246,55	+1,17
NASDAQ Composite	11.717,276	+2,48
Euro STOXX 50	4.124,07	+2,37
CAC 40	7.025,72	+2,03
FTSE 100	7.410,03	+0,89
DAX 30	14.967,1	+1,57

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 3,7053
Taxa Selic (01/02)	13,75%
Poupança 3 17/3)	0,74%
TR (prefixada) (mar./23)	0,2392%
IGP-M	-0,06% (fev.)
IPCA	0,84% (fev.)
CDI	0,61 até o dia 16/mar.
OURO BM&F/grama	R$ 317,80
EURO Comercial	Compra: 5,5603 Venda: 5,5609
EURO turismo	Compra: 5,6228 Venda: 5,8028
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,2886 Venda: 5,2892
DÓLAR comercial	Compra: 5,2386 Venda: 5,2392
DÓLAR turismo	Compra: 5,2708 Venda: 5,4508

MERCADOS

Bovespa sobe com juros no Brasil e ajuda a bancos no exterior

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta e o dólar em queda ontem, seguindo a tendência vista nos mercados americano e europeu. A ajuda ao Credit Suisse, anunciada na noite de quarta-feira, e à tarde, a confirmação do auxílio de grandes bancos americanos ao First Republic Bank serviram para injetar otimismo no mercado.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou o dia em alta de 0,73%, a 103.433 pontos. O dólar comercial à vista encerrou com queda de 1,05%, a R$ 5,238, depois de bater na cotação de R$ 5,31 no começo do pregão.

No mercado de juros, as taxas tiveram altas moderadas, com os investidores reagindo à decisão do BCE (Banco Central Europeu) de aumentar em 0,50 ponto os juros na Zona do Euro.

Nos contratos com vencimento para janeiro de 2024, a taxa avançou dos 12,96% ao ano no fechamento de quarta-feira para 13,03%. Para janeiro de 2025, os juros subiram de 12,07% para 12,16%. No vencimento de janeiro de 2027, a taxa avançou de 12,52% para 12,58%.

A ação do Credit Suisse, negociada na Bolsa de Zurique, chegou a subir mais de 40% no começo do dia, mas fechou em alta de 19,15%.

O banco anunciou nesta quarta que irá tomar emprestado cerca de US$ 54 bilhões (50 bilhões de francos suíços, ou R$ 284 bilhões) do Swiss National Bank (SNB, o banco central da Suíça), em uma medida que chamou de "ação decisiva" para fortalecer sua liquidez.

Em Nova York, o Dow Jones fechou em alta de 1,17. O S&P 500 avançou 1,76%, e o Nasdaq subiu 2,48%.

Na Europa, o índice Euro Stoxx 600 fechou o dia em alta de 1,19%. O FTSE 100, em Londres, teve avanço de 0,89%. Em Paris, o índice CAC 40 subiu 2,03%, e em Frankfurt, na Alemanha, o DAX fechou o dia com ganhos de 1,57%.

CNI

Produção industrial registra menor índice desde 2017

A atividade industrial segue em tendência de desaquecimento neste início de 2023 - o indicador caiu 2,7 pontos. Os dados da Sondagem Industrial, levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgados ontem, mostram quedas nos índices de produção e emprego, respectivamente, de 47,9 pontos para 45,2 pontos e de 49,2 pontos para 48,5 pontos, de janeiro para fevereiro.

De acordo com a CNI, esses indicadores variam de zero a 100 e quanto mais distante da linha de corte, em direção ao zero, maior e mais disseminado é o recuo. Apesar de ser comum para o período, este ano a queda da produção e do emprego foi mais intensa do que nos anos anteriores.

"A produção costuma recuar mesmo na passagem de janeiro para fevereiro, porém, de 2017 para cá, este foi o menor índice. O número também é menor que a média histórica para o mês, com 46,5 pontos", disse o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

OTIMISMO MODERADO

Na passagem de fevereiro para março de 2023, os índices de expectativa para os próximos seis meses mudaram pouco, segundo o levantamento. Apesar de seguirem acima dos 50 pontos, de uma forma geral, todos são inferiores às suas respectivas médias históricas, o que significa um otimismo moderado.

O índice de intenção de investimento ficou em 53,6 pontos em março de 2023, e apresenta um recuo de 0,4 ponto na comparação com fevereiro. Porém, segue acima da média histórica de 51,5 pontos e revela intenção de investir acima do usual.

A Sondagem Industrial é uma pesquisa mensal que ouve pequenas, médias e grandes indústrias para avaliar evolução da produção; número de empregados; utilização média da capacidade instalada; nível de estoques e estoque efetivo em relação ao planejado; expectativas e intenção de investimento. Foram consultadas 1.637 empresas entre 1º e 9 de março de 2023.

EXTORSÃO

Bancos suspendem consignado do INSS após corte nos juros

Depois que o Conselho Nacional de Previdência Social aprovou na segunda-feira passada a queda dos juros do empréstimo consignado do INSS, uma série de bancos começou a suspender suas operações de empréstimo na modalidade.

Na lista estão instituições como Bradesco, Pan, Banco Mercantil do Brasil e C6 Bank. A onda confirma previsões que executivos do setor já vinham fazendo nos últimos dias de que havia um risco de corte na oferta do produto.

Com a redução de 2,14% ao mês para 1,7% no teto do empréstimo pessoal, a avaliação entre executivos do setor é que a margem do produto tende a ficar negativa, o que pode tornar inviável a concessão de crédito para uma parte dos aposentados, especialmente aqueles que concentram maior risco de inadimplência, ou seja, os que têm renda menor e a camada mais idosa.

SINDICALISTAS REAGEM

As centrais sindicais reagiram à decisão dos bancos de suspender o empréstimo consignado do INSS. "As centrais manifestam sua indignação e condenam veementemente a chantagem dos bancos de suspenderem a modalidade de crédito consignado para aposentados, após a redução das taxas por parte do Conselho Nacional da Previdência Social. Essa atitude dos bancos demonstra que a sede por lucros não tem limites, e é inaceitável que os aposentados e pensionistas sejam prejudicados dessa forma", afirma o texto assinado pelos presidentes de centrais como CUT, Força Sindical, UGT.

ITAIPU

Lula: novo tratado buscará desenvolver Brasil e Paraguai

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem que a renovação do Tratado de Itaipu, com o Paraguai, levará em conta a responsabilidade do Brasil no desenvolvimento da região e dos países vizinhos. "Faremos um novo tratado que será muito benéfico para a manutenção do desenvolvimento do Paraguai, do desenvolvimento do Brasil, e para a manutenção dessa relação cordial e harmoniosa do povo brasileiro e o povo do Paraguai", disse Lula.

Ao lado do presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, Lula discursou em Foz do Iguaçu (PR) na cerimônia de posse do ex-deputado federal e economista Enio Verri (PT) como diretor-geral brasileiro da usina hidrelétrica Itaipu Binacional, com mandato até maio de 2027.

Verri assume Itaipu em um momento de renegociação. O Brasil e Paraguai iniciam neste ano uma renegociação do Anexo C do tratado bilateral, que rege a estrutura financeira da empresa e de comercialização da energia da usina. A renegociação do Anexo C ocorre após a quitação da dívida contraída há quase 50 anos para a construção da usina, em 28 de fevereiro. A expectativa é que as partes comecem as negociações no segundo semestre, após a eleição presidencial no Paraguai.

Em seu discurso, Lula defendeu a importância da Itaipu para o desenvolvimento regional e citou as comunidades indígenas que estão na área de influência da usina. Também defendeu a retomada da Unila, a Universidade da América Latina. "Fiquei com muita tristeza porque passei de helicóptero e parece um prédio abandonado. Depois que deixei a presidência, pouca coisa foi feita. Vamos reconstruir a Unila", disse ele.

Disse ainda que a usina jamais teria sido construída hoje da forma como foi. "Hoje todos temos clareza que não teríamos feito o lago cobrir Sete Quedas como naquela época. Naquele tempo, não existia a compreensão climática que existe hoje", discursou.

Na cerimônia, estavam presentes parlamentares, ministros, prefeitos da região e a primeira-dama, Rosângela Silva, a Janja, que trabalhou por mais de 15 anos na Itaipu. Em missão oficial na Ásia, o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), não participou e foi representado pelo vice, Darci Piana. A cerimônia foi realizada no Cineteatro dos Barrageiros da usina. O local estava lotado com funcionários da hidrelétrica.

Reeleito deputado federal pelo Paraná em outubro, Enio Verri precisou renunciar ao mandato para assumir o comando de Itaipu. A renúncia foi lida no plenário da Câmara na terça-feira passado. Seu substituto na Casa será o ex-deputado estadual Elton Welter (PT).

Na Itaipu, Verri entra no lugar do almirante Anatalicio Risden Junior, que estava no cargo desde fevereiro de 2022 e foi também diretor financeiro executivo da binacional. Durante seu discurso nesta quinta-feira (16), Verri elogiou o almirante, que "conduziu a transição de maneira elegante".

Nascido em Maringá, sua principal base eleitoral, Enio Verri, 61, é economista e professor aposentado do Departamento de Economia da UEM (Universidade Estadual de Maringá). Já foi secretário municipal na prefeitura de Maringá e secretário estadual no governo do Paraná, na gestão de Roberto Requião. Também já exerceu mandatos como deputado estadual e federal. Esta foi a primeira passagem por Lula no Paraná desde o início do seu terceiro mandato no Planalto.

STF

Ministro Ricardo Lewandowski suspende parte da Lei das Estatais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski decidiu ontem suspender parte da Lei das Estatais, norma aprovada em 2016 para proibir indicações de pessoas ligadas diretamente a governos e com ligação direta com partidos políticos para a diretoria de empresas públicas.

Na decisão, o ministro suspendeu o trecho da norma que impedia ministros de Estado e secretários estaduais e municipais de atuarem nas diretorias e nos conselhos de administração de estatais.

Lewandowski afirmou ainda na decisão que continua proibida a indicação de pessoas que ainda participam da estrutura decisória de partidos ou que possuem trabalho vinculado às legendas e à campanhas políticas.

A constitucionalidade da lei estava sendo julgada nesta semana no plenário virtual da Corte, mas Lewandowski atendeu ao pedido liminar feito pelo PCdoB, autor da ação, após pedido de vista feito pelo ministro André Mendonça para suspender o julgamento. Na decisão, o ministro disse que a lei restringiu as indicações para as estatais.

"Não obstante os bem-intencionados propósitos do legislador nesse aspecto, a Lei das Estatais, ao que tudo indica, foi muito além das limitações já positivadas no ordenamento jurídico, criando hipóteses de vedação à escolha de administradores, que funcionam como impedimento absoluto à nomeação", escreveu.

A liminar está valendo, mas será levada para julgamento definitivo no plenário virtual da Corte. A data ainda não foi marcada.

MINAS E ENERGIA

Governo indica novos candidatos para conselhos da Petrobras

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Ministério de Minas e Energia enviou à Petrobras os nomes de mais sete candidatos que vão concorrer aos conselhos de Administração (CA) e Fiscal (CF) da Petrobras. Para o CA, foram indicados Renato Campos Galuppo, Anelize Lenzi Ruas de Almeida e Evamar José dos Santos.

O governo já tinha indicado, em 8 de março, oito nomes para oito vagas destinadas à União no CA: Pietro Adamo Sampaio Mendes (candidato a presidente do CA), Jean Paul Prates (presidente da estatal), Carlos Eduardo Turchetto Santos, Vitor Eduardo Saback, Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira, Wagner Victer, Sergio Machado e Suzana Kahn.

No entanto, para sejam considerados candidatos na Assembleia Geral de Acionistas, os nomes precisam passar pelos órgãos de governança interna da Petrobras, onde são analisados requisitos legais e de gestão e integridade.

Nesse processo, podem ser constatados impedimentos para que os indicados integrem os conselhos da empresa. Para evitar que haja um atraso na realização da assembleia, a União enviou o nome de mais três indicados que possam substituir possíveis impedidos na lista original.

Renato Galuppo é advogado e foi assessor jurídico da Câmara dos Deputados de 2007 a 2021. Anelize de Almeida também é bacharel em Direito e atua na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desde 2006, tendo assumido o cargo de procuradora-geral em janeiro deste ano.

Já Evamar José dos Santos é formado em Administração de Empresas e foi servidor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais por 37 anos, onde chegou ao cargo de diretor-geral adjunto.

CONSELHO FISCAL

Para o CF, foram indicados Daniel Cabaleiro Saldanha e Cristina Bueno Camatta, como membros titulares, e de Gustavo Gonçalves Manfrim e Sidnei Bispo, como suplentes.

Daniel Saldanha, procurador do estado de Minas Gerais, foi subsecretário estadual de Relações Institucionais e procurador chefe da Procuradoria de Demandas Estratégicas.

Cristina Camatta, delegada da Polícia Federal (PF), é chefe da Comunicação Social da Superintendência da PF em Minas Gerais e chefe substituta da representação da Interpol no estado.

Entre os suplentes, Gustavo Manfrim é economista e atua como assessor especial de assuntos econômicos do Ministério de Minas e Energia, enquanto Sidnei Bispo é engenheiro eletrônico e já esteve nos conselhos de administração e fiscal de diversas empresas.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Duas Lagoas Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.540.237/0001-60

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**5.499**	**660**	**5.600**	**706**
Caixa e equivalentes de caixa	5.461	660	5.565	706
Contas a receber	2	–	–	–
Impostos a recuperar	35	–	35	–
Outros	1	–	–	–
Não circulante	**16.102**	**13.301**	**16.002**	**13.269**
Investimento	16.102	13.301	–	(28)
Imobilizado	–	–	16.002	13.297
Total do ativo	**21.601**	**13.961**	**21.602**	**13.975**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**103**	**15**	**104**	**31**
Contas a pagar	1	6	2	**21**
Impostos e contribuições a recolher	102	9	102	**10**
Não circulante	**–**	**2.778**	**–**	**2.778**
Obrigação com aquisição de investimento	–	2.778	–	2.778
Patrimônio líquido	**21.498**	**11.168**	**21.498**	**11.168**
Capital social	21.501	11.501	21.501	**11.501**
Prejuízos acumulados	(3)	(333)	(3)	**(333)**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**21.601**	**13.961**	**21.602**	**13.977**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**330**	**(312)**	**330**	**(312)**
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	**–**	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**330**	**(312)**	**330**	**(312)**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(30)	(209)	(31)	(209)
Resultado com equivalência patrimonial	(59)	(50)	(21)	(25)
Outras despesas operacionais	**(11)**	**(25)**	**(48)**	**(50)**
	(100)	**(284)**	**(100)**	**(284)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	(100)	(284)	(100)	(284)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	682	26	682	26
Despesas financeiras	(162)	(53)	(162)	(53)
	520	**(27)**	**520**	**(27)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**420**	**(312)**	**420**	**(312)**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(90)	–	(90)	–
	(90)	**–**	**(90)**	**–**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**330**	**(312)**	**330**	**(312)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020	8.501	(21)	8.480
Aumento de capital	3.000	–	3.000
Prejuízo do exercício	–	(312)	(312)
Saldos em 31/12/2021	11.501	(333)	11.168
Aumento de capital	**10.000**	–	**10.000**
Lucro líquido do exercício	–	**330**	**330**
Saldos em 31/12/2022	**21.501**	**(3)**	**21.498**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	330	(312)	330	(312)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa				
Resultado de equivalência patrimonial	59	50	21	25
Atualização monetária obrigação com aquisição de investimento	128	–	128	–
Redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(2)	–	–	–
Impostos a recuperar	(84)	–	(84)	–
Outros	(1)	2	–	–
Aumento nos passivos operacionais				
Contas a pagar	(5)	(1)	(19)	15
Impostos e contribuições a recolher	93	9	94	8
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**518**	**(252)**	**470**	**(264)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em empresas investidas	(2.811)	(309)	–	–
Pagamento referente a aquisição de investimentos	(2.906)	–	(2.906)	–
Aquisição de ativos	–	(2.767)	–	(2.767)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	–	–	(2.705)	(252)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(5.717)**	**(3.076)**	**(5.611)**	**(3.019)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	10.000	3.000	10.000	3.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	10.000	3.000	10.000	3.000
Aumento (Redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**4.801**	**(328)**	**4.859**	**(283)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	660	988	706	988
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5.461	660	5.565	705
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	4.801	(328)	4.859	(283)
Informações complementares: Valores pagos de IR:	8	–	8	–
Valores pagos de CS:	28	–	28	–
Informações complementares				
Aquisição de ativos – sem efeito caixa	–	745	–	745

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferrreira da Silva – Controller CRC: 1SP 217225/O-5

Carlos Gustavo Nogari Andriolli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Kleber Ribeiro Cosenza – Diretor CPF: 158.813.856-91

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Geração Bioeletricidade Holding S.A. e suas Controladas

CNPJ/MF nº 15.012.353/0001-89

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**22.992**	**17.142**	**28.405**	**40.204**
Caixa e equivalentes de caixa	134	316	4.613	10.022
Contas a receber	17.600	14.000	19.741	27.074
Dividendos a receber	5.135	2.672	–	–
Impostos a recuperar	123	154	3.096	2.231
Despesas antecipadas	–	–	953	873
Outros	–	–	2	4
Não circulante	**401.455**	**444.470**	**412.881**	**443.824**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	880	–	–
Investimento	401.455	443.590	–	–
Imobilizado	–	–	412.447	443.660
Arrendamento	–	–	160	–
Outros	–	–	274	164
Total do ativo	**424.447**	**461.612**	**441.286**	**484.028**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante	**6.683**	**9.145**	**22.300**	**31.396**
Contas a pagar	6.683	9.145	14.319	23.467
Empréstimos e financiamentos	–	–	3.000	3.000
Impostos e contribuições a recolher	–	–	925	1.107
Arrendamento	–	–	89	–
Outras contas a pagar	–	–	3.967	3.822
Não circulante	**–**	**–**	**1.222**	**165**
Provisão para contingências	–	–	1.115	165
Arrendamento	–	–	107	–
Patrimônio líquido	**417.764**	**452.467**	**417.764**	**452.467**
Capital social	420.616	533.870	420.616	533.870
Prejuízos acumulados	(2.852)	(81.403)	(2.852)	(81.403)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**424.447**	**461.612**	**441.286**	**484.028**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo do exercício	**(2.851)**	**(81.403)**	**(2.851)**	**(81.403)**
Ajustes para conciliação do (prejuízo) lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização do ágio alocado	3.102	3.454	23.770	31.168 8
Encargos financeiros, líquidos	–	–	–	(6)
Baixa de ativo imobilizado	–	–	616	461
Juros sobre arrendamento	–	–	27	–
Depreciação sobre arrendamento	–	–	94	–
Resultado de equivalência patrimonial	(7.782)	73.705	–	–
Impairment mais valia	6.962	3.750	15.301	81.314
Provisão para contingências	–	–	950	22
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(3.600)	(14.000)	7.333	(1.819)
Impostos a recuperar	32	(28)	(865)	(557)
Despesas antecipadas	–	–	(80)	(873)
Outros	–	–	(108)	2.684
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	(2.462)	5.443	(9.148)	5.091
Impostos e contribuições a recolher	–	(4)	(182)	(156)
Outras contas a pagar	–	–	144	3.822
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(6.599)	(9.083)	35.001	39.748
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	10.689	24.357	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida	–	(880)	–	–
Redução de capital em empresas investidas	27.600	37.023	–	–
Aumento de capital em empresas investidas	(21)	–	–	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	–	–	(8.474)	(5.703)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	38.268	(60.5000)	(8.474)	(2.683)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Redução de capital social	(31.851)	(51.350)	(31.851)	(51.350)
Pagamento de arrendamento – principal	–	–	(85)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(31.851)	(51.350)	(31.936)	(51.350)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(182)**	**67**	**(5.409)**	**(14.285)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	316	249	10.022	24.307
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	134	316	4.613	10.022
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(182)	67	(5.409)	(14.285)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:	–	3	2.198	1.603
Valores pagos de CS:	–	2	1.094	839

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita operacional líquida	**–**	**–**	**98.347**	**174.385**
Custo de geração de energia	–	–	(92.251)	(168.782)
(Prejuízo) Lucro bruto	–	–	6.096	5.603
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(3.725)	(4.071)	(5.174)	(5.964)
Resultado com equivalência patrimonial	7.782	(73.705)	–	–
Outras despesas operacionais	(6.963)	(3.749)	(3.132)	(80.369)
	(2.906)	**(81.525)**	**(8.306)**	**(86.333)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**(2.906)**	**(81.525)**	**(2.210)**	**(80.730)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	59	129	1.471	2.090
Despesas financeiras	(4)	(7)	(134)	(272)
	55	**122**	**1.337**	**1.818**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2.851)**	**(81.403)**	**(873)**	**(78.912)**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	–	–	(1.978)	(2.491)
	–	**–**	**(1.978)**	**(2.491)**
Prejuízo do exercício	**(2.851)**	**(81.403)**	**(2.851)**	**(81.403)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	686.717	(101.497)	585.220
Redução de capital para absorção do prejuízo acumulado	(101.497)	101.497	–
Redução de capital ocorrido no exercício	(51.350)	–	(51.350)
Prejuízo do exercício	–	(81.403)	(81.403)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	533.870	(81.403)	452.467
Redução de capital para absorção do prejuízo acumulado	**(81.403)**	**81.403**	–
Redução de capital ocorrido no exercício	**(31.851)**	**–**	**(31.851)**
Prejuízo do exercício	–	(2.852)	(2.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**420.616**	**(2.852)**	**417.764**

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo do exercício	**(2.851)**	**(81.403)**	**(2.851)**	**(81.403)**
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**(2.851)**	**(81.403)**	**(2.851)**	**(81.403)**

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC: RJ-119036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP-217225/O-5

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (https://www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.199.675/0001-86

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	**2022**	**2021**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.921	9.339
Contas a receber	4.438	4.667
Estoques	740	637
Impostos a recuperar	594	341
Despesas antecipadas	267	215
Outros	2	1
Total do ativo circulante	**9.962**	**15.200**
Não circulante		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7.953	7.798
Imobilizado	196.231	203.434
Arrendamento	45	76
Outros	445	446
Total do ativo não circulante	**204.674**	**211.754**
Total do ativo	**214.636**	**226.954**

Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Contas a pagar	2.045	2.716
Empréstimos e financiamentos	7.824	7.760
Impostos e contribuições a recolher	699	426
Dividendos a pagar	–	1.714
Arrendamento	74	82
Outras contas a pagar	212	201
Total do passivo circulante	**10.854**	**12.899**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	99.178	105.703
Provisões para contingências	**1**	1
Arrendamento	–	18
Total do passivo não circulante	**99.179**	**105.722**
Patrimônio líquido		
Capital social	96.744	96.744
Reservas de lucros	7.859	11.589
Total do patrimônio líquido	**104.603**	**108.333**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**214.636**	**226.954**

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	**2021**
Receita operacional líquida	**36.095**	**39.707**
Custo de geração de energia	(12.856)	(23.475)
Lucro bruto	23.239	16.232
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(380)	(77)
Outras despesas operacionais	(265)	(11)
	(645)	**(88)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**22.594**	**16.144**

Resultado financeiro	**2022**	**2021**
Receitas financeiras	2.580	1.009
Despesas financeiras	(9.897)	(8.267)
	(7.317)	**(7.258)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**15.277**	**8.886**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(2.007)	(1.668)
	(2.007)	**(1.668)**
Lucro líquido do exercício	**13.270**	**7.218**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	96.744	399	5.686	–	102.829
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.218	7.218
Constituição de reserva legal	–	361	–	(361)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.714)	(1.714)
Reserva de dividendos complementares	–	–	5.143	(5.143)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	96.744	760	10.829	–	108.333
Declaração de dividendo intermediário	**–**			**(6.172)**	**(6.172)**
Declaração do dividendo ocorrida no exercício	**–**		**(10.829)**	**–**	**(10.829)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	**13.271**	**13.271**
Constituição de reserva legal	–	**664**	–	**(664)**	–
Reserva de dividendos complementares	**–**	**–**	**6.435**	**(6.435)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**96.744**	**1.424**	**6.435**	–	**104.603**

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP-217225/O-5

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF: 071.000.747-70
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	**2021**
Lucro líquido do exercício	**13.270**	**7.218**
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**13.270**	**7.218**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**
Lucro líquido do exercício	13.270	7.218
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Depreciação de ativo imobilizado	7.725	7.579
Encargos financeiros, líquidos	9.745	8.117
Amortização de despesa de contratação de empréstimos	120	133
Baixa de ativo imobilizado	69	6
Depreciação de arrendamento	84	75
Juros sobre arrendamento	4	9
Extensão de outorga	–	(2.420)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	229	(414)
Estoques	(103)	(90)
Impostos a recuperar	(253)	(53)
Despesas antecipadas	(52)	(97)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(671)	190
Pagamento de contingências	–	(7)
Impostos e contribuições a recolher	273	(88)
Outras contas a pagar	11	201
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**30.451**	**20.359**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(155)	(4.022)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(591)	(497)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(746)**	**(4.519)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos	–	683
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(7.410)	(7.369)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(8.916)	(8.101)
Pagamento de arrendamento	(83)	(76)
Dividendos pagos	(18.714)	(1.895)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(35.123)**	**(16.758)**
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(5.418)**	**(918)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9.339	10.257
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	3.921	9.339
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(5.418)	(918)
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	989	1.066
Valores pagos de CS:	560	575

OUTONO HOJE: Xxxxxxxxx. Manhã Tarde Noite 31º 22º 5% 05:53 18:11

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 22/2023 no dia 29/03/2023 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de Etiquetas e Ribbon para impressora Zebra (ETIQUETA TÉRMICA ADESIVA PARA USO EM IMPRESSORA ZEBRA ZT230 E GX420T, ROLO.
-TIPO DE MATERIAL: BOPP BRANCO FOSCO
-DIMENSÕES DA ETIQUETA (ALTURA X LARGURA): 2,0 X 9,5 CM. LARGURA MÁXIMA DO ROLO: 10,5 CM
-QUANTIDADE DE COLUNAS: 1 COLUNA
-QUANTIDADE DE ETIQUETAS POR ROLO: 1000 ETIQUETAS
-DIÂMETRO DO TUBETE DE 2,5 A 7,5 CM, e etc.) Processo nº. 33409.009624/2022-72. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM – COOPTEC
Rua Uruguaiana, 10 / 1804 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.
CNPJ: 29.120.838/0001-09 - NIRE: 334.0005610-8
REGISTRO OCB: 33000202350001000800 6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, NA MODALIDADE DIGITAL, DE 28.03.2023.

A Presidente da COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM – COOPTEC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os cooperados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada na MODALIDADE Digital, no dia 28 de março de 2023, com primeira convocação às 13:00H com a presença de dois terços (2/3) dos cooperados; em segunda convocação às 14:00H com a presença de metade mais um em relação ao total de cooperados; e, em terceira e última convocação às 15:00H com, no mínimo, vinte por cento (20%) do total de sócios, exigida a presença de, no mínimo, quatro (4) sócios, conforme reza a Lei nº 12.690, de 2012, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Prestação de contas dos órgãos de Administração acompanhada de Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a. Relatório da Gestão correspondente ao exercício 2022; b. Balanço correspondente ao exercício 2022; c. Demonstração de sobras ou rateio das Perdas apuradas em 2022; d. Destinação das sobras ou perdas apuradas; 2. Eleição do Conselho Fiscal para o exercício 2023; 3. Eleição do Conselho de Administração para o mandato 2023/2026; 4. Remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal para o exercício 2023. NOTAS: 1. A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá na modalidade digital, através de uso de tecnologia de comunicação integradora entre os participantes, com uso e aplicação da Plataforma "Google Meet", sendo apontado o endereço físico da sociedade neste Edital somente para fins de referência. 2. Os cooperados participarão da Assembleia mediante atuação remota, via sistema eletrônico de participação e voto a distância por meio de plataforma digital, o qual será disponibilizado pela cooperativa. 3. O voto será aberto, aceitável a aclamação. 4. Poderão votar na assembleia somente os sócios ativos que estiverem rigorosamente em dia com suas obrigações societárias, aten derem plenamente o que reza o art. 9º do Estatuto Social e, também, que não estejam enquadrados em dispositivos restritivos do mesmo Estatuto. 5. As informações, registros, relatórios e documentos vinculados à ordem do dia da Assembleias Geral, ora em convocação, estarão disponíveis para os sócios dentro do prazo previsto em relação à instalação da Assembleia Geral que irá deliberar sobre as eleições para o Conselho Fiscal e para o Conselho de Administração e, junto ao Conselho de Administração da cooperativa para consulta e análise antes da instalação da assembleia. 6. As informações, registros, relatórios e documentos de que trata o item 5 destas notas, acima, não serão disponibilizados aberta ou publicamente pela cooperativa, em razão da legislação vigente sobre a proteção de dados. 7. Os sócios terão o prazo até as 17h59min do dia 23 de março de 2023 para sanar dúvidas ou requerer informações complementares, através dos canais digitais da sociedade, WhatsApp, pelo e-mail ago2023@cooptec.coop.br ou, alternativamente, direta e pessoalmente junto ao setor de Recursos Associativos da sociedade, em horário comercial, de segunda a sexta-feira. 8. A cooperativa deverá sanar dúvidas e apresentar documentos, relatórios e informações de que trata o item 6, acima, individualmente a cada sócio até às 17h59min do dia 24 de março de 2023, nos termos dos itens 5, 6 e 7, destas notas, acima. A partir deste prazo, tudo que se referir à assembleia será tratado somente dentro de cada ordem do dia. 9. Os Sócios terão até às 17h59min do dia 25 de março de 2023 para concluir a votação à distância, enviando o boletim de voto, para o e-mail ago2023@cooptec.coop.br. Os Boletins de Voto enviados à cooperativa depois deste prazo serão considerados nulos e, por consequência, serão descartados, com aviso do descarte do boletim, pela cooperativa ao sócio que não cumpriu o prazo de entrega previsto neste edital. 10. A sala da assembleia será instalada na plataforma digital "Google Meet" e o link de acesso à sala digital onde ocorrerá a assembleia será enviado direta e individualmente a cada sócio até vinte e quatro (24) horas antes da instalação da assembleia geral, através de e-mail, com cópia da informação assentada junto ao mural da sede da cooperativa. 11. Ao entrar na sala digital da assembleia, cada sócio deverá apresentar documento de identificação válido em todo o território nacional, com foto, até trinta (30) minutos antes da instalação da assembleia. 12. Os sócios que não estiverem rigorosamente em dia com suas obrigações societárias ou que não tiverem atendido plenamente o que reza o art. 9º do Estatuto Social e, também, que estejam enquadrados em qualquer dispositivo restritivo normativo para votar do Estatuto Social da cooperativa, poderão adentrar na sala digital, permanecer e assistir às assembleias sem direito a deliberar ou discutir sobre os assuntos constantes em cada Ordem do Dia e, para assistirem às assembleias, deverão contatar com o setor de Conselho de Administração da sociedade no prazo máximo de até uma hora antes da primeira convocação (12:00H do dia 28 de março de 2023) para receberem o acesso à sala digital, fazendo o pedido através dos canais digitais da sociedade, WhatsApp, pelo e-mail ago2023@cooptec.coop.br ou, também, direta e pessoalmente junto ao setor de Conselho de Administração da sociedade. 13. Para efeito de verificação de quórum, consideram-se cento e cinquenta e três (153) cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais e societários.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.
Renata Carneiro
Presidente do Conselho de Administração
COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM – COOPTEC

PRESA NO MARANHÃO

Sequestrador de menina deu a ela celular com 'app espião'

O homem preso sob suspeita de sequestrar e manter uma menina de 12 anos em cárcere privado no Maranhão começou a falar com vítima pela internet há dois anos, quando ela tinha apenas 10.

Nas conversas antigas encontradas pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, Eduardo Noronha, 25, já falava para a menina que tinha planos de morar com ela. Os dois se conheceram por meio de um aplicativo de compartilhamento de vídeos.

A criança, que mora na zona oeste da capital fluminense, foi encontrada, na terça-feira passada, trancada na quitinete onde mora o suspeito na periferia de São Luís. Ele foi preso em flagrante.

Segundo a delegada Ellen Souto, titular da DDPA (Delegacia de Descoberta de Paradeiros) do Rio, o homem negou ter estuprado a jovem, mas confessou, em depoimento, que a beijou "algumas vezes". Ele ainda pode responder por estupro de vulnerável, já que a legislação brasileira considera crime a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos.

Depois de passar oito dias longe da família, a menina reencontrou o pai ontem, ainda no Maranhão. Alessandro Santana foi buscar a filha junto com uma agente da Polícia Civil do Rio.

Após o resgate, a criança ficou sob os cuidados Conselho Tutelar da região da Vila Luizão, próximo onde a vítima foi encontrada. Ela esteve abrigada na Casa da Mulher Brasileira, um centro de referência no atendimento a mulheres em situação de violência em São Luís. No local, a menina recebeu atendimento psicológico e passou por exames.

No último dia 6, Eduardo encontrou a adolescente na porta da escola, em Sepetiba, na zona oeste do Rio, e a levou de carro até São Luís. Foram 3.100 km de viagem, em pelo menos dois dias dentro do veículo, numa corrida que custou R$ 4.000, segundo a polícia. Os investigadores ainda apuram se a viagem foi feita por um aplicativo de transporte individual ou se foi combinada com o motorista por fora.

A adolescente contou à polícia que Eduardo fez um documento falso para ela, a fim de que pudessem cruzar o país sem problemas. O documento, no entanto, não foi encontrado.

Ainda de acordo com as investigações, Eduardo deu à adolescente um celular novo e ficou com o aparelho da vítima, onde instalou um aplicativo espião para monitorar o que ela acessava.

No entanto, segundo a delegada Ellen Souto, a adolescente, conseguiu acesso a internet de uma loja em São Luís, na única oportunidade em que foi à rua com Eduardo, para comprar roupas. Nesse momento, a menina aproveitou para mandar uma mensagem à irmã, por uma rede social, o que facilitou a busca dos policiais ao local onde ela estava.

A criança disse à polícia que consentiu em embarcar num carro para a viagem até São Luís. Mas, ao chegar à quitinete e ficar trancada o dia inteiro, percebeu que estava sendo mantida em cárcere.

DOU

Homologação da concessão da área do Canecão é publicada no Diário Oficial

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A homologação da concessão de uso da área do Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro, onde funcionava a antiga casa de shows Canecão, foi publicada na edição de ontem do *Diário Oficial da União (DOU)*. O texto informa que a permissão é para a "implantação, operação e exploração de equipamento cultural multiúso e dos bens da concessão", que foi a leilão no último dia 2 de fevereiro.

A elaboração do certame coube ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O vencedor foi o consórcio Bônus-Klefer, composto pelas empresas Bônus Track Entretenimento Ltda e Klefer Produções e Promoções Ltda, com a oferta de R$ 4,35 milhões. O valor, destacou o BNDES, é cerca de sete vezes superior aos R$ 625 mil definidos pelo edital como valor de outorga mínima. Com o prazo de concessão de 30 anos, o total estimado de investimentos obrigatórios chega a R$ 180 milhões, que devem contribuir para melhorar a infraestrutura acadêmica da UFRJ.

O consórcio vencedor não foi o único a participar do certame. Teve como concorrente empresa W Torre Entretenimento e Participações, em uma disputa intensa. O BNDES informou naquele dia que o resultado só foi conhecido após o oitavo lance em viva-voz.

De acordo com o banco, o projeto prevê "a construção de um complexo cultural integrado por um local para espetáculos com capacidade mínima de três mil espectadores, uma galeria para exposições com pelo menos 320 metros quadrados e uma sala de ensaios com área mínima de 270 metros quadrados". Além disso, no quarto ambiente do complexo haverá o Espaço Ziraldo, com área mínima de 430 metros quadrados, destinado a exposições e a apresentações. Os equipamentos, conforme o BNDES, serão compartilhados entre o vencedor do leilão, que vai fazer a exploração comercial, e a universidade.

"A nova direção do Banco quer ampliar as estruturações de projetos junto às universidades e demais instituições federais de ensino superior", informou o diretor do BNDES, Nelson Barbosa, em texto publicado no *site* da instituição.

Em contrapartida, o consórcio terá que construir um restaurante universitário com capacidade para oferecer 2 mil refeições diárias e um prédio acadêmico para cerca de 4 mil estudantes, além da criação de espaços públicos arborizados no entorno.

Já a UFRJ, anualmente, poderá usar o Equipamento Cultural Multiúso por 50 dias, a galeria para exposições e a sala de ensaios por 90 e o Espaço Ziraldo por 275. Depois de concluída a concessão, todos esses empreendimentos culturais passarão para posse da universidade. "O projeto tem como pilar a valorização do patrimônio histórico e cultural, além da cultura e do lazer, na cidade do Rio de Janeiro. Também busca fortalecer as políticas de permanência estudantil, da pesquisa, do ensino e da extensão universitária da UFRJ", completou Nelson Barbosa, na nota divulgada pelo BNDES.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO COLÉGIO SANTO INÁCIO LTDA.
CNPJ: 02.447.184/0001-68 - NIRE JUCERJA 33400019237
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca os associados, que nesta data são em número de 339 (trezentos e trinta e nove), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a realizar-se no Auditório Antônio Vieira, situado à Rua São Clemente, 226 - Parte – Colégio Santo Inácio, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, no dia 31/03/2023, às 13:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em primeira convocação; às 14:00 horas, com a presença de metade mais um dos de associados, em segunda convocação; ou às 15:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária 1.** Reforma do Estatuto Social para adequá-lo as normas aprovados pela Lei Complementar 130/2009, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar 196/2022 e a edição da Resolução CMN n.º 5.051/2022, no seguinte artigo: Art. 43 Caput – Alteração da composição do Conselho Fiscal para três membros efetivos e um suplente, com a obrigatoriedade de renovação de pelo menos um membro efetivo a cada eleição. **Assembleia Geral Ordinária 1.** Prestação de contas do exercício de 2022; **2.** Destinação das Sobras ou Rateio das Perdas apuradas. **3.** Eleição dos componentes da Diretoria; **4.** Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **5.** Outros assuntos de interesse social.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023.
Renatta da Costa Macedo
Diretora Presidente

Companhia Canadense de Investimentos em Energia – COINCE

CNPJ/MF nº 05.494.917/0001-03

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	**73**	4.187	Contas a pagar	**1**	8
Dividendos a receber	**37.468**	66.161	Impostos e contribuições a recolher	**18**	3
Impostos a recuperar	**124**	88	Dividendos a pagar	**25.928**	52.536
Total do ativo circulante	**37.665**	70.436	**Total do passivo circulante**	**25.947**	52.547
			Patrimônio líquido		
Não circulante			Capital social	**94.886**	96.625
Investimento	**337.292**	357.869	Reservas de lucros	**108.773**	129.810
Total do ativo não circulante	**337.292**	357.869	Ajustes de avaliação patrimonial	**145.351**	149.323
			Total do patrimônio líquido	**349.010**	375.758
Total do Ativo	**374.957**	428.305	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**374.957**	428.305

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021		2022	2021
Receitas (despesas) operacionais			Despesas financeiras	**(42)**	(2)
Gerais e administrativas	**(36)**	(47)		**135**	30
Resultado com equivalência patrimonial	**114.272**	141.241	Lucro antes do imposto de renda		
	114.236	141.194	e da contribuição social	**114.371**	141.224
Lucro operacional antes do resultado			**Imposto de renda e contribuição social**		
financeiro e dos impostos	**114.236**	141.194	Corrente	**(16)**	–
Resultado financeiro				**(16)**	–
Receitas financeiras	**177**	32	Lucro líquido do exercício	**114.355**	141.224

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.600	19.920	82.308	153.295	–	355.123
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	(3.972)	3.972	–
Redução de capital	(2.975)	–	–	–	–	(2.975)
Reversão da reserva legal	–	(595)	595	–	–	–
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	–	–	(82.308)	–	–	(82.308)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	141.224	141.224
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(35.306)	(35.306)
Reserva de dividendos complementares	–	–	109.890	–	(109.890)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	96.625	19.325	110.485	149.323	–	375.758
Realização da avaliação patrimonial	–	–	–	**(3.972)**	**3.972**	–
Reversão da reserva legal	–	**(290)**	**290**	–	–	–
Redução de capital	(1.739)	–	–	–	–	**(1.739)**
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	**(110.775)**	–	–	**(110.775)**
Declaração de dividendos intermediários ocorridas no exercício	–	–	–	–	**(11.310)**	**(11.310)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	114.354	114.354
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	**(17.278)**	**(17.278)**
Reserva de dividendos complementares	–	–	**89.738**	–	**(89.738)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**94.886**	**19.035**	**89.738**	**145.351**	–	**349.010**

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**114.355**	141.224
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**114.355**	141.224

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**114.355**	**141.224**
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação		
do lucro líquido com o fluxo de caixa		
Resultado de equivalência patrimonial	**(114.272)**	**(141.241)**
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	**(36)**	**(3)**
Redução nos passivos operacionais		
Contas a pagar	**(7)**	**8**
Impostos e contribuições a recolher	**15**	**1**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	55	**(11)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	**162.091**	**97.812**
Aumento (Redução) de capital em empresas investidas	**1.450**	**4.173**
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**163.541**	**101.985**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	**(1.739)**	**(2.975)**
Dividendos pagos	**(165.971)**	**(94.866)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(167.710)**	**(97.841)**
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(4.114)**	**4.133**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**4.187**	**54**
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	**73**	**4.187**
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**(4.114)**	**4.133**

Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC 1SP 217.225/O-5
Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF 861.403.379-68
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira – Diretor CPF 071.000.747-70

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia

Manhã Tarde Noite 29º 20º 5% 06:07 18:22

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Não chove.

MINUTA GOLPISTA

Torres depõe em ação que mira Bolsonaro inelegível

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres afirmou em depoimento ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ontem que desconhece a autoria da minuta golpista apreendida em sua casa durante busca da Polícia Federal em inquérito sobre os ataques de 8 de janeiro.

De acordo com a defesa de Torres, ele reafirmou o que falou em depoimento à PF em fevereiro que a minuta golpista era descartável e "sem viabilidade jurídica". "Essa pseudo-minuta, para mim, era um lixo", disse.

O ex-ministro foi interrogado na ação que mira Jair Bolsonaro (PL) pelos ataques ao sistema eleitoral em reunião com embaixadores no Palácio do Alvorada, em julho do ano passado.

Torres respondeu às perguntas por cerca de uma hora e meia por videoconferência, em pedido feito pelo corregedor-geral eleitoral, ministro Benedito Gonçalves.

De acordo com pessoas que tiveram acesso às investigações, Torres desqualificou a minuta durante todo momento em seu depoimento e disse que não deu atenção por ser de total absurdo jurídico.

A declaração foi a mesma dada em depoimento prestado anteriormente à PF. Ele também não disse quem deixou a minuta em sua mesa no gabinete para que pudesse levá-la para casa junto com outros documentos.

Torres declarou que a sua assessoria era responsável por deixar as pastas para que ele analisasse em sua mesa e, muitas vezes, levava para casa para dar conta do trabalho. Esse teria sido o caso da minuta, mas não soube quem deixou na mesa dele.

Apesar de ter afirmado que foram seus assessores que deixaram o documento em sua mesa, ainda não há perspetiva de que estes funcionários sejam chamados para depor no processo. Ainda não há informações sobre quem possa ter elaborado o documento.

A ação de inelegibilidade contra Bolsonaro com andamento mais rápido e apontada como a primeira candidata a ser julgada foi apresentada pelo PDT e tem como foco a reunião com embaixadores protagonizada pelo então presidente em julho do ano passado, na qual ele repetiu teorias da conspiração sobre urnas eletrônicas e promoveu ameaças golpistas.

De 16 ações de investigação que podem tornar Bolsonaro inelegível, 2 têm como alvo principal os ataques ao processo eleitoral e às urnas. Apenas a do PDT, porém, teve um episódio único como foco.

Se for condenado em alguma delas, Bolsonaro não poderá se candidatar por oito anos a contar da data da eleição.

Uma das linhas da defesa de Bolsonaro foi sustentar que as falas do evento foram feitas enquanto chefe de Estado e como ato de governo, tendo o objetivo de "dissipar dúvidas sobre a transparência do processo eleitoral". Além disso apontam que o público-alvo do evento não eram eleitores, mas pessoas sem cidadania brasileira.

Em janeiro, o PDT pediu que fosse incluída na ação a minuta golpista encontrada pela Polícia Federal durante busca e apreensão na casa de Torres, que foi ministro da Justiça e Segurança de Bolsonaro. Tratava-se de uma proposta de decreto para instaurar estado de defesa na sede do TSE.

INTELIGÊNCIA DO MAL

PF abre inquérito para investigar denúncias de espionagem pela Abin

PEDRO LACERDA/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) determinou ontem a instauração de um inquérito para investigar denúncias de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou celulares de milhares de brasileiros durante os três primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. A informação foi publicada pelo jornal O Globo na última terça-feira (14) e confirmada pela Abin no dia seguinte.

Segundo a agência, o contrato de uso do software de localização teve início no final de 2018, ainda no governo Michel Temer, e foi encerrado em 8 de maio de 2021. O programa, chamado FirstMile, foi comprado por R$ 5,7 milhões da empresa israelense Cognyte, com dispensa de licitação. A ferramenta permitia o monitoramento de até 10 mil celulares a cada 12 meses, bastando digitar o número da pessoa. Além disso, a aplicação criava históricos de deslocamento e alertas em tempo real da movimentação dos aparelhos cadastrados.

"A solução tecnológica em questão não está mais em uso na Abin desde então (8 de maio de 2021). Atualmente, a Agência está em processo de aperfeiçoamento e revisão de seus normativos internos, em consonância com o interesse público e o compromisso com o Estado Democrático de Direito", informou a Abin, em nota. A investigação da PF será conduzida pela Diretoria de Inteligência Policial.

DENÚNCIA NA ONU

O ex-presidente da República Jair Bolsonaro foi denunciado na Organização das Nações Unidas (ONU), durante a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, realizada na última terça-feira, pelo uso desordenado de tecnologias digitais e sistemas de monitoramento no período da pandemia de covid-19. As organizações não governamentais (ONGs) Conectas, Artigo 19, Data Privacy Brasil e Transparência Internacional Brasil, responsáveis pela denúncia, pediram à ONU que questione o Brasil sobre o uso dessas tecnologias e o tratamento dos dados coletados durante a pandemia.

Segundo o documento apresentado na ONU, entre 2020 e 2022 foram utilizadas tecnologias digitais para a coleta de dados biométricos, de geolocalização e informações de saúde da população sem a devida transparência e participação da sociedade civil. As instituições envolvidas na denúncia afirmaram ainda que a fragilidade dos mecanismos de controle e a indisposição dos órgãos responsáveis por monitorar o uso dessas tecnologias de modo efetivo foram fatores decisivos para o agravamento do problema.

TRIBUNAL MILITAR

Lula terá como desafio pacificar o Brasil, diz novo presidente do STM

Recém-empossado como presidente do STM (Superior Tribunal Militar), o tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo afirmou ontem que o desafio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será pacificar o Brasil e consolidar de forma definitiva a democracia no país.

Em seu discurso de posse, Joseli fez elogios ao petista, disse que o presidente se empenha em reduzir a desigualdade do país e afirmou que não vê o Brasil como dividido, mas como "um país que sonha em ser grande e luta para ser grande".

Segundo ele, sua atuação na corte exigirá equilíbrio e serenidade diante da conjuntura que passa o país e será de "firme reafirmação da nossa democracia".

Um dos presentes na posse de Joseli foi o próprio Lula, que faz um gesto às Forças Armadas, setor que tinha maior proximidade com o governo Jair Bolsonaro (PL). O mandato dele se encerrará em 2025.

O STM é o órgão responsável por processar e julgar os crimes militares previstos no Código Penal Militar, sendo composto por 15 ministros, dez deles militares e cinco civis.

Além de Lula, estiveram na posse a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Weber, e os ministros da corte Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Ricardo Lewandowski.

Também participaram do evento o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ex-presidente José Sarney, e o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Na última posse de presidente do STM, em agosto do ano passado, Bolsonaro não estava presente. Ao lado do empossado, o ministro Lúcio Mário de Barros Góes, estavam o então presidente do STF, Luiz Fux, e o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira.

Em seu discurso na cerimônia, o procurador-geral de Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, disse que a presença das autoridades na cerimônia desta quinta "já indica que para além do prestígio pessoal dos ora empossados há também inequívoco respeito" ao STM.

Oriundo da Aeronáutica, Joseli Camelo, 69, foi piloto oficial de Lula nas gestões anteriores e também da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Ele calcula ter pilotado cerca de 10 mil horas nos 12 anos na Presidência.

Desde 2015, ele é ministro do Superior Tribunal Militar. A lista dos 92 países aos quais Joseli levou Dilma e Lula está pregada na parede que divide o gabinete do ministro e o corredor do 4º andar da corte.

VIOLÊNCIA

RN instala gabinete de crise e pede mais agentes da Força Nacional

O Governo do Rio Grande do Norte instalou ontem um gabinete de crise como forma de tentar controlar os ataques criminosos que ocorrem em diversos municípios desde a última terça-feira. O GGC (Gabinete de Gestão de Crise) foi instalado pela governadora Fátima Bezerra (PT) durante reunião com representantes dos poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público estadual e federal e entidades representativas da sociedade.

A governadora solicitou, e o Ministério da Justiça vai enviar mais agentes da Força Nacional até hoje. Mais cem policiais devem se juntar ao efetivo que já está no estado. Ao menos 59 pessoas suspeitas foram presas.

Durante a madrugada e a manhã desta quinta, diversos municípios voltaram a ser alvo de criminosos. A assessoria da Sesed (Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social) não informa os locais, mas a Folha apurou que ocorreram ataques em diversos pontos de Natal, Macau, Florânia e Mossoró.

Em razão da insegurança, várias cidades mantêm serviços públicos suspensos, como transporte, aulas, atividades esportivas e atendimento de saúde.

Em Natal, nesta quinta, não houve operação comercial de trens urbanos, devido ao ataque sofrido em uma das estações e de obstáculos colocados na via férrea.

A Prefeitura de Macau suspendeu o transporte aos usuários do sistema de saúde que fariam exames e consultas fora do município. A Câmara Municipal também interrompeu o funcionamento e as sessões. Em Mossoró, as aulas, serviços de saúde e transporte público estão paralisados. A limpeza urbana ocorre de forma parcial e com escola da Guarda Civil Municipal.

Os ataques criminosos no Rio Grande do Norte, iniciados na madrugada de terça, têm relação com uma união de facções que reivindicam mudanças nas condições nos presídios do estado, segundo o Ministério Público potiguar.

Para os investigadores, as ações têm sido usadas para cobrar a volta de visitas íntimas e a permissão do envio de comida pelas famílias. Inspeção realizada no fim do ano passado por órgão federal apontou a prática de tortura física e psicológica, com castigos e fornecimento de comida estragada.

A governadora Fátima Bezerra afirma que o governo vai investigar as denúncias.

Na quarta-feira, um homem apontado como financiador e um dos líderes da onda de violência foi morto em suposto confronto com policiais na Paraíba. José Wilson da Silva Filho, 29, era foragido e estava escondido em uma residência no bairro de Paratibe, em João Pessoa, segundo a Polícia Civil potiguar. Outro suspeito está internado.

CRIME DE BOLSONARO

Congressistas pedem apuração sobre perdas de vacinas contra doenças raras

Deputados e senadores pedem a abertura de apurações sobre o descarte de vacinas contra a Covid-19, medicamentos para doenças raras, entre outros insumos do Ministério da Saúde.

Cerca de 39 milhões de imunizantes contra a Covid, avaliadas em R$ 2 bilhões, perderam validade durante a pandemia. Além disso, foram descartadas na gestão Jair Bolsonaro (PL) terapias de alto custo, remédios para pessoas vivendo com HIV/Aids e, também, tratamentos de câncer, como mostrou a Folha de S.Paulo.

O senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde (2003 a 2005), acionou o TCU (Tribunal de Contas da União), a CGU (Controladoria-Geral da União) e a Procuradoria da República no Distrito Federal após a divulgação de que os produtos foram incinerados.

O ex-ministro pede investigação sobre possíveis atos de improbidade e infrações penais cometidas cometidos por ex-gestores.

Já o deputado federal Josenildo (PDT-AP) tenta abrir uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para tratar da gestão do estoque dos imunizantes da Covid-19.

Ao protocolar o pedido de criação do colegiado, o deputado escreveu que a gestão Bolsonaro foi negacionista e incompetente.

Para criar uma CPI na Câmara são necessárias assinaturas de 171 deputados, equivalente a um terço dos membros da casa.

O TCU já abriu, no começo de março, uma tomada de contas especiais para apurar responsabilidades sobre má gestão de estoques da Saúde.

Há expectativa entre integrantes da gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que esse mesmo processo inclua as informações sobre perda de estoque de vacinas e medicamentos avaliados em mais de R$ 2 bilhões.

Motivado por reportagem da Folha de S.Paulo de 2021 que mostrava que venceram R$ 243 milhões em vacinas, testes e medicamentos, o trabalho do tribunal já havia identificado a incineração de cerca de 2 milhões de imunizantes que haviam sido doados pelos Estados Unidos.

Os ministros do tribunal decidiram aplicar multa de R$ 1 milhão ao general da reserva Ridauto Ribeiro, ex-diretor de logística da Saúde, e a Rosana Leite, ex-secretária extraordinária de enfrentamento à Covid-19, sob o argumento de que faltou planejamento ao aceitar o lote, que chegou ao Brasil com cerca de um mês de validade restante.

O deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) propõe uma audiência pública na CFFC (Comissão de Fiscalização Financeira e Controle) sobre a perda das vacinas na pandemia.

CHEIRO DE PIZZA

Moraes conclui análise dos atos golpistas de 8/1

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), finalizou a análise de todos os pedidos de liberdade provisória feitos pelas defesas das pessoas presas por envolvimento nos atos golpistas do dia 8 de janeiro. Ontem, o ministro concedeu liberdade provisória para outros 129 denunciados, que poderão responder em liberdade mediante medidas cautelares, como tornozeleira eletrônica. Foram negadas liberdades provisórias a 294 pessoas. Segundo o tribunal, permanecem presos os apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) contra os quais há suspeita de efetivamente terem depredado as sedes dos três Poderes, além dos que viraram alvo depois da Polícia Federal como possíveis envolvidos no financiamento dos ataques. Um dos casos em que Moraes manteve a prisão é o de um homem que usou as redes sociais para divulgação dos atos, com postagem de vídeos incentivando invasão, vandalismo e depredação. Ele foi preso em flagrante no dia 9 de janeiro, em frente ao Quartel-General do Exército, onde incitava a animosidade das Forças Armadas contra os Poderes, segundo Moraes.

"Mostra-se evidente a necessidade de manutenção da custódia cautelar para resguardar a ordem pública, mesmo não sendo o investigado apontado como um dos executores materiais dos mencionados atos antidemocráticos, tendo em vista que claramente os instigava através de suas redes sociais", justificou o ministro.

Já sobre os que tiveram os pedidos de liberdade provisória aceitos, Moraes considerou que não representam mais risco processual ou à sociedade neste momento, podendo responder ao processo em liberdade.

Assim como os outros presos que já foram liberados, eles terão que usar tornozeleira eletrônica e deverão ficar em suas residências à noite e nos finais de semana.

Também deverão se apresentar à Justiça todas as segundas-feiras, não poderão se ausentar do país e têm que entregar seus passaportes. Além disso, não poderão usar as redes sociais ou se comunicar com os demais suspeitos de participação nos atos golpistas.

Nota

IBANEIS DRIBLOU IMPEACHMENT E EXPULSÃO PARA VOLTAR AO GOVERNO DO DF, MAS AINDA TEME STF

De volta ao Palácio do Buriti após decisão do ministro Alexandre de Moraes, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), conseguiu destravar resistências políticas que surgiram após os ataques de 8 de janeiro. Mais de dois meses depois do episódio, a oposição desistiu de pedir o impeachment do governador, o MDB parou de ventilar a possibilidade de expulsão e 5 dos 7 integrantes da CPI em funcionamento na Câmara Legislativa são aliados do emedebista.

VERÃO: Sol com nuvens durante o dia. À noite ocorrem pancadas de chuva. Manhã Tarde Noite 30º 20º 85% 05:54 18:04

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

São José

Celebramos no próximo dia 18 de março de 2023 – data transferida do dia 19 – o Dia de São José, patrono da Igreja Universal e pai putativo de Jesus. Agora em março, celebramos São José como o pai adotivo de Jesus e esposo de Maria, e, no mês de maio, recordamos São José como trabalhador através de seu ofício de carpinteiro. São José tem uma importância muito grande na história da salvação. Ele era justo e fiel à fé judaica. Aceitou ser pai do Filho de Deus e esposo de Maria. De tão justo que era, havia resolvido abandonar Maria em segredo ao invés de denunciá-la. Após a visita do anjo, acolheu Maria como sua esposa.

A Festa de São José é tão importante que no dia dedicado a ele, a Igreja faz uma "parada" na Quaresma. Retira por um instante a cor roxa e se reveste de branco. Nesse ano, o dia 19 de março cai num domingo. Por isso, a Festa de São José será antecipada para o sábado, dia 18, pois o domingo é o Dia do Senhor. Dentre tantos homens de seu tempo, Deus escolheu José para ser o pai adotivo de seu Filho.

O Evangelho não fala muito sobre a vida de São José. Mas quando fala, evidencia a sua fé. Através do batismo, somos chamados a testemunhar a nossa fé e a sermos sal na terra e luz no mundo. Não importa onde estivermos e em qual circunstância, não podemos negar a fé no Deus único e verdadeiro. Podemos perder tudo nessa vida, menos a fé. A fé nos torna mais fortes para enfrentarmos as batalhas do dia a dia e a nossa fé agrada a Deus.

São José foi declarado patrono universal da Igreja em 1870, através do Papa Pio IX, com o decreto "Quemadmodum Deus". Leão XIII, por meio da Encíclica "Quanquan Pluries", propôs que São José fosse o advogado dos lares cristãos. Pio XII o declarou como "exemplo para todos os trabalhadores" e fixou o dia 1º de maio como a Festa de São José trabalhador. Por isso, primeiro celebramos a fé de São de José, o protetor das famílias, e, depois, São José como trabalhador e protetor de todos os trabalhadores.

São José foi verdadeiramente o pai de Jesus. Assumiu por missão essa condição, protegeu o Menino e sua mãe das mãos de Herodes. Depois, ensinou Jesus o ofício da carpintaria e, com certeza, transmitiu a Jesus as tradições da fé judaica. Jesus deve ter trabalhado na carpintaria com o seu pai até iniciar sua vida pública.

José está totalmente ligado à história da salvação. Ele dá continuidade à descendência davídica e ao cumprimento às promessas de Deus. Quando o anjo aparece a José, diz: *"Ela dará à luz um Filho e tu o chamarás com o nome de Jesus, pois Ele salvará o seu povo dos seus pecados" (Mt 1,21)*. José apresenta-se ao templo junto com Maria a fim de circuncidar o Menino e dar-lhe o nome de Jesus. Dessa forma cumpre-se aquilo que o anjo havia dito e José põe em prática aquilo que pede a religião.

A vida de São José deve ser um exemplo para todos nós, e todos os pais devem se inspirar em São José, sendo bons maridos em casa e bons chefes de famílias. Os pais hoje devem conquistar os seus filhos, ser companheiros de seus filhos e educá-los na fé e no amor. Os filhos seguem o exemplo dos pais e são um espelho deles fora de casa. Se dentro de casa reina a paz, o amor e perdão, os filhos serão calmos fora de casa e tratarão os outros bem. Mas se dentro de casa só tem violência, discórdia e não há espaço para o perdão, os filhos serão violentos fora de casa. Não existe família perfeita, mas as famílias devem fazer de tudo para viver bem.

Os pais têm uma grande importância na vida dos filhos e muitas vezes os filhos querem seguir a profissão dos pais. Os pais têm que dialogar com os filhos, perguntar como foi o dia de estudo, estudar junto e rezar junto. É muito ruim quando os pais não dão atenção aos filhos e só se dedicam ao trabalho. Os filhos ficam tristes e deprimidos. É preciso ter dois pesos e duas medidas. Ter o momento do trabalho e o momento que deve ser dedicado aos filhos. Com certeza, São José dividia o tempo entre o ofício de carpinteiro e o tempo que se dedicava a Jesus.

Não podemos ter em nossa sociedade de hoje os chamados "filhos órfãos de pais vivos", ou seja, deixar os filhos largados sem dar a atenção devida a eles. Se deixar os filhos muito tempo sozinhos, eles não conviverão com os pais e ainda correm o risco de assistirem coisas ruins na internet ou na televisão. São João Paulo II disse, quando esteve aqui no Brasil em 1997: *"São José é o modelo de pai presente e atencioso, de esposo amoroso e fiel"*.

A família é fundamental para a sociedade e querida e abençoada por Deus. A família é a Igreja doméstica, é no lar que se transmite as primeiras orações cristãs. E ainda, família que reza unida permanece unida. Uma família que reza terá o seu lar abençoado e sob a proteção divina. Com certeza a Sagrada Família de Nazaré tinha os seus momentos de oração, meditava a Torah, entoava o cântico de Salmos e partilhava as atividades do dia. Sigamos esse exemplo nos dias de hoje.

Queremos lembrar nesse momento de todos que trazem no nome o "José", sejam homens ou mulheres – muitas mulheres chamam-se Maria José. Que o Santo Padroeiro abençoe a todos que trazem o José no nome. Que essas pessoas se espelhem na vida do santo e façam da sua vida uma imitação do que foi a vida de São José.

O Dia dos Pais no Brasil é celebrado somente em agosto, mas em alguns lugares do mundo é celebrado no Dia de São José, uma data bem significativa para lembrarmos de todos os pais. Nesse dia, faça uma ligação ao seu pai e agradeça por ele fazer parte da sua vida. Se já é falecido, eleve a Deus uma prece especial por Ele. O ideal mesmo seria que os filhos visitassem os seus pais neste dia dedicado ao justo José.

Celebremos, com alegria, esse Dia de São José e peçamos que ele interceda por nós junto a Deus Pai, e que todas as famílias sigam o exemplo desse grande santo. Sejamos fiéis à Palavra de Deus e anunciemos com alegria a mensagem de fé e de esperança. Se possível, participe da celebração Eucarística nesse dia, confiando a todas as famílias a paternal intercessão de São José.

ONU

Produção de cocaína atinge níveis recordes no mundo após pandemia

Após observar o impacto das medidas restritivas da pandemia de Covid-19, a oferta de cocaína disparou nos últimos anos e atingiu níveis recordes, aponta relatório da ONU divulgado ontem.

O fenômeno se deve ao aperfeiçoamento do processo de fabricação da droga, e ao aumento da demanda e do cultivo de coca, que cresceu 35% entre 2020 e 2021 --o maior salto desde 2016.

De acordo com a ONU, em 2020 foram produzidas cerca de 2.000 toneladas de cocaína -em 2014, quando a produção entrou em ciclo de crescimento, esse número não chegava à metade dos níveis atuais.

Já a área de plantação de coca, matéria-prima da droga, dobrou entre 2013 e 2017, atingiu um pico em 2018 e voltou a crescer em 2021. Há mais de 300 mil hectares de plantações de coca na Colômbia, no Peru e na Bolívia -os três países onde se concentram os campos de cultivo, segundo o UNODC, o Escritório da ONU sobre Drogas e Crime.

Depois de coletadas, as folhas são misturadas com gasolina, cal, cimento e sulfato de amônio e formam uma pasta branca. A substância é então enriquecida com um coquetel de ácidos e solventes, processo que, segundo a agência, tornou-se mais eficiente nos laboratórios dos cartéis da América do Sul.

Essa conjuntura pode ter sido influenciada pelo acordo de paz da Colômbia com as Farc, que depôs as armas em 2016. O poderoso grupo teria sido substituído por facções menores que, com menos controle de preços, conseguem negócios mais lucrativos.

"A pandemia foi um pequeno revés para a expansão da produção de cocaína, mas agora ela se recuperou e está ainda maior do que antes", afirmou Antoine Vella, pesquisador do UNODC que trabalha no relatório, ao jornal britânico The Guardian.

Quando a economia paralisou devido à crise sanitária, grupos de narcotraficantes foram obrigados a estocar as drogas, mas a situação foi rapidamente revertida com novas técnicas de transporte ilegal.

O aumento também acompanhou a abertura de outros caminhos para o tráfico --a agência aponta para o surgimento de novas rotas no sudeste da Europa e na África.

Portos como Antuérpia, Roterdã e Hamburgo, ofuscaram os tradicionais pontos de entrada na Espanha e em Portugal para a cocaína que chega à Europa Ocidental. Os traficantes também estão diversificando suas rotas na América Central, enviando cada vez mais cocaína para a Europa

A agência identificou mudanças na demanda. Segundo o Guardian, 75% dos consumidores de cocaína estão na Europa e na América do Norte, embora essas duas regiões abriguem somente um quinto da população mundial. Mas o cenário parece estar mudando com o aumento no número de overdoses em países como o Brasil.

"Precisamos deixar de pensar na cocaína como um problema europeu ou norte-americano porque também é um problema sul-americano", disse Vella.

"O aumento na oferta mundial de cocaína deve nos colocar em alerta máximo", afirmou a diretora do UNODC, Ghada Waly. As apreensões atingiram o recorde de quase 2.000 toneladas em 2021.

FRANÇA

Macron atropela votação na Assembleia para impor reforma da Previdência

O presidente da França, Emmanuel Macron, decidiu recorrer ao artigo 49.3 da Constituição, que permite aprovação de projetos de lei apresentados pelo governo mesmo sem a chancela parlamentar, para impor sua controversa reforma da Previdência aos franceses.

A decisão ocorreu em reunião com a primeira-ministra Elisabeth Borne e demais ministros no palácio Elysée, sede do governo em Paris, no início da tarde de ontem, horas antes que o texto aprovado pelo Senado fosse submetido à Assembleia Nacional.

O dispositivo constitucional, de baixa densidade democrática, foi uma aposta radical do governo diante das incertezas sobre a votação na Assembleia de uma reforma tida como crucial para as finanças públicas e para a agenda reformista de Macron, mas que é altamente contestada por deputados e pela população.

Desde que foi apresentado pela primeira-ministra, em janeiro deste ano, a reforma provocou a articulação de uma junta intersindical inédita nos últimos 12 anos na França, que lançou uma campanha de greves e manifestações contra o texto e que levou milhares de franceses a protestar, paralisando serviços de coleta de lixo, educação, transporte público e geração de energia.

Apenas 23% dos franceses avaliam as propostas desta reforma da Previdência como "aceitáveis", segundo o instituto de pesquisa Ifop, um dos principais do país. Em 2010, quando a última reformulação previdenciária foi aprovada, esse índice era de 53%.

Outro levantamento do Ifop realizado nesta semana apontou que 78% dos franceses rejeitavam o uso do artigo 49.3 para aprovar as mudanças previdenciárias.

O artigo 49.3, que os franceses têm chamado de "número maldito", já foi acionado dez vezes por Borne desde o início de seu mandato, em 2022, sempre diante de impasses nas votações de projetos de lei no campo das finanças públicas.

A utilização deste dispositivo em um caso controverso e que mobilizou tantos franceses pode ter resultados explosivos nas ruas das grandes cidades da França, num contexto em que as jornadas de manifestações têm visto redução na adesão aos atos na mesma medida em que protestos têm se radicalizado.

Na tarde desta quinta, manifestantes se concentraram na porta da Assembleia Nacional para repudiar a decisão do governo, entre pilhas das mais de sete toneladas de lixo que se acumulam há 13 dias nas ruas da capital francesa por conta da greve dos garis contra a reforma.

Às 15h, horário previsto para o início da votação do texto pelos deputados, Borne chegou à casa e foi recebida pelo plenário sob vaias dos deputados de oposição.

EUA

Policiais são presos acusados de matar homem negro

Sete policiais do condado de Henrico, em Virgínia (EUA), foram presos na terça-feira passada sob a acusação de assassinato de um homem. Segundo os promotores, o jovem negro Irvo Otieno foi sufocado quando estava sob custódia do Estado.

De acordo com a advogada comunitária Ann Cabell Baskervill, Otieno, de 28 anos, morreu no dia 6 de março enquanto era transferido de uma prisão para um centro de saúde mental em Petersburg, a cerca de 40 quilômetros ao sul de Richmond, capital da Virgínia.

Segundo a emissora americana CNN, Baskervill afirmou durante uma audiência na quarta-feira passada que um vídeo mostra Otieno com os pés e as mãos algemados, sendo pressionado contra o chão pelos sete oficiais ao longo de 12 minutos. "Eles o sufocaram até a morte", disse a advogada.

Os réus foram identificados como Randy Joseph Boyer, 57, Dwayne Alan Bramble, 37, Jermaine Lavar Branch, 45, Bradley Thomas Disse, 43, Tabitha Renee Levere, 50, Brandon Edwards Rodgers, 48, e Kaiyell Dajour Sanders, 30.

Os médicos legistas não divulgaram a causa da morte. A versão apresentada aos promotores é que Otieno foi contido porque estaria sendo "combativo".

Por meio de uma publicação no Facebook, o sindicato da polícia local manifestou apoio aos oficiais. "O policiamento nos Estados Unidos hoje é difícil, ainda mais pela possibilidade de ser acusado criminalmente pelo cumprimento de seu dever", escreveu a entidade, que criticou o método de acusação usado.

"Cientes da presunção de inocência de todos os acusados, apoiamos nossos irmãos e irmãs e esperamos uma resolução rápida que limpe seus nomes."

Os policiais foram colocados em licença administrativa, e haverá, segundo Alisa Gregory, delegada do condado de Henrico, uma investigação independente sobre o ocorrido.

CALOTE

Empresa de Feder não entrega notebooks

O secretário da Educação de São Paulo, Renato Feder, disse que vai multar a Multilaser, empresa da qual é um dos acionistas, por atraso na entrega de notebooks às escolas estaduais. Feder foi CEO da Multilaser e ainda é acionista da empresa por meio de uma offshore. A empresa foi contratada por R$ 200 milhões pela Secretaria da Educação, no fim do ano passado, para fornecer 97 mil notebooks para as escolas paulistas em um prazo de até dois meses. Assim, ela tinha até o fim de fevereiro para entregar os computadores, o que não ocorreu. O atraso foi noticiado pelo Metrópoles e confirmado pela reportagem.

Em nota, a Multilaser confirma que ainda não entregou todos os equipamentos dentro do prazo estabelecido em contrato. "Até o momento, a entrega do primeiro lote já foi concluída em 97,37%, o que representa 9.250 produtos", disse a empresa. Isso significa que menos de 10% do total adquirido pelo estado foi entregue no prazo.

"Devido às entregas serem descentralizadas, ou seja, escola por escola, questões de logística e em regiões com dificuldade de acesso, como no caso do litoral norte de São Paulo, tiveram que aguardar e serão atendidas posteriormente", disse a empresa. Na manhã de ontem, o secretário disse que a Multilaser já foi notificada e que será informada da multa. Ele não disse, porém, o valor da punição. Os contratos da secretaria com a empresa foram firmados em dezembro do ano passado pela gestão anterior, quando Feder já havia sido anunciado por Tarcísio para o comando da pasta. Na ocasião, Feder afirmou que se desligaria da Multilaser e que, por isso, não haveria conflito de interesses em ser responsável por fiscalizar a execução de contrato com uma empresa com a qual tem ligação.

Depois foi revelado, no entanto, que Feder detém 28,16% das ações da Multilaser por meio de outra empresa, chamada Dragon Gem LLC, com sede em Delaware (EUA), um conhecido paraíso fiscal.

Nesta quinta, o secretário afirmou ainda que outra empresa contratada para fornecer notebooks às escolas, a Positivo, também será multada por atraso na entrega dos equipamentos. A reportagem tentou contato com a empresa, mas não recebeu resposta até a publicação deste texto.

CRACOLÂNDIA

Tarcísio adia entrega de centro para 'drogados'

O centro de triagem para dependentes químicos anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) há cerca de dois meses está com as obras atrasadas. As 500 câmeras com inteligência artificial prometidas na mesma ocasião ainda não foram instaladas nas ruas onde há aglomeração de usuários.

As duas medidas foram anunciadas pelo governador no fim de janeiro como emergenciais dentro de um pacote de iniciativas para a cracolândia e com previsão de entrega até o fim deste mês.

De acordo com a gestão, as obras estão em andamento e serão entregues em abril. Em relação às câmeras, o governo informou que a previsão é de que comecem a funcionar em até seis meses.

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

DESTAQUES DE 2022

Destaques Financeiros e Operacionais	2018	2019	2020	2021	2022	2022 x 2021
Volume Transportado (TU milhares)	174.563	146.866	159.817	169.968	178.248	4,9%
Receita Operacional Bruta (R$ milhões)	4.083,6	3.483,7	3.890,2	4.788,9	6.029,4	25,9%
Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	3.726,4	3.200,8	3.605,0	4.427,4	5.592,1	26,3%
EBITDA (R$ milhões)	1.543,2	1.963,9	2.012,9	2.465,9	2.844,9	15,4%
Margem EBITDA (%)	41,4%	61,4%	55,8%	55,7%	50,9%	-4,8pp
Lucro Líquido (R$ milhões)	521,6	503,4	430,3	699,6	874,2	25,0%
Investimentos (R$ milhões)	819,1	747,5	785,0	1.761,8	2.096,3	19,0%
Dívida Bruta (R$ milhões)	2.474,9	3.006,9	2.873,5	4.304,4	4.406,0	2,4%
Dívida Líquida (R$ milhões)	2.128,9	2.336,6	1.667,0	2.467,8	3.539,1	43,4%
Dívida Líquida/EBITDA	1,38x	1,2x	0,8x	1,0x	1,2x	0,2x

A MRS finaliza o ano de 2022 com um marco histórico importante na sua trajetória. Foi aprovada a renovação da concessão da Companhia até 2056. Ainda em 2022 vivenciamos alternâncias de humor, tanto no mercado interno, quanto no mercado externo. No Brasil, destacamos as eleições para Presidente como um novo balizador dos novos investimentos e fluxos de capitais. No âmbito internacional, a consolidação do cenário de retração da economia mundial, com constantes ajustes dos principais bancos centrais do globo. Destacamos a evolução de preço da principal *commodity* transportada pela companhia, vis a vis a demanda dos principais centros consumidores. Mais uma vez, a Companhia se mostrou firme e com capacidade de entrega junto aos seus principais clientes. A MRS encerrou o ano de 2022 com crescimento no volume total de cargas transportadas em sua malha ferroviária e, pelo terceiro ano consecutivo, novo recorde no transporte de Carga Geral. A Companhia transportou o total de 178,2 milhões de toneladas (Mt) no período, aumento de 4,9% (+8,3Mt) em comparação ao ano de 2021. O resultado de 2022 deve-se, especialmente, aos transportes de 48,8Mt de produtos agrícolas (+7,2Mt *vs* 2021) e de 5,7 Mt de celulose (+1,8Mt *vs* 2021). A Receita Líquida da Companhia, em 2022, foi de R$ 5.592,1 milhões, incremento de R$ 1.164,7 milhões (+26,3%) em comparação ao ano de 2021. O transporte de Minério de Ferro contribui com aproximadamente 58,5% do volume de transporte e encerrou o ano com 104,2 Mt transportadas. O EBITDA da Companhia apresentou resultado de R$ 2.844,9 milhões, 15,4% de aumento em comparação ao ano de 2021. A Companhia assegurando seu compromisso na gestão de caixa e elevação da geração de EBITDA, apresentou no ano de 2022 o indicador Dívida Líquida/EBITDA de 1,2x e saldo de Dívida Líquida de R$ 3.539,1 milhões. A agenda ESG segue evoluindo nas diferentes frentes. Na dimensão Ambiental, um dos destaques é o recebimento do Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG (acrônimo em inglês: *Green House Gases*) pela qualidade adotada nos 3 (três) últimos inventários de emissões de gases do efeito estufa, que certificou o inventário corporativo pelo alcance do mais alto nível de qualificação. No Social, ocorreu o primeiro Censo da Diversidade e Inclusão, pesquisa que permitiu a empresa conhecer a fundo aspectos da identidade de seus colaboradores e colaboradoras, bem como captar suas percepções acerca dos temas de diversidade e inclusão e de como a Companhia se posiciona e atua para sua promoção.

DESEMPENHO COMERCIAL OPERACIONAL

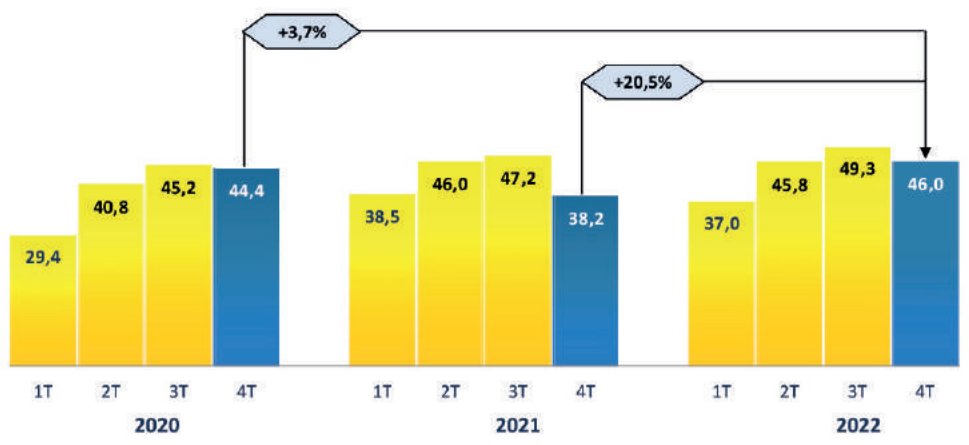
A MRS Logística atua, principalmente, no transporte de insumos e produtos relacionados à indústria siderúrgica, tais como minério de ferro, carvão e coque, tanto para atendimento ao mercado interno quanto para exportação, e no transporte de Carga Geral, que engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, contêineres, entre outros, em uma malha ferroviária com 1.643 km, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Mineração	**28.428**	**22.818**	**24,6%**	**29.768**	**-4,5%**	**106.543**	**107.176**	**-0,6%**
Minério de Ferro	27.847	22.168	25,6%	29.188	-4,6%	104.201	104.478	-0,3%
Exportação	24.143	18.575	30,0%	25.806	-6,4%	90.130	89.607	0,6%
Mercado Interno	3.703	3.593	3,1%	3.381	9,5%	14.072	14.871	-5,4%
Carvão e Coque	581	650	-10,6%	580	0,2%	2.342	2.698	-13,2%
Carga Geral	**17.598**	**15.372**	**14,5%**	**19.581**	**-10,1%**	**71.705**	**62.792**	**14,2%**
Produtos Agrícolas	11.152	9.162	21,7%	13.013	-14,3%	46.806	39.632	18,1%
Produtos Siderúrgicos	1.750	1.855	-5,7%	1.881	-6,9%	6.838	7.504	-8,9%
Celulose	1.512	1.201	25,9%	1.537	-1,6%	5.670	3.885	45,9%
Contêineres	591	527	12,1%	543	8,8%	2.133	2.259	-5,6%
Construção Civil	633	538	17,7%	671	-5,6%	2.449	2.015	21,5%
Outros	1.960	2.087	-6,1%	1.936	1,2%	7.808	7.495	4,2%
Total	**46.027**	**38.190**	**20,5%**	**49.349**	**-6,7%**	**178.248**	**169.968**	**4,9%**

Em 2022, o volume total transportado pela Companhia foi de 178,2Mt, apresentando um aumento de 4,9% em relação ao ano de 2021. Ao analisarmos o 4T22 *vs* 4T21, o volume foi 20,5% superior, beneficiado, principalmente, pelo aumento no transporte de minério, que será melhor detalhado posteriormente.

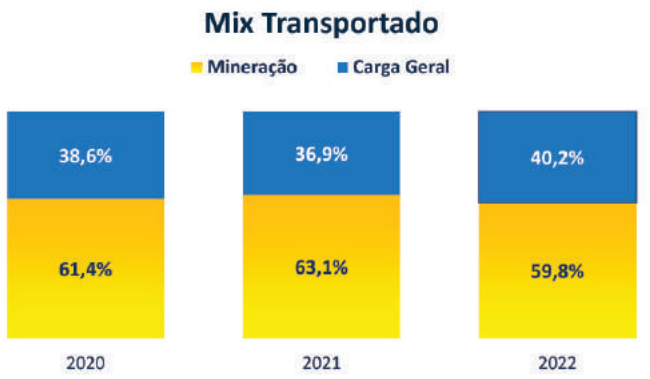
Resultados Trimestrais - Volume Transportado

em milhões de TU



O segmento de transporte de Carga Geral apresentou, pelo terceiro ano consecutivo, melhor performance e novo recorde transportado, encerrando o ano de 2022 com 71,7 Mt, este resultado foi superior em 14,2% em comparação ao ano de 2021. O quarto trimestre de 2022, também, se evidencia como o melhor de todos os anos, com 17,6Mt transportadas.
Outro destaque do segmento de transporte Carga Geral é o aumento de sua representatividade no mix transportado, respondendo por 40,2% do resultado de 2022.

Mix Transportado



MINERAÇÃO

O transporte de minério de ferro, carvão e coque em 2022 permaneceu, praticamente, no mesmo nível do ano de 2021, impactado principalmente pelo menor volume de minério de ferro para o mercado interno, conforme explicações a seguir.

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Mineração	**28.428**	**22.818**	**24,6%**	**29.768**	**-4,5%**	**106.543**	**107.176**	**-0,6%**
Minério de Ferro	27.847	22.168	25,6%	29.188	-4,6%	104.201	104.478	-0,3%
Exportação	24.143	18.575	30,0%	25.806	-6,4%	90.130	89.607	0,6%
Mercado Interno (A)	3.703	3.593	3,1%	3.381	9,5%	14.072	14.871	-5,4%
Carvão e Coque (B)	581	650	-10,6%	580	0,2%	2.342	2.698	-13,2%
Mercado Interno + Carvão e Coque = (A+B)	4.285	4.243	1,0%	3.961	8,2%	16.413	17.569	-6,6%

MINÉRIO DE FERRO | EXPORTAÇÃO

No ano de 2022, o volume de carga de Minério de Ferro destinado à exportação, que representa 84,6% do grupo Mineração e 50,6% do volume total transportado pela MRS, foi de 90,1 Mt, crescimento de 0,6% quando comparado ao ano anterior. Ao analisarmos a *performance* do 4T22 *vs* 4T21, verifica-se o aumento de 30,0% (+5,6Mt), resultante da continuidade do *ramp up* dos projetos, de seus clientes, voltados para o aumento de produção e distribuição, ampliando a oferta de minério de ferro no mercado interno e compra pelos principais clientes que exportam o produto, além da melhor performance operacional dos terminais portuários. Adicionalmente aos fatos mencionados acima, o resultado do ano de 2022 foi impactado de forma positiva: (i) pelas ações realizadas ao longo do 1º semestre de 2022 direcionadas para a recuperação de áreas que foram fortemente afetadas pelas chuvas do 1T22; (ii) pela garantia da segurança operacional e mitigação dos problemas decorrentes do período de chuva. **Mercado Interno | Minério, Carvão e Coque:** O transporte de minério de ferro, carvão e coque no mercado interno, com volume transportado no ano de 2022 de 16,4Mt, apresentou redução de 6,6% em comparação ao ano de 2021. Este resultado foi impactado, principalmente, por paradas de produção para manutenção corretiva nos equipamentos de processamento.

CARGA GERAL

O transporte de Carga Geral, que engloba as *commodities* agrícolas, produtos siderúrgicos, celulose, contêineres, entre outros, foi de 71,7Mt, representando aumento de 14,2% em 2022, em comparação ao volume realizado em 2021.

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Carga Geral	**17.598**	**15.372**	**14,5%**	**19.581**	**-10,1%**	**71.705**	**62.792**	**14,2%**
Produtos Agrícolas	11.152	9.162	21,7%	13.013	-14,3%	46.806	39.632	18,1%
Produtos Siderúrgicos	1.750	1.855	-5,7%	1.881	-6,9%	6.838	7.504	-8,9%
Celulose	1.512	1.201	25,9%	1.537	-1,6%	5.670	3.885	45,9%
Contêineres	591	527	12,1%	543	8,8%	2.133	2.259	-5,6%
Construção Civil	633	538	17,7%	671	-5,6%	2.449	2.015	21,5%
Outros	1.960	2.087	-6,1%	1.936	1,2%	7.808	7.495	4,2%

PRODUTOS AGRÍCOLAS

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Produtos Agrícolas	**11.152**	**9.162**	**21,7%**	**13.013**	**-14,3%**	**46.806**	**39.632**	**18,1%**
Soja	532	952	-44,2%	1.674	-68,3%	16.299	14.399	13,2%
Farelo de Soja	1.615	1.421	13,6%	1.863	-13,3%	6.734	5.741	17,3%
Açúcar	2.917	2.802	4,1%	3.286	-11,2%	9.936	10.671	-6,9%
Milho	6.089	3.987	52,7%	6.189	-1,6%	13.838	8.822	56,9%

Os produtos agrícolas transportados pela MRS são: milho, açúcar, soja e farelo de soja e representaram 65,3% do segmento de Carga Geral. As *commodities* de farelo de soja, soja e milho apresentaram aumento de 17,3%, 13,2% e 56,9%, respectivamente, e açúcar, redução de 6,9%, em 2022 em comparação ao ano de 2021, conforme detalhado a seguir. O desempenho favorável da soja e farelo de soja deve-se, especialmente aos volumes de outras ferrovias impulsionados: (i) pelo aumento na soja de 13,2%, devido à estratégia de comercialização dos exportadores, que retardaram a venda de boa parte da safra 2021/2022; (ii) pelo crescimento do farelo de soja de 17,3%, reflexo da demanda aquecida e pelos bons preços pagos no mercado internacional por este produto e pelo óleo de soja, do qual é subproduto; (iii) pelo crescimento no transporte do milho de 56,9%, em função da recuperação da safrinha de milho em 2022 ante a quebra ocorrida em 2021, causada por fatores climáticos, e também pelo *ramp up* dos volumes da Malha Central. A redução do transporte do açúcar (-6,9%) deve-se, em grande medida, a questões operacionais de outras ferrovias.

Produtos Siderúrgicos

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Produtos Siderúrgicos	1.750	1.855	-5,7%	1.881	-6,9%	6.838	7.504	-8,9%

O transporte de produtos siderúrgicos apresentou queda no ano de 2022 de 8,9% quando comparado ao ano de 2021. Os principais fatores que provocaram essa redução foram: (i) chuvas no estado de Minas Gerais em janeiro de 2022, que ocasionaram perdas de volumes oriundos das interdições/ocorrências, além da restrição de capacidade operacional no ramal de acesso ao TIOP, terminal de transbordo de parceiro ferroviário, que foi reestabelecido no final de outubro de 2022; (ii) demanda de aço estabilizada no mercado nacional principalmente no segundo semestre.

Celulose

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Celulose	1.512	1.201	25,9%	1.537	-1,6%	5.670	3.885	45,9%

Os investimentos realizados pela MRS, em setembro de 2021, no Complexo Intermodal em Pederneiras (SP) têm elevado a cada trimestre o resultado do transporte de celulose, resultando no crescimento de 45,9% (+1,8Mt) em 2022 em comparação ao ano de 2021 e de 25,9% em 4T22 vs 4T21

Contêineres

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Contêineres	591	527	12,1%	543	8,8%	2.133	2.259	-5,6%

No segmento de transporte de Carga Geral, o grupo do transporte de contêineres contempla cargas transportadas pela MRS e as cargas de outras ferrovias, que remuneram a MRS pelo direito de passagem. Este segmento de transportes apresentou queda de 5,6% no ano de 2022 em comparação a 2021, devido principalmente à redução de 8,7% registrado nos volumes de outras ferrovias, que foram motivadas por questões de estratégia operacional.
Com relação à carga própria MRS, apesar dos maiores volumes alcançados em 2022 quando comparado a 2021 nas rotas Santos-Jundiaí (+12,8%) e Santos-Vale do Paraíba (+15,8%), em razão do retorno e aumento de demandas de clientes habituais, o volume da carga própria apresentou redução de 3,0% em 2022 comparado a 2021, decorrente, principalmente, de (i) paralisação de exportação multimodal na América Latina relacionadas a restrições globais de um relevante cliente armador; (ii) problemas logísticos, dentre eles, falta de espaço em navios.
No 4T22 em comparação ao 4T21, este segmento apresentou melhor desempenho (+12,1%), devido ao aumento de clientes e volume no transporte de mercado interno na rota RJ x SP, início da rota entre os portos RJ x Santos e incremento de volume na rota do Vale do Paraíba, seguindo uma linha contrária aos períodos do 1T, 2T e 3T22, que apresentaram redução em comparação os seus trimestres pares do ano de 2021.

Construção Civil

Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Construção Civil	633	538	17,7%	671	-5,6%	2.449	2.015	21,5%

O segmento de transporte de construção civil apresentou aumento de 21,5% em 2022 quando comparado ao ano de 2021, principalmente, em função: (i) da concretização das negociações; (ii) do aumento da disponibilidade da frota e melhorias operacionais; (iii) retorno do volume de escória de ouro branco.

Outros

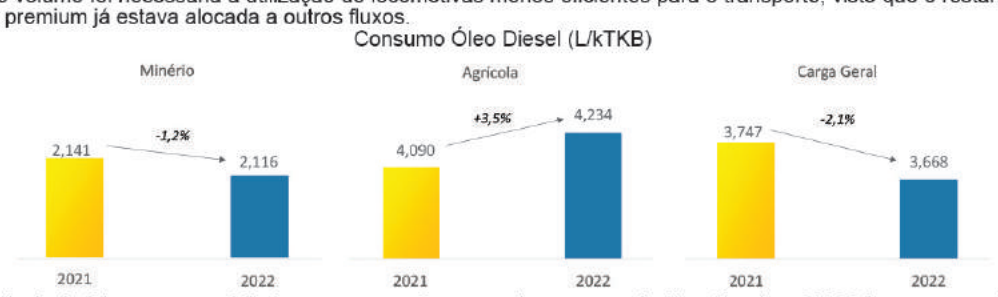
Volume Transportado TU Milhares	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Outros	1.960	2.087	-6,1%	1.936	1,2%	7.808	7.495	4,2%

O transporte de outras cargas inclui, na divisão de "cargas próprias": ferro gusa, carvão mineral energético, calcário para siderurgia, entre outros, e gesso que é o mais novo *market share* da MRS e na divisão "outras ferrovias": produtos químicos, produtos para adubos e fertilizantes, dentre outros.
Em 2022, a MRS transportou 7,8Mt no segmento outras cargas, representando crescimento de 4,2% em comparação ao ano de 2021. A Companhia destaca, no que diz respeito as cargas próprias no resultado total acumulado de 2022 *vs* 2021, o aumento no transporte de: (i) ferro gusa para exportação, em função da negociação de mais navios no Porto do Rio aproveitando os indicadores positivos do preço do produto no mercado internacional aliado ao câmbio alto e estabilização do mercado interno de siderúrgico; (ii) carvão mineral energético, em função da negociação para incremento de volumes de novos navios, (iii) calcário para siderurgia com desenvolvimento de solução multimodal entre os estados de MG e RJ, onde implantamos uma alternativa comercial e operacionalmente adequadas para o cliente e para a MRS e (iv) gesso, nova operação da MRS com negociações de intermodalidade na origem e destino, cujo objetivo é atender as principais cimenteiras na região da malha da MRS.
O volume de transporte de outras cargas realizado por outras ferrovias, que remuneram à MRS pelo direito de passagem, se manteve estável no comparativo do ano de 2022 *vs* o ano de 2021, apresentando variações entre os volumes dos produtos que compõem este grupo, que se compensaram entre si.

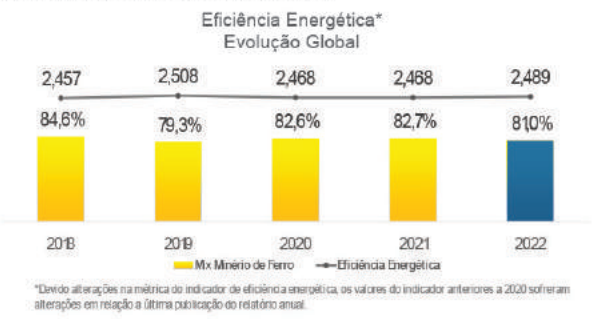
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A sustentabilidade ambiental e a ecoeficiência fazem parte dos principais compromissos da MRS. Nesse sentido, o indicador de Eficiência Energética proporciona à Companhia o caminho para atingir esses compromissos. Trata-se de um acompanhamento diário por meio da medição da quantidade de litros de óleo diesel consumidos no transporte de 1.000 toneladas brutas em um quilômetro (litros por mil TKB). Os trens são divididos em três grandes grupos de carga para que sejam feitas as análises de eficiência energética considerando a particularidade dos diferentes modelos de trem que a MRS transporta. Como resultado do trabalho de 2022, e, mesmo com aumento de 4,9% de volume transportado (+8,3Mt), a MRS finalizou, o ano de 2022, com 2,489 L/kTKB, representando uma economia em mais de 2 milhões de litros de óleo diesel. Os resultados das cargas dos segmentos Minério e Carga Geral (94% da produção de TKB em 2022) apresentaram melhora em relação a 2021, com redução de 1,17% e 2,11%, respectivamente no índice, sendo que o resultado do índice do Minério foi o melhor já alcançado na história da MRS.
O segmento Agrícola apresentou resultado aquém quando comparado ao ano anterior, com um aumento de 3,52% no indicador, dado pelo aumento do volume deste grupo em relação ao orçamento, sendo que para o atendimento deste volume foi necessária a utilização de locomotivas menos eficientes para o transporte, visto que o restante da frota premium já estava alocada a outros fluxos.

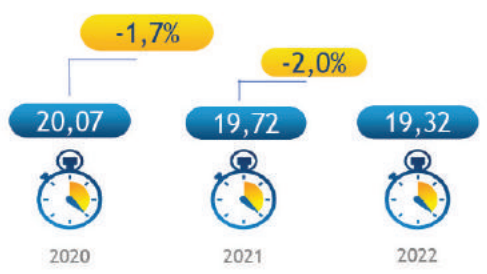
Consumo Óleo Diesel (L/kTKB)



Os principais fatores que contribuíram para a *performance* do consumo de óleo diesel em 2022, foram os seguintes: **I. Minério:** • Redução de consumo de óleo diesel devido à estratégia de isolamento/desligamento das locomotivas comandadas em pontos em que o perfil do trecho permite que o trem mantenha sua velocidade somente com a tração da locomotiva do comando; • Manutenção da via permanente para viabilizar aumento de velocidade em locais onde favorecem a condução mais econômica dos trens. **II. Agrícolas:** • Aquisição de novas locomotivas mais eficientes e a adoção de uma estratégia de cascateamento mais inteligente possibilitaram realizar grande parte da produção deste fluxo com a frota *premium* da empresa. Entrou em vigor somente nos meses finais do ano, não sendo suficiente para reverter todo o *gap* acumulado. **III. Carga Geral:** • Aumento na capacidade nominal das locomotivas no trecho do Vale do Paraíba por meio de análise detalhada do perfil da via neste trecho, visando criar uma nova classificação de perfil menos restritiva que permite maior tonelada por locomotiva. • Criação de uma metodologia de alocação de locomotivas mais eficientes baseada na particularidade dos trens de carga geral, visando maior produtividade das locomotivas. Apesar de todas as melhorias acima, um fator determinante para o resultado da eficiência energética global é a representatividade do volume de minério, visto que este grupo de carga é o que possui melhor eficiência energética dentre todos e toda e qualquer redução de sua representatividade afeta diretamente no indicador global. Reforçando nosso compromisso com a redução dos impactos causados por nossas operações e a busca constante de melhoria, inovação e tecnologias que contribuam para o atingimento de metas, em 2022, a Companhia iniciou, também, estudos e testes com locomotivas híbridas, que possibilitarão uma operação mais eficiente e sustentável em médio e longo prazo.
O gráfico, a seguir, apresenta a evolução da eficiência global:



O *Transit Time* do minério de ferro – calcula o tempo que se leva no transporte da carga desde a origem até o destino – obteve, em 2022, redução em função de maior eficiência na execução da operação do Trem Não Tripulado ("TNT"). O impacto do modelo de circulação vigente desde 2020 para atendimento ao terminal do Andaime por meio da operação do TNT continua presente na circulação dos trens. Nesse modelo, para o trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III de forma não tripulada, é preciso cumprir um protocolo técnico e de segurança que reduz a velocidade média da composição. Também houve redução em outras regiões em função de ganhos operacionais.

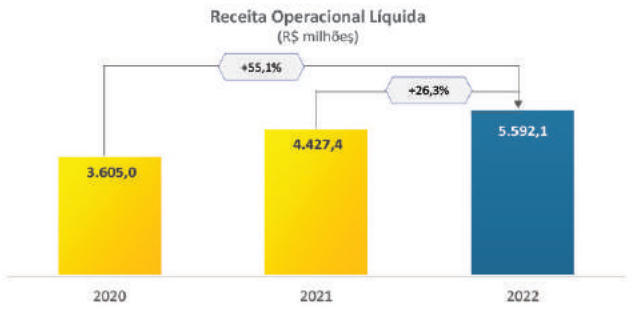


MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

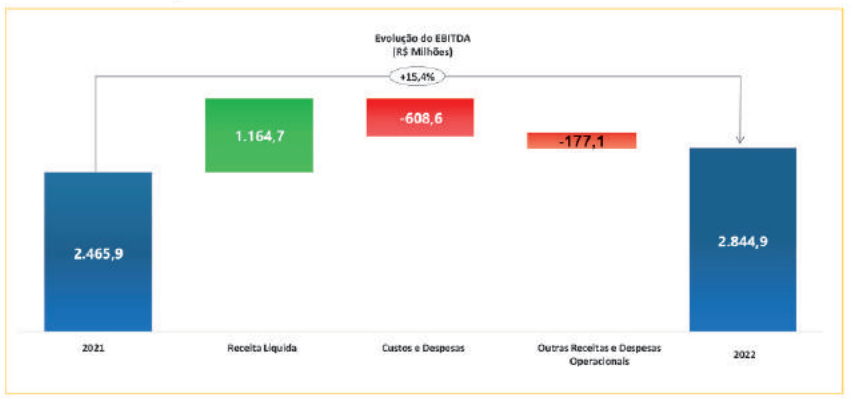
Resultados	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Receita Bruta (R$ milhões)	1.586,9	1.163,5	36,4%	1.687,8	-6,0%	6.029,4	4.788,9	25,9%
Receita Líquida (R$ milhões)	1.473,2	1.071,6	37,5%	1.574,9	-6,5%	5.592,1	4.427,4	26,3%
Tarifa Média Líquida (R$/ton)	32,0	28,1	14,1%	34,4	-6,8%	31,4	26,0	20,4%
EBITDA (R$ milhões)	708,6	500,9	41,5%	812,0	-12,7%	2.844,9	2.465,9	15,4%
Margem EBITDA (%)	48,1%	46,7%	1,4pp	51,6%	-3,5pp	50,9%	55,7%	-4,8pp
Lucro Líquido (R$ milhões)	244,1	66,2	268,6%	322,8	-24,4%	874,2	699,6	25,0%
Dívida Líquida/EBITDA[1] (x)	1,2x	1,0x	0,2x	1,2x	0,0x	1,2x	1,0x	0,2x

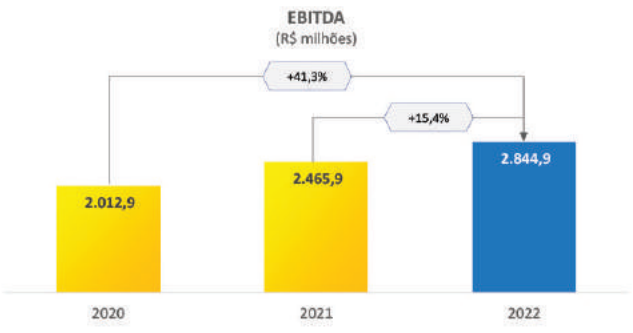
[1] EBITDA acumulado nos últimos 12 meses. O *covenant* foi detalhado no capítulo endividamento deste *release*. **Receita Líquida:** Incremento de R$ 1.164,7 milhões, reflexo, principalmente, do volume transportado de 104,2 Mt pelo segmento do Minério de Ferro, que representa 58,5% do volume total da MRS, e aumento na tarifa consolidada. **II. Custos e Despesas**: O aumento de R$ 608,6 milhões, em comparação ao ano de 2021, foi em função, principalmente: (i) do aumento no volume de transporte; (ii) pressão inflacionária, especialmente, nos custos com diesel; (iii) crescimento nos custos com manutenção de ativos. **III. Outras Receitas e Despesas Operacionais**: O resultado líquido de outras receitas e outras despesas operacionais apresentou retração de R$ 177,1 milhões em 2022, devido, principalmente, ao impacto do reconhecimento, em 2021, dos créditos fiscais, decorrentes de decisão favorável, relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.



EBITDA

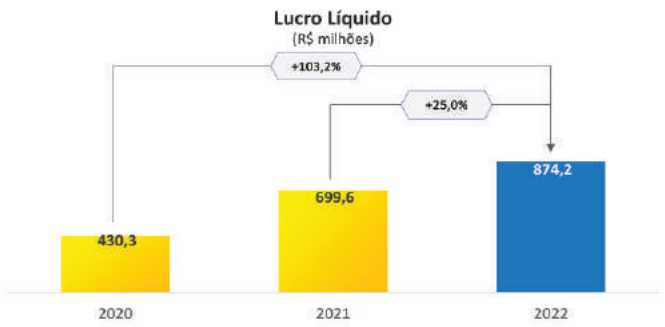
O EBITDA encerrou o ano de 2022 com aumento de 15,4% quando comparado ao ano de 2021, atingindo R$ 2.844,9 milhões, com Margem EBITDA de 50,9%, redução de 4,8 p.p. em comparação ao ano anterior.
A seguir, demostramos a evolução do EBITDA de forma mais detalhada:





LUCRO LÍQUIDO

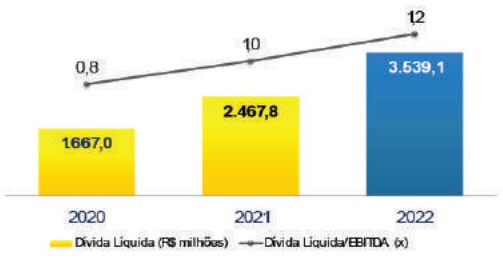
A MRS encerrou o ano de 2022 com Lucro Líquido de R$ 874,2 milhões, crescimento de 25,0%, equivalente a R$ 174,6 milhões, quando comparado ao ano de 2021. Esta variação reflete o volume transportado conjugado com o aumento consolidado da tarifa, parcialmente compensados pelo reconhecimento em 2021 dos créditos fiscais, mencionados no item anterior.



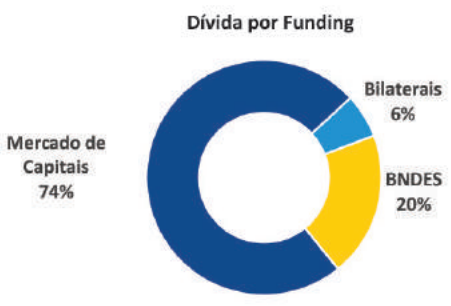
ENDIVIDAMENTO

Em R$ milhões	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22
Dívida Bruta[1]	**4.406,0**	**4.304,4**	**2,4%**	**4.558,4**	**-3,3%**
Dívida Bruta em reais	4.169,7	3.940,7	5,8%	4.322,7	-3,5%
Dívida Bruta em moeda estrangeira	236,3	363,7	-35,0%	235,7	0,2%
Caixa e Aplicações Financeiras[2]	**866,9**	**1.836,6**	**-52,8%**	**1.468,5**	**-41,0%**
Dívida Líquida	**3.539,1**	**2.467,8**	**43,4%**	**3.089,9**	**14,5%**
EBITDA [3]	**2.844,9**	**2.465,9**	**15,4%**	**2.637,1**	**7,9%**
Dívida Líquida/EBITDA[3] (x)	**1,2x**	**1,0x**	**0,2x**	**1,2x**	**-**

1 A diferença em relação à soma das linhas de Empréstimos e Financiamentos (Balanço) corresponde aos Custos de Transação e Incorpora o valor justo dos instrumentos derivativos; **2** Inclui Caixa Restrito; **3** EBITDA acumulado 12 meses.A Dívida Bruta da Companhia encerrou, o ano de 2022, com saldo de R$ 4.406,0 milhões, aumento de R$ 101,6 milhões quando comparada ao ano de 2021. Esta variação foi decorrente dos principais fatores: captação no montante de R$ 600 milhões com BNDES, parcialmente, compensada pelas amortizações da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, totalidade da 8ª emissão de debêntures e do empréstimo junto ao Banco de Tokyo, que reduziram o Caixa da Companhia em R$ 969,8 milhões.
Em 2022, o saldo de dívida líquida alcançou R$ 3.539,1 milhões *versus* R$ 2.467,8 milhões em 2021. Esse acréscimo refere-se às movimentações de amortizações de financiamentos e novas captações, além do fluxo de investimentos (o montante de R$ 2,1 bilhões de *Capex* está detalhado no item 'Projetos e Investimentos' desse relatório).
O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA foi de 1,2x em 31 de dezembro de 2022 *vs* 1,0x em 31 de dezembro de 2021:



No encerramento do 4T22, a maior parte da dívida estava indexada ao CDI, com a importante participação dos instrumentos classificados como Mercado de Capitais (Debêntures e Notas Promissórias), além das demais linhas, classificadas como bilaterais e com o BNDES.

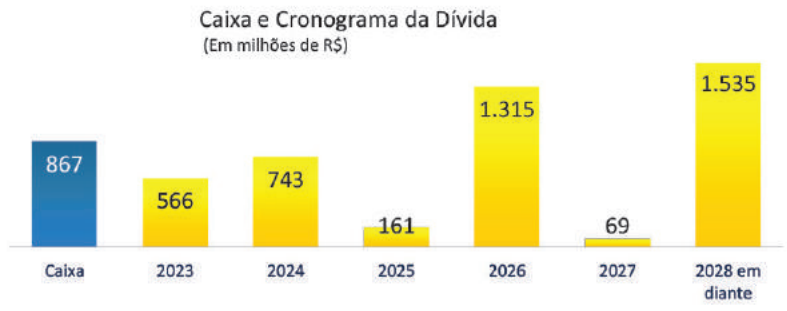


A tabela, a seguir, demonstra a conciliação do EBITDA Recorrente utilizada no cálculo dos *covenants*:

Conciliação do EBITDA (R$ milhões)	4T22	4T21	4T22 x 4T21	3T22	4T22 x 3T22	2022	2021	2022 x 2021
Lucro (Prejuízo) Líquido	**244,1**	**66,2**	**268,6%**	**322,8**	**-24,4%**	**874,2**	**699,6**	**25,0%**
(+) Tributos sobre o Lucro	119,4	21,3	460,0%	75,6	57,9%	354,8	346,3	2,4%
(+) Depreciação e Amortização	223,3	280,4	-20,3%	249,0	-10,3%	1.054,6	1.056,7	-0,2%
(-) Depreciação Direito de Uso (contratos arrendamento)	(25,0)[1]	(98,2)	-74,6%	(50,5)[1]	-50,6%	(286,2)[1]	(351,1)	-18,5%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(121,9)	(133,0)	-8,3%	(169,1)	-27,9%	(561,3)	(363,2)	54,5%
(-) Encargos Financeiros AVP (contratos arrendamento)	(60,5)[1]	(43,6)	38,9%	(53,9)[1]	12,4%	(196,3)[1]	(159,8)	22,8%
(=) EBITDA Recorrente [2]	**623,1**	**359,1**	**73,5%**	**712,1**	**-12,5%**	**2.362,5**	**1.955,0**	**20,8%**

[1] As informações detalhadas podem ser encontradas nas notas explicativas 18.2 e 36.
[2] Condição mais restritiva assumida com credores.

Cronograma de Amortização: O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal da dívida em 31 de dezembro de 2022. O prazo médio do endividamento da MRS em dezembro de 2022 foi de 5,10 anos, representando um alongamento do perfil da dívida do grupo em relação a dezembro de 2021, que foi de 4,67 anos.



Rating

Agência	Escala Local	Escala Global	Perspectiva
Standard & Poor's	AAA	BB-	Estável
Fitch	AAA	BB	Estável

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A geração de caixa em 2022 foi negativa em R$ 969,7 milhões. O saldo de caixa encerrou ano em R$ 866,9 milhões, no ano de 2021, foi em R$ 1.836,6milhões. Esta variação foi influenciada, principalmente, pela atividade de financiamento devido ao menor volume de captações.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Em R$ milhões	2022	2021
Caixa no início do período	**1.836,6**	**1.206,5**
Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	**1.229,0**	**1.045,9**
Depreciação e amortização	1.054,7	1.056,7
Variação monetária,cambial e encargos financeiros	742,5	603,0
Valor Residual do Imobilizado/Invest. Perm. Baixado	30,1	40,6
Provisão Crédito tributário	(18,1)	(338,0)
Impostos Diferidos	0,9	7,1
Provisão (Reversão)	(3,4)	(28,6)
Outros	29,2	98,5
Lucro Líquido Base Caixa	**3.064,9**	**2.485,2**
Variações nos ativos e passivos	**(1.192,6)**	**(914,4)**
Contas a receber	(6,6)	(8,3)
Estoques	(15,7)	(73,2)
Caixa restrito	(1,1)	-
Aplicações financeiras	-	-
Impostos a recuperar	(124,4)	(149,5)
Fornecedores	(65,3)	36,5
Obrigações fiscais	(16,7)	(3,9)
Pagamento de tributos sobre o lucro	(385,8)	(371,9)
Obrigações sociais e trabalhistas	38,3	44,3
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(270,9)	(146,3)
Pagamento de juros sobre direito de uso	(196,3)	(159,8)
Outros	(148,1)	(82,3)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**1.872,3**	**1.570,8**
Atividades de Investimento	**(1.838,2)**	**(1.515,4)**
Imobilizado	(1.762,2)	(1.472,7)
Intangível	(76,4)	(45,3)
Recurso proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado	0,4	2,6
Atividades de Financiamento	**(1.003,8)**	**574,7**
Captações	618,1	561,9
Debêntures	-	1.500,0
Pagamentos	(904,4)	(1.049,2)
Direito de Uso	(551,3)	(335,9)
Dividendos pagos	(166,2)	(102,1)
Caixa no Finaldo Período	**866,9**	**1.836,6**
Geração de Caixa	**(969,7)**	**630,1**

PROJETOS E INVESTIMENTOS: Em 2022, marcou a assinatura do contrato da renovação e com ele inicia-se um compromisso de realização investimentos obrigatórios. A MRS investiu, este ano, o montante de R$ 2.096,3 milhões sendo que, aproximadamente, R$ 88,2M, já foram destinados ao desenvolvimento de projetos de engenharia e início de obras que visam atender aos requisitos obrigatórios da renovação.

Investimentos - R$ Milhões	2022
Material Rodante [1]	1.223,1
Via Permanente [2]	688,7
Programa SMS [3]	35,9
Sistemas de Eletrônica	17,9
Outros	130,8
Total	**2.096,3**

[1] Aquisição, confiabilidade e modernização do material rodante; [2] Expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização da via permanente; [3] Investimentos em Saúde, Meio Ambiente e Segurança.
Cabe destacar ainda, que além dos investimentos obrigatórios, a CIA manteve em 2022 o compromisso com a sustentabilidade do negócio, investindo na (i) confiabilidade de ativos, (ii) em iniciativas que visam a oportunidades de expansão de negócios e capacidade, e (iii) em projetos de melhorias tecnológicas ou que geram ganhos de produtividade e/ou otimizações da operação ferroviária: **Confiabilidade de infraestrutura**: manutenção do plano preventivo de intervenções ao longo da via, com execução de 36 obras de contenção, 11 intervenções/substituições de pontes, uma intervenção em viaduto e uma obra em túnel, visando minimizar os riscos associados à confiabilidade do trecho. Realização de obras emergenciais devido às fortes chuvas no início de 2022, com destaque para: 5 obras de contenção na Frente Norte (Zona de Auto Salvamento) e reconstrução em pontos emergenciais do Ramal Burnier. **Modernização de ativos**: mantida a estratégia de realização de intervenções em locomotivas, vagões, e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência, segurança e otimização das operações ferroviárias. Para apoiar a estratégia destas intervenções de via, foi iniciada a obra da Oficina de Equipamentos de Via no pátio do P1-07. Além disso, foram desenvolvidos projetos de eletroeletrônica que visam sinalizar e automatizar as linhas ao longo da ferrovia. **Expansão da via permanente e pátios**: foco em projetos que suportam a carga geral, com a conclusão da obra de expansão do Pátio de Santos Integrado e continuidade da recapacitação da via permanente no trecho Itirapina-Pederneiras, o que permitiu o aumento de velocidade do trem para 40km/h no local. Além disso, foram direcionados esforços no desenvolvimento da maturidade de projetos que serão iniciados os próximos anos em função dos investimentos obrigatórios. **Aquisição/Melhorias de Material Rodante**: avanço na aquisição de vagões GDT (467 vagões) e 1 vagão protótipo do modelo HAT. Na frente de locomotivas, foram adquiridas 26 locomotivas AC44, 3 locomotivas ES44 e 3 locomotivas SD70 para atendimento ao volume projetado. Além destas frentes de aquisição, foram continuadas as adequações em vagões HAT para aumento do volume por vagão (95 vagões adaptados). **Projetos tecnológicos**: destaca-se a conclusão da fase de fundação do projeto de implantação do novo sistema ERP (SAP), continuação do desenvolvimento de sistemas de TI com foco nos processos da operação da Companhia e ampliação na abrangência da utilização de controles remotos para manobra de locomotivas em pátios. Além disso, destaca-se a continuidade do projeto que visa ampliar o tamanho do trem e a análise de seus impactos. Destacamos também o desenvolvimento e a criação de uma ferramenta/plataforma única de comunicação junto ao cliente.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

O ano de 2022 ficou marcado na história da MRS com a assinatura de repactuação do contrato de concessão estendendo o prazo final para 2056, o ano também ficou marcado pelo crescimento consistente no volume, tanto global quanto volume próprio. Destaca-se o recorde histórico do Carga Geral, sendo impulsionado pelo aumento do segmento de agrícolas, principalmente no fluxo de celulose oriundo do novo terminal em Pederneiras-SP. Tais conquistas ganham mais brilho considerando um ambiente externo marcado por instabilidades, controle pandêmico e conflitos entre países, que de algum forma impactaram o mercado global e sua logística. Mesmo com o contexto de incertezas, espera-se, para 2023, um crescimento de volume nos segmentos de mineração e agrícolas. De modo a permitir este crescimento de maneira sólida e agregando valor aos clientes, a MRS irá continuar desenvolvendo soluções de aumento de capacidade e eficiência operacional, buscando, cada vez mais, incorporar iniciativas inovadoras e sustentáveis para seu negócio. A MRS também divulgou seu novo referencial estratégico, que será o principal guia nos próximos anos. Este referencial reforça a atuação no transporte de cargas e oferta de soluções logísticas mais abrangentes. O novo propósito e aspirações serão pautados, entre outros princípios, no foco do cliente, diversidade e inovação, além dos valores de segurança e excelência que já estão incorporados nas operações da MRS. Para os próximos anos, conforme prorrogação do contrato de concessão, serão investidos bilhões de reais em projetos que trarão benefícios para a sociedade, empresa, clientes e competitividade do Brasil. Vale destaque nas obras, de diferentes naturezas, para expansão da capacidade, interesse público e iniciativas para redução dos conflitos urbanos nas diversas localidades em que a MRS está presente.

MARCOS REGULATÓRIOS

Sob a ótica regulatória, o ano de 2022 foi marcante para a MRS, com conquistas históricas e de impactos relevantes que proporcionarão mais eficiência e modernização para o serviço público de transportes ferroviários.

DESTAQUES REGULATÓRIOS 2022

Em abril, a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou a extinção do contrato de arrendamento, mediante a assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Nessa linha, os bens móveis recebidos, pela Concessionária na época da desestatização, poderão ser alienados, cedidos e/ou substituídos sem a necessidade de processos administrativos junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), desde que observadas as condições relativas as capacidades equivalentes que deverão ser revertidas à União com o término da concessão da MRS, em 2056. No tocante aos bens imóveis, foi firmado um termo de cessão com o detalhamento dos ativos que foram cedidos à Companhia. Com relação ao processo de renovação antecipada da concessão MRS, este foi iniciado em 2015 a partir do protocolo do pedido de prorrogação antecipada e ao longo da jornada a MRS apresentou o plano de negócios e a realização de audiências públicas com intuito de colher contribuições da sociedade. Em 1º de junho de 2022, houve a aprovação unânime pelo Tribunal de Contas da União (TCU) do processo da MRS, refletindo o rigor técnico e a completude dos documentos apresentados pela Companhia. Posteriormente, a diretoria colegiada da ANTT aprovou, em 27 de julho de 2022, os estudos e documentos para a renovação antecipada do contrato da Malha Sudeste de Ferrovias. A decisão foi publicada no dia 28 de julho de 2022, no Diário Oficial da União, e a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MRS, ocorreu no dia 29 de julho de 2022, em celebração presencial na sede da empresa em Juiz de Fora, MG. O Plano de Investimentos da MRS foi construído em conjunto com o Ministério da Infraestrutura (MInfra) e a ANTT e está baseado em três pilares: (i) expansão de capacidade e atendimento aos parâmetros de desempenho, (ii) investimentos estruturantes de interesse público e (iii) obras para minimizar os conflitos urbanos. Como contrapartida à renovação antecipada da concessão, o plano prevê desembolso na ordem de R$ 11 bilhões em obras e aquisição de ativos, além de dispêndios financeiros em diversas obrigações complementares. Ressalta-se que, em virtude da renovação da concessão, as metas estabelecidas e apuradas pela ANTT foram remodeladas. Na vigência do 4º termo aditivo ao contrato de concessão da MRS e em consonância com a Resolução nº 5.831/2018, as metas de produção e segurança foram substituídas por indicadores de prestação de serviços, entre eles: Índice de Acidentes Ferroviários Graves (IAFG), Idade Máxima da Frota de Locomotivas (IMFL), Indicador de Velocidade Média de Percurso (IVMP) e (Índice de Saturação da Ferrovia) ISF e começarão a ser apuradas no ano 1 do contrato, ou seja, em julho de 2023.

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

AGENDA ESG

Clima Organizacional: A pesquisa de clima organizacional, realizada em dezembro, atingiu 82,79% de favorabilidade dos colaboradores, tendo 5332 respondentes (85,6% de adesão). A pesquisa foi composta por perguntas que se agruparam em quatro dimensões: (i) Aprendizagem e Desenvolvimento, (ii) Satisfação e Motivação, (iii) Identidade e (iv) Liderança. Os destaques dos resultados ficaram nessas duas últimas dimensões, que apresentaram 88,7% e 86,04% de satisfação, respectivamente. Esses resultados se devem ao empenho do grupo de gestores da empresa, que compartilham da crença quanto à importância de gestão de clima para o engajamento dos colaboradores. **Diversidade:** Assim como salientado no relatório de 2021, a MRS tem um compromisso com a diversidade e a inclusão, registrado em sua Diretriz Organizacional sobre Diversidade e Não Discriminação e expresso como princípio de seu Novo Referencial Estratégico, disponível em: https://www.mrs.com.br/empresa/quem-somos/. Em 2022, as ações voltadas para alavancar a diversidade e promover maior inclusão na Companhia caminharam a passos largos. A Comissão de Diversidade e Inclusão – órgão multidisciplinar, composto pelo Diretor Presidente, Diretoria de Pessoas, Diretoria de Relações Institucionais e colaboradores/as de diferentes carreiras e unidades de lotação – seguiu se reunindo mensalmente para discutir projetos e ações para incremento da diversidade nos quadros da MRS. No mês de novembro, a Companhia realizou a 6ª edição de sua Semana da Diversidade, promovendo eventos virtuais e presenciais para debater temas de gênero e raça e marcando a realização de seu primeiro Censo da Diversidade e Inclusão. A pesquisa permitiu à empresa conhecer a fundo aspectos da identidade de seus colaboradores e colaboradoras, bem como captar suas percepções acerca dos temas de diversidade e inclusão e de como a MRS se posiciona e atua para sua promoção. O censo da MRS teve adesão de 53,6%, marca que posiciona a empresa bem próxima ao benchmark de 58,1% de adesão verificado no mercado. Acerca do resultado, a Companhia teve *score* superior à média observada no mercado em todas as 4 dimensões avaliadas pelo censo, como se observa na tabela abaixo:

Censo da Diversidade e Inclusão	MRS	Média do Mercado
Adesão	**53,6%**	**58,1%**
Score geral	**4,2**	**3,9**
1. Aspectos culturais	4,3	3,8
2. Diversidade	3,8	3,4
3. Inclusão	4,4	4,3
4. Representatividade	4,4	4,1

Fonte: Relatório Pulses

A Companhia encerrou o ano de 2022 com 6.391 colaboradores e colaboradoras, 77% ligados à operação ferroviária. A média de idade das pessoas que fazem parte da MRS é de 37,3 anos enquanto seu de tempo de casa é, em média, de 8,4 anos. Destacamos o aumento do número de mulheres na Companhia, encerrando o ano de 2022 com 930 colaboradoras (efetivas e aprendizes), o que representou um aumento de quase 17% em comparação com o ano anterior. O número de mulheres em cargos de liderança (especialistas, especializados e gestão) obteve o expressivo aumento de 24%, passando de 365, em 2021, para 453, em 2022. Em termos de diversidade étnico-racial, a Companhia alcançou 23,9% de pessoas negras, pardas e indígenas em cargos de liderança – ultrapassando a meta de 20% que havia sido estabelecida em 2021. Foram realizados, ainda, investimentos em torno de R$ 9,4 milhões destinados a projetos e obras de cunho ambiental, segurança do trabalho e diversidade, visando a melhoria e conforto das instalações, bem como adequação para atender público diverso da Companhia, como aumento de banheiros femininos na área operacional e acesso de mobilidade para pessoas com deficiência. **Capital Intelectual:** Em 2022 foram disponibilizados, com uma carga horária média de 53,2 horas/aula para cada aluno/empregado, treinamentos de segurança operacional/pessoal e cursos para qualificação e aperfeiçoamento das atividades exercidas nos mais diversos cargos. Além disso, em 2022, 336 colaboradores se formaram ou deram continuidade aos seus estudos por meio do Programa de Incentivo à Educação onde é custeada pela MRS uma parte das mensalidades dos cursos de formação e aperfeiçoamento. Com o objetivo de formar e preparar colaboradores para posições de gestão e especialista, no ano de 2022, a Companhia prosseguiu com os seguintes programas: • Programa de Formação de Liderança formando 78 colaboradores em parceria com a FIA Business School. • Programa de Formação de Especialistas formando 20 colaboradores e iniciando nova turma com mais 19, com 17 temas diferentes, entre eles: Métodos ágeis, Lean Six Sigma, Comunicação, Finanças Corporativas e Inteligência Emocional. Destacamos, ainda, a conclusão da turma de 20 colaboradores na Especialização em Transporte Ferroviário de Carga, em parceria com o Instituto Militar de Engenharia – IME e o programa de *Trainee* com recorde de 39 pessoas. Além disso, a Academia MRS ministrou os cursos de Formação em Operação Ferroviária para 282 alunos, em parceira com o sistema SENAI de Ensino e Aprendizagem Industrial, nos estados de MG/RJ/SP. **Saúde:** Controlada a pandemia de Covid-19, a MRS reforça seu olhar sobre a saúde mental e emocional de seus colaboradores sem subjugar ações que promovam o bem-estar físico e a prevenção de adoecimento. Uma maneira de olhar que se amplia aos familiares dependentes. Em busca de manter a qualidade de vida, o ano de 2022 permitiu a realização de várias ações, dentre as quais: • **Campanhas de Saúde e Qualidade de Vida:** 166 ações – incremento de 36% em comparação ao ano anterior - lideradas pelas equipes de medicina e enfermagem do trabalho e, por vezes, enriquecidas com a participação de especialistas no tema abordado. • **Covid-19:** Alcance do patamar de 99,93% de colaboradores vacinados com a primeira dose, 99,46% imunizados com as duas doses ou dose única, 66,57% com a primeira dose de reforço e 7,52% já imunizados com a segunda dose de reforço. A disponibilidade de acompanhamento de possíveis casos positivos se manteve ativa, mesmo com a média móvel de casos zerada por mais de 30 dias. • **Campanha de Vacinação Antigripal:** A oferta de vacinação contra a gripe, tanto a colaboradores quanto a seus dependentes, permitiu vacinar 5.145 pessoas com a vacina antigripal quadrivalente (vacina atualizada e de maior potencialidade). • **PCA – Programa de Conservação Auditiva:** Um atualizado e dinâmico modelo de Programa de Conservação Auditiva foi implantado no ano de 2022, permitindo acompanhamento, prevenção e estabilização de perdas auditivas ocupacionais. Além de ações de treinamento e conscientização, foram realizados 4.596 exames audiométricos e anamnese audiológica de acordo com os critérios do Anexo II da NR7. • **Exames Ocupacionais:** 100% de colaboradores da MRS realizaram o exame periódico de saúde ocupacional, independente do risco ocupacional, doença crônica associada ou idade. Dentre estes, 2.306 foram realizados em pontos distantes, por meio de atendimento móvel *in Company*. Além desses exames, foram realizados mais outros 4.199 exames ocupacionais, como admissionais, retorno ao trabalho, mudança de risco ocupacional e demissionais. **Segurança do Trabalho:** A Segurança é um valor que a MRS não abre mão e investe continuamente na busca pela melhoria dos seus resultados. Em 2022, a Companhia registrou uma taxa de frequência de acidentes no valor de 0,74, e mais uma vez sem nenhuma ocorrência que ocasionou em lesões permanentes ou fatalidades. Apesar da taxa ser maior que a do ano anterior, que foi de 0,63, o resultado do ano de 2022 pode ser considerado referência de mercado. Além disso, ressalta-se que nos últimos 13 anos, a redução desta taxa foi de 91%. Ao longo de 2022, foram realizadas diversas ações voltadas para fomentar a segurança entre os colaboradores, como a SIPATMA (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Meio Ambiente), blitz de segurança, campanhas de prevenção de acidentes e de promoção da saúde e do bem-estar, simulados de emergência, workshops, palestras, além da manutenção da Escolinha de Via Permanente, criada em 2021, a capacitação da Brigada de Emergência e a inauguração do primeiro Dojo de Segurança que visa aperfeiçoar habilidades técnicas e comportamentos seguros. **Segurança Operacional:** Nos últimos 13 anos, a MRS apresentou redução de 43% na taxa de ocorrências por bilhão de TKB (ton x km bruto), em função dos esforços da Companhia voltados para a segurança da operação ferroviária. Os acidentes que compõem essa taxa são aqueles com participação direta da MRS (relacionadas às falhas na operação e manutenção) ou os que envolvem outras ferrovias e comunidades (principalmente atropelamentos e abalroamentos). Em 2022, a taxa fechou em 1,59, um dos melhores resultados na história da Companhia, com redução de 10% em relação ao ano anterior, que foi de 1,76. Esse índice reforça o compromisso da Companhia em entregar um serviço de confiança e qualidade para seus clientes, e demonstra mais uma vez que a MRS se encontra nos patamares das principais ferrovias Class#1 norte-americanas. O principal ofensor dessa taxa ainda continua sendo os acidentes causados pela comunidade. Para isso, a Companhia investiu no ano de 2022, recursos financeiros na ordem de R$ 10 milhões em atendimento de 579 ativos, vedação da faixa de domínio e revitalização de 6 PP (passagem de pedestre) e 2 PN (passagem em nível), além de campanhas pedagógicas e forças tarefas com vigilância ostensiva. Ressalta-se também que, a MRS possui diversos programas e ferramentas que auxiliam na segurança ferroviária, como o Programa de Segurança em Terminais, cujo foco é inspecionar as condições físicas e de via permanente nos terminais dos nossos clientes, o Programa de Segurança na Malha, com atenção particular voltada à confiabilidade dos pátios de manobra ferroviária e o programa "PREVER", implementado em 2022, voltado para auditoria de itens críticos nos processos de manutenção e operação e trazendo melhorias significativas para os mesmos. A MRS se orgulha em manter os índices de segurança ferroviária e pessoal apresentados, os quais são compatíveis aos melhores resultados globais. Esses resultados somente são possíveis com o apoio e engajamento dos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores e investidores. **Meio Ambiente:** O respeito ao meio ambiente é um dos pilares que move a MRS para a evolução da cultura de sustentabilidade dentro da Companhia. Para isso, há um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA"), que tem por objetivo permitir a adoção das melhores práticas para a gestão dos programas ambientais executados pela MRS, o controle dos riscos ambientais e a otimização dos custos operacionais. Atuando de forma preventiva, o SGA visa informar o desempenho ambiental dos processos, eliminar e minimizar os possíveis impactos ambientais, reduzir as ocorrências, preparar os colaboradores adequadamente para o atendimento às emergências, bem como obter maior assertividade na condução da estratégia ambiental e dos compromissos assumidos com os órgãos competentes. Em 2022, a Companhia conduziu suas atividades assegurando o cumprimento integral das normas aplicáveis e dos demais requisitos para a preservação do meio ambiente, cumprindo integralmente todos os programas ambientais relativos às condicionantes da Licença de Operação da malha ferroviária e das oficinas. Ao longo do ano, entre os programas ministrados, a Companhia destaca o Programa de gerenciamento de resíduos sólidos, Programa de gerenciamento de efluentes líquidos, Programa de gerenciamento de processos erosivos, Programa de gerenciamento de emissões de gases do efeito estufa e gestão climática, Programa de Educação Ambiental (PEA) e Programa de licenciamento ambiental, dentre outros. A MRS atuou em diversas frentes nos processos de licenciamento ambiental cumprindo todas as condicionantes da licença de operação vigente. Outro marco relevante foi a unificação das licenças de operação emitidas pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em nome da MRS para as atividades da malha ferroviária e oficinas, incluindo as unidades de Barra do Piraí (RJ), Santos (SP), Cubatão (SP) e Jundiaí (SP), consolidando em uma licença de operação todas as ações da Companhia. A Companhia, em seu compromisso de desenvolver uma agenda climática plural e eficiente, ampliou seu inventário de emissões de gases do efeito estufa para emissões do escopo 3 (emissões indiretas), continuando também com dados dos escopos 1 e 2. Como resultado, a Companhia recebeu o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG (acrônimo em inglês: *Green House Gases*) *Protocol*, desenvolvido pelo FGVces (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas), comprovando seu compromisso com dados de emissões amplos e verificados por terceira parte independente. A MRS, também, realizou o levantamento de riscos e oportunidades climáticas de seu negócio, contemplando riscos físicos e de transição, além de mensurar qualitativamente seu impacto no empreendimento. A Companhia, em sua busca contínua por mais transparência junto ao mercado, respondeu o questionário de mudanças climáticas do CDP (*Carbon Disclosure Project*), aumentando sua nota de D para C, o que também comprova a evolução de sua agenda climática. **Relações Institucionais: Relacionamento com a Administração Pública e a Comunidade:** Em 2022, as equipes de Relacionamento Institucional da MRS retomaram suas rotinas de ações e eventos presenciais junto aos Governos Municipais e lideranças das comunidades localizadas no entorno da ferrovia, considerando o controle sobre os riscos de saúde relacionados à pandemia. As ações e eventos para gestão de impactos relacionados à operação ferroviária e melhoria do relacionamento junto aos públicos de interface, são realizados de forma sistêmica, em um processo designado "Metodologia de Diálogo". Este processo, que conta com estruturas formais e informais em vários níveis de gestão, tem por objetivo promover soluções para as mais diversas demandas da comunidade e da Administração Pública e garantir ferramentas de diálogo que permitem um relacionamento ético e vantajoso para todas as partes. Neste contexto, além do atendimento às demandas de rotina, foram estabelecidas parcerias que resultaram em 37 iniciativas, tais como: construção e revitalização de áreas de lazer; ações de mobilidade urbana; construção e implantação de centros de segregação e tratamento de resíduos; implantação de hortas comunitárias e apoio a pequenos projetos sociais locais em municípios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. No consolidado de ações, parcerias e doações, a MRS disponibilizou, em 2022, R$ 3,0 milhões por meio de recursos próprios. Em complemento a estas ações, foi retomado o evento "Espaço Aberto: MRS e Comunidade", realizado anualmente e descontinuado durante a pandemia, no qual representantes de diversas áreas da empresa apresentam uma agenda positiva, com as principais ações e investimentos, e abrem espaço para grupos de trabalho temáticos ampliando as oportunidades de diálogo e participação na construção de soluções. Em 2022, foram realizados três eventos Espaço Aberto que reuniram cerca de 127 participantes dentre lideranças Comunitárias, representantes da Administração Pública, representantes das Casas Legislativas, moradores e gestores de Projetos Sociais parceiros da MRS. As reuniões promovidas junto aos gestores internos para tratamento de demandas e os encontros junto aos públicos externos com objetivo de estreitar o relacionamento, estimular o diálogo e buscar soluções compartilhadas, denominados "Comitês de Diálogo", foram realizados, na abrangência de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, presencialmente, resultando em 233 pequenos eventos com a presença de lideranças comunitárias, representantes da Administração Pública e da Câmara de Vereadores. Cabe ressaltar que, durante o ano de 2022, a MRS contratou uma empresa especializada com objetivo de promover um diagnóstico de suas iniciativas sociais e apresentar propostas de melhoria com base em boas práticas de mercado e indicadores globais, tais como ESG e GRI. O plano de ação, plurianual, desenvolvido em conjunto, será iniciado em 2023. **Ações para Prevenção de Acidentes:** Em 2022, a MRS iniciou projeto piloto para ampliar a abrangência de suas ações com objetivo de multiplicar a cultura de segurança para prevenção de acidentes, relacionadas diretamente às comunidades, através de iniciativas de maior impacto local, como a contratação de campanhas aplicadas em veículos de transporte público municipal (*busdoor*). Além desta iniciativa, as campanhas e informativos digitais, por meio de mídias sociais e aplicativos de mensagens, foram intensificadas. As ações, com foco nas comunidades que apresentam maior incidência de acidentes, foram realizadas em 14 municípios e a estimativa de abrangência, sem considerar o alcance de mídias sociais, é de 40 mil pessoas. **Projetos Sociais, Culturais e Esportivos:** Por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), a MRS apoiou 16 Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, beneficiando inúmeros projetos, além de 11 Conselhos Municipais dos Direitos dos Idosos. A Companhia também patrocinou 15 projetos culturais por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e 4 projetos esportivos através da Lei de Incentivo ao Esporte. Os investimentos socioculturais e esportivos totalizaram R$ 11,1 milhões, em 2022. Ainda, como forma de reiterar seu compromisso com a História Ferroviária, a MRS manteve o compromisso junto ao maior programa de preservação à memória e do patrimônio histórico já realizado no Brasil, "Resgatando a História", em parceria com o BNDES e outras empresas da iniciativa privada, que conta com previsão de aporte total no montante de R$ 200 milhões para os próximos 3 anos. **Parcerias e Doações:** Além de todas as iniciativas já mencionadas, e que se constituem em um programa estruturado com foco em ações relacionadas à atividade ferroviária, a MRS promove, anualmente, inúmeras pequenas doações, de caráter assistencial, que colaboram para o melhor relacionamento junto às comunidades. No ano de 2022, a demanda por doações para eventos comunitários de "Páscoa", "Dia das Crianças" e "Natal" foi intensa e resultou na entrega de mais de 15 mil itens, entre caixas de bombons, brinquedos, caixas de leite e kits escolares distribuídos para 32 municípios de interface. **Deslocamento de Populações:** Ao longo dos últimos anos, a MRS vem aprimorando seus planos de mitigação e programas habitacionais para famílias em situação de risco, próximas a faixa de domínio. Além das frentes relacionadas aos processos, com base nas melhores práticas de mercado e recomendações internacionais, e à formalização de regras para deslocamento de populações, um projeto piloto foi tratado com extrema atenção em 2022. Neste contexto, cabe destacar o projeto em fase de conclusão, no município de Ibirité/MG, para deslocamento de 50 famílias que residiam em áreas de ocupação irregular. Para garantir o maior conforto da comunidade e conformidade legal, foi contratada consultoria especializada com profissionais em assistência social e negociação imobiliária visando à formalização de acordos justos nos processos de aquisição das novas moradias por meio de recursos próprios da MRS. O projeto, conta com acompanhamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e com orçamento de R$ 4 milhões para aquisição das novas moradias. Além das questões relacionadas ao deslocamento das populações, a MRS tem trabalhado em projetos de requalificação das áreas desocupadas com objetivo de proporcionar um melhor uso dos espaços urbanos através de áreas verdes, parques, jardins, segurança e, também, garantir a integridade da faixa de domínio. As ações detalhadas relacionadas ao tema ESG estarão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade da MRS: https://www.mrs.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-mrs/.

AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício de 2022, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e revisões das informações trimestrais. Em atendimento à Resolução CVM 23/2021, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados por esta auditoria além dos mencionados acima.

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	866.856	1.836.612
Caixa restrito	9	1.081	-
Contas a receber de clientes	10	546.154	422.931
Outras contas a receber	12	9.393	16.249
Estoques	13	220.958	202.840
Tributos a recuperar	14	284.711	109.509
Despesas antecipadas	16	40.256	32.672
Instrumentos financeiros derivativos	26	15.114	14.561
Outros ativos circulantes	17	29.500	44.012
Total do ativo circulante		2.014.023	2.679.386
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	10	111.399	247.466
Outras contas a receber	12	18.392	23.046
Tributos a recuperar	14	499.490	550.287
Tributos diferidos	15	83.529	65.124
Despesas antecipadas	16	9.650	1.923
Instrumentos financeiros derivativos	26	115.347	131.519
Outros ativos não circulantes	17	133.908	121.847
Imobilizado em operação	18.1	7.579.778	6.543.555
Imobilizado em andamento	18.1	1.243.042	974.801
Direito de uso em arrendamento	18.2	2.562.195	1.995.247
Intangível	19	160.700	100.535
Total do ativo não circulante		12.517.430	10.755.350
TOTAL DO ATIVO		14.531.453	13.434.736

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	20	578.736	487.525
Obrigações sociais e trabalhistas	21	246.698	208.414
Imposto de renda e contribuição social	22	145.218	188.469
Outras obrigações fiscais	23	65.385	50.694
Empréstimos e financiamentos	24	731.250	770.112
Arrendamento mercantil	25	472.129	383.324
Instrumentos financeiros derivativos	26	157.791	85.324
Dividendos a pagar	27	207.776	166.347
Concessão a pagar	28	-	5.614
Adiantamento de clientes		3.536	5.795
Provisões	29	22.674	21.043
Outras obrigações	30	28.500	25.437
Total do passivo circulante		2.659.693	2.398.098
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Fornecedores	20	42.326	39.449
Empréstimos e financiamentos	24	3.604.792	3.551.286
Arrendamento mercantil	25	1.928.931	1.718.367
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.560	-
Concessão a pagar	28	-	2.758
Adiantamento de clientes		-	19
Provisões	29	752.735	741.117
Outras obrigações	30	26.782	136.175
Total do exigível a longo prazo		6.358.126	6.189.171
TOTAL DO PASSIVO		9.017.819	8.587.269
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	31.a	3.961.031	2.151.539
Destinação de reserva para aumento de capital	31.a	-	1.809.492
Reservas de lucros		1.542.039	875.480
Reserva legal	31.c	420.735	377.026
Reserva para investimentos	31.d	1.121.304	498.454
Ajustes de avaliação patrimonial	31.f	10.564	10.956
Total do patrimônio líquido		5.513.634	4.847.467
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.531.453	13.434.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	33	5.592.118	4.427.385
Custo dos serviços prestados	34	(3.475.295)	(2.911.307)
LUCRO BRUTO		2.116.823	1.516.078
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	34	(15.417)	(16.061)
Despesas gerais e administrativas	34	(341.475)	(298.306)
Outras receitas operacionais	35	312.077	500.326
Outras despesas operacionais	35	(281.770)	(292.888)
LUCRO OPERACIONAL		1.790.238	1.409.149
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	36	505.644	389.420
Despesas financeiras	36	(1.066.921)	(752.668)
		(561.277)	(363.248)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.228.961	1.045.901
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	37	(373.914)	(357.400)
Diferido	37	19.129	11.083
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		874.176	699.584
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - MILHARES	31.a	340.000	340.000
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R$		2.571,11	2.057,60
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	32	2,461	1,970
PREFERENCIAL	32	2,707	2,167
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	32	2,707	2,167
PREFERENCIAL	32	2,707	2,167
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		874.176	699.584
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	31.f	(607)	877
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	31.f	215	338
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		873.784	700.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		874.176	699.584
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	31.f	(607)	877
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	31.f	215	338
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		873.784	700.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Destinação para aumento do capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Retenção para investimentos	Reservas de lucros – Total	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2021		2.047.268	104.271	9.741	342.047	1.809.492	2.151.539	-	4.312.819
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	32						-	699.584	699.584
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		-	-	1.215	-	-	-	-	1.215
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	1.215	-	-	-	699.584	700.799
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Aumento de capital - RCA 24/03/2021		104.271	(104.271)				-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício							-		
Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital	31.a		1.809.492			(1.809.492)	(1.809.492)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio									
Dividendos mínimos obrigatórios	27						-	(166.151)	(166.151)
Transferência entre reservas							-		
Reserva legal	31.c				34.979		34.979	(34.979)	-
Retenção para investimentos	31.d					498.454	498.454	(498.454)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		104.271	1.705.221	-	34.979	(1.311.038)	(1.276.059)	(699.584)	(166.151)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.151.539	1.809.492	10.956	377.026	498.454	875.480	-	4.847.467
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2022		2.151.539	1.809.492	10.956	377.026	498.454	875.480	-	4.847.467
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício	32						-	874.176	874.176
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	31.f	-	-	(392)	-	-	-	-	(392)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	(392)	-	-	-	874.176	873.784
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Aumento de capital (AGO em 26/04/2022)		1.809.492	(1.809.492)	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício							-		
Dividendos e juros sobre o capital próprio							-		
Dividendos mínimos obrigatórios	27						-	(207.617)	(207.617)
Transferência entre reservas									
Reserva legal	31.c				43.709		43.709	(43.709)	-
Retenção para investimentos	31.d	-	-	-	-	622.850	622.850	(622.850)	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		1.809.492	(1.809.492)	-	43.709	622.850	666.559	(874.176)	(207.617)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.961.031	-	10.564	420.735	1.121.304	1.542.039	-	5.513.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido antes do IR e CSLL	37	1.228.961	1.045.901
Resultado na alienação do imobilizado e intangível		(156)	(1.595)
Depreciação e Amortização	34	1.054.670	1.056.749
Variação monetária/cambial e encargos financeiros		742.463	603.043
Valor Residual do Imobilizado/ Invest. Perm. Baixado		30.134	40.550
Provisão (Reversão)	29	(3.425)	(28.614)
Amortização Despesa Antecipada	16	31.643	22.982
Provisão p/ Baixa de Ativos	35	(2.308)	75.270
Provisão Perdas e créditos de Liquidação Duvidosa	34	(343)	1.460
Provisão de créditos tributários	36	(18.100)	(337.972)
PIS e COFINS diferido		-	-
Tributos diferidos		939	7.084
Outros		234	398
		3.064.712	2.485.256
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a Receber	10 e 11	(6.600)	(8.287)
Estoques	13	(15.730)	(73.183)
Impostos a Recuperar	14	(124.405)	(149.545)
Despesas Antecipadas	16	(46.956)	(39.516)
Adiantamentos		14.511	(16.709)
Outros Ativos		1.951	11.290
Caixa Restrito		(1.081)	-
(Aumento) redução nos passivos operacionais			
Concessão a Pagar	28	(8.372)	929
Fornecedores		(65.298)	36.505
Obrigações Fiscais	22 e 23	(16.714)	(3.931)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	38.284	44.335
Provisões/Reversões		(606)	877
Adiantamento de clientes		(2.278)	3.893
Aplicações Financeiras		-	-
Outras Obrigações		(106.339)	(43.033)
Caixa gerado pelas operações		2.725.079	2.248.881
Pagamento de tributos sobre o lucro		(385.760)	(371.926)
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos	38.3	(47.966)	(60.234)
Pagamento de juros sobre direito de uso	38.3	(196.259)	(159.820)
Pagamento Juros Debêntures	38.3	(222.895)	(86.038)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.872.199	1.570.863
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de Imobilizado	18.1	(1.762.174)	(1.472.711)
Adições de Intangível	19	(76.429)	(45.315)
Recursos provenientes da alienação de bens do Imobilizado/Intangível	35	449	2.588
Caixa líquido atividades de investimento		(1.838.154)	(1.515.438)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação Empréstimos e Financiamentos	38.3	618.072	561.930
Pagamento empréstimos e financiamentos/instrumentos financeiros derivativos	38.2 e 38.3	(482.809)	(619.871)
Adição de Debêntures	38.3	-	1.500.000
Pagamento de Debêntures	38.3	(421.598)	(429.373)
Pagamentos Arrendamento Mercantil	25	(551.304)	(335.853)
Dividendos Pagos	27	(166.162)	(102.130)
Caixa gerado pelas operações de financiamento		(1.003.801)	574.703
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		(969.756)	630.128
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes			
Saldo inicial		1.836.612	1.206.484
Saldo final		866.856	1.836.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	33	6.029.362	4.788.858
Outras receitas	35	312.077	500.326
Receitas de construção de ativos próprios		62.757	93.198
Provisão/(reversão) de créditos de liquidação duvidosa	34	343	(1.459)
		6.404.539	5.380.923
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(2.201.085)	(1.657.232)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(151.770)	(131.460)
Outros		(183.070)	(200.687)
		(2.535.925)	(1.989.379)
VALOR ADICIONADO BRUTO		3.868.614	3.391.544
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	34	(1.054.641)	(1.056.749)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		2.813.973	2.334.795
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	36	505.644	389.420
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		3.319.617	2.724.215
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		710.414	602.317
Impostos, taxas e contribuições		655.203	654.827
Remuneração de capitais de terceiros		1.079.824	767.487
Remuneração de capitais próprios	32	874.176	699.584
Dividendos	27	207.617	166.151
Lucros retidos	31.c e 31.d	666.559	533.433
		3.319.617	2.724.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos. Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Em 29 de julho de 2022 a Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A. que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos, a concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga, com prazo de vigência até 2056 (vide nota 6). O contrato de concessão vigente estabelece indicadores específicos a serem cumpridos pela Companhia, relacionadas com os acidentes ferroviários graves, velocidade média de percurso, idade máxima da frota de locomotivas e índice de saturação da ferrovia. Caso esses indicadores não sejam alcançados, após superada todas as fases de esclarecimentos e defesas administrativas, a ANTT poderá aplicar penalidades podendo inclusive levar a caducidade, em caso de descumprimento reiterado das metas contratuais. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, à exceção do item (i), a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2022, a MRS estava em dia com as obrigações contratuais e devidamente adimplente perante a ANTT.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Apresentação das Informações: a) Declaração de Conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, e (ii) perda pela redução do valor recuperável de ativos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Apresentação de informações por segmentos:** Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, ela está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

Não ocorreram novas normas contábeis em 2022 que afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas nos itens a seguir e de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, publicadas na Imprensa Oficial em 24 de março de 2022, salvo disposição em contrário. **4.1 Moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **4.2 Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. **4.3 Instrumentos financeiros: i. Reconhecimento e mensuração inicial:** Os valores das contas a receber de clientes e dos títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii. Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atenderem ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. **Ativos financeiros: avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido levando em consideração a forma em que o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. O objetivo do modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros a fim de receber os fluxos de caixa contratuais. A Companhia realiza gerenciamento de riscos financeiros para limitar os impactos adversos causados por instrumentos financeiros em seu resultado e fluxo de caixa. **Ativos financeiros: avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor do fluxo de caixa contratual de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros: mensuração subsequente e ganho e perda

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Passivos financeiros: classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no exercício em que são incorridos. **iii. Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv. Compensação:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados ao valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado. A Companhia contrata alguns instrumentos como o de *hedge* para gerenciar exposições resultantes de riscos específicos que poderiam afetar o resultado, ou seja, a variabilidade dos fluxos de caixa associadas a transações no resultado. Ao implementar o modelo de *hedge accounting* a Companhia documentou o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente. A Companhia designou determinados *swaps* que protegem dívidas em dólar, iene e IPCA com juros fixos como instrumento de *hedge* de valor justo. O ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro, no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* que é registrado no passivo com contrapartida no resultado financeiro. Os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* são apresentados na nota explicativa 26. **4.4 *Impairment* de ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento. A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas. Os recebíveis comerciais são agrupados em seis categorias, de acordo com o histórico de perda e natureza da cobrança. A expectativa de perda de crédito de cada categoria é feita como segue: • Aluguel para pessoa física: todos os documentos faturados referentes aos contratos de locação para pessoa física são provisionados como perda, em virtude do alto nível de inadimplência. • Processo judicial: todos os documentos faturados para clientes que estão sendo cobrados judicialmente são provisionados como

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

perda, em virtude do grande nível de incerteza. • Frete: a provisão de perda de créditos esperada para os clientes de frete ferroviário (exceto partes relacionadas) é calculada considerando o percentual das perdas históricas dos dois últimos anos, aplicado sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise. • Outras contas a receber: a provisão de perda de créditos das outras contas a receber que não se referem a frete ferroviário é calculada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise. • Partes relacionadas: tendo em vista que possuímos contratos de longo prazo, mecanismos de proteção e não ter histórico de perda financeira com partes relacionadas, não temos provisões de perdas constituídas para este grupo. • Partilha de frete: a provisão de partilha de frete é determinada pelo percentual de perda histórica, baseado nas inadimplências dos dois últimos anos, sobre o saldo das contas a receber desse grupamento, na data da análise. **4.5 Contas a receber de clientes e partes relacionadas:** As contas a receber de clientes e partes relacionadas correspondem, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. Os valores a receber a longo prazo foram trazidos ao valor presente na data da transação com base na taxa estimada do custo médio ponderado de capital da Companhia. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de juros a apropriar, redutora da conta de clientes, e sua realização é registrada como receita financeira de acordo com o prazo contratual. A taxa de desconto utilizada envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico e foram estimadas entre 10,29% a.a. e 15,91% a.a. **4.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede aos valores líquidos de realização. Provisões para perdas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. **4.7 Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A taxa de amortização dos ativos intangíveis foi estimada em 20% ao ano. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido pela venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **4.8 Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando for feita uma reforma ou benfeitoria, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. Todos os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário, classificados como bens da concessão, deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela concessionária no prazo da concessão, não cabendo qualquer indenização conforme previsão expressa na cláusula 3.2.5 do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos. Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos estimadas e vigentes no ano de 2022 estão detalhadas no quadro abaixo:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente		
Trilhos	7,69	13
Dormentes	8,33	12
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	10,00	10
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	14,53	3 a 17
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	14,35	2 a 17
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

A partir de 29 de julho de 2022, data da assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, os ativos com vida útil econômica que ultrapassarem o período do contrato, terão suas vidas úteis limitadas ao prazo da concessão, devendo ser integralmente depreciados e amortizados até o final da vigência do contrato. **4.9 *Impairment* de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada a metodologia da rentabilidade futura para o ativo individual. Quando não for possível estimar o valor para o ativo individual determina-se o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Assim determina-se o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor em uso. **4.10 Contas a pagar a fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. **4.11 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.12 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos os quais são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Nesse último caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo compensável do exercício, adicionados de quaisquer ajustes de exercícios anteriores, se houver. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos, previstas por lei, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidas. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **4.13 Benefícios a empregados: Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego:** A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados, utilizando método da unidade de crédito projetado. Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde. **Benefício de curto prazo – remuneração variável:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada e puder ser estimada de forma confiável. **4.14 Arrendamentos/Direito de Uso:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada. **Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental construída pela Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental, nominal, utilizando-se dos seguintes critérios: (i) Arrendamento com o Poder Concedente: 9,95% ao ano. Foi obtida considerando a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia; (ii) Contrato de locação de imóveis: 7,89% ao ano. Taxa cotada com instituições financeiras de relacionamento com a Companhia; (iii) Contrato para locação de máquinas, equipamentos e outros: 8,88% e 6,44% ao ano. Taxa de financiamento do BNDES (linha específica para este fim que considera TLP mais *spread* do banco). Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) valores que se espera que sejam pagos de acordo com as garantias de valor residual e; (iii) o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado é realizado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero. A Companhia apresenta ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de TI e contêineres. Além desses, foi registrado o contrato de arrendamento dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga, vinculado ao contrato de concessão. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e/ou de baixo valor:** A Companhia aplica isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e/ou para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Os pagamentos associados a esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como despesa na demonstração do resultado. **Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora:** Nos casos em que a Companhia figura como arrendador intermediário (subarrendamentos) de contratos em que é o arrendatário, é feito uma avaliação para classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. O valor a receber referente a esses contratos é registrado integralmente como contas a receber no ativo circulante e não circulante e amortizado com os devidos recebimentos. A taxa de desconto utilizada para o cálculo ao valor presente do contas a receber dos contratos de subarrendamento é a mesma do contrato de arrendamento principal. **4.15 Concessão:** Os valores a pagar vinculados ao contrato de concessão original, bem como o quarto termo aditivo, que prorrogou a concessão por mais 30 anos refere-se à disponibilização dos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga da Companhia. Por conseguinte, a extensão da concessão da MRS se enquadra como uma alteração relevante em um contrato registrado de acordo com as disposições do CPC 06 (R2). Desta forma, o valor presente da outorga adicional, bem como, a remensuração da concessão original foi calculada pela nova taxa de desconto e adicionadas ao passivo de arrendamento (Nota 25) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 18.2) correspondente. **4.16 Capital social:** O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. **4.17 Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receitas: • **Prestação de serviço de transporte:** A receita com prestação de serviços de transporte ferroviário de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes. • **Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. Alguns contratos de serviços de transporte ferroviário possuem cláusulas de mecanismos de proteção (take or pay) de receita, com a finalidade de garantir que os volumes de transporte demandados pelos clientes sejam realizados. O acionamento da cláusula de mecanismo de proteção ocorre quando o cliente não realiza o volume mínimo previsto em contrato. Os valores são apurados conforme período previsto em contrato e calculados sobre os principais itens que compõem o custo. A receita decorrente do acionamento do mecanismo de proteção é reconhecida em outras receitas operacionais. • **Outras receitas operacionais:** As demais receitas são reconhecidas na medida em que há um direito contratual, há o cumprimento da obrigação de desempenho, for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. **4.18 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos não será inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e outras provisões de créditos fiscais:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. (**b) Benefícios pós emprego:** Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, taxas de rotatividade e de permanência no plano após desligamento/aposentadoria. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base. **(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais:** As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos. A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, eles são ajustados. **(e) Taxa de depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível:** As taxas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis incluem as estimativas das vidas úteis econômicas dos principais ativos da Companhia, as quais são revisadas periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativos, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos imobilizados e intangíveis. Se o valor contábil do ativo imobilizado ou intangível não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(f) Taxa de desconto referente a renovação do contrato de concessão**: A Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4° Termo aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos a concessão original. A Companhia estimou o valor presente da outorga adicional, bem como, a remensuração da concessão original, utilizando taxa de desconto de 9,95% que considerou a representatividade e o custo ponderado das dívidas da Companhia. Os valores foram adicionados ao passivo de arrendamento (Nota 25) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 18.2) correspondente.

6. EVENTOS SIGNIFICATIVOS

6.1 Prorrogação antecipada da concessão: Em 29 de julho de 2022 a Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4° Termo aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A., que prorrogou antecipadamente, por mais 30 anos, a concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga e estabeleceu novas obrigações regulatórias, mediante compromissos financeiros e projetos de investimento. A extensão da concessão da MRS se enquadra como uma alteração relevante em um contrato registrado de acordo com as disposições do CPC 06 (R2). Desta forma, o valor presente da outorga adicional, bem como, a remensuração do arrendamento preexistente devido ao recálculo pela nova taxa de desconto, foram registrados no passivo de arrendamento (Nota 25) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 18.2) correspondente. Resumo dos compromissos financeiros e dos impactos contábeis do reconhecimento inicial decorrentes da prorrogação do contrato:

	Qtde de parcelas	Valor parcela	Valor Nominal	Valor Presente	AVP	Reconhecimento Inicial Ativo Direito de Uso	Reconhecimento Inicial Passivo Arrendamento a pagar (CP + LP)
Arrendamento (contrato original 95%)	16	145.202	2.323.240	1.940.933	382.307	149.779	149.779
Concessão (contrato original 5%)	16	7.642	122.276	102.154	20.121	102.154	102.154
Outorga adicional (Termo Aditivo)	138	14.068	1.941.396	572.991	1.368.405	572.991	572.991
		166.913	**4.386.912**	**2.616.079**	**1.770.833**	**824.924**	**824.924**

Além dos compromissos financeiros, o contrato prevê obrigações regulatórias do Plano de Investimentos que contém diversas obras a serem realizadas durante o prazo contratual prorrogado no valor estimado de R$11 bilhões. Esses investimentos serão registrados no ativo imobilizado conforme sua realização. A renovação do contrato de concessão prevê ainda a revisão e inventário físico da base de ativos imobilizados existentes na data base da modelagem econômico financeira (data base dezembro de 2020). Essa obrigação tem como prazo de entrega até 18 meses contados a partir da publicação de regulamentação pela ANTT. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais na malha concedida, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Também, existe previsão que a Companhia deve concluir um percentual mínimo de certos investimentos até 2032. Adicionalmente, como condição para a assinatura do termo aditivo, a Companhia contratou seguro-garantia no montante de R$1.268.047 com vigência a partir de junho de 2022. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela MRS perante a ANTT, até o valor fixado na apólice. **6.2 Ferrovia Interna do Porto de Santos - FIPS:** Em 17 de outubro de 2022 a SPA (Santos Port Authority) aprovou a manifestação de interesse da MRS Logística em participar da nova cessionária que administrará a Ferrovia Interna do Porto de Santos -FIPS. Em 15 de dezembro de 2022 foi celebrado o contrato entre a Autoridade Portuária de Santos S.A., a MRS Logística S.A. e os demais operadores ferroviários. A FIPS é uma associação entre os operadores ferroviários habilitados, com regras de governança corporativa pré-estabelecidas, com compartilhamento dos investimentos, custos e despesas, bem como das operações, mediante critérios de cálculo e diretrizes já determinados no Contrato de Cessão. O início do período de execução do Contrato de Cessão depende da conclusão de procedimentos administrativos e societários, assim como da conclusão da implantação do Plano de Transição Operacional visando garantir a transferência segura e sem interrupção das operações ferroviárias no Porto. A Associação será responsável pela gestão, operação, manutenção e expansão da malha ferroviária no Porto de Santos, pelo prazo de 35 anos, com investimentos aportados pelos operadores ferroviários na proporção do volume performado/planejado no Porto de Santos, no montante total de, aproximadamente, R$ 891.000, em um prazo aproximado de 5 anos, contados da aprovação dos projetos executivos pela SPA.

7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subsequentes.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	2022	2021
Disponibilidades		
Caixa e bancos	7.170	5.064
	7.170	**5.064**
Aplicações financeiras no país		
CDB	859.686	1.831.548
	859.686	**1.831.548**
	866.856	**1.836.612**

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez média de 45 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são em CDB, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 101,75% e 106,0% (101,5% e 107,0% em 31 de dezembro de 2021). A redução de R$969.756 no saldo de caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, a compromissos de amortização de dívida, em especial a 1ª série da 7ª emissão de debêntures, e a totalidade da 8ª emissão de debêntures. Ocorreram também as amortizações do empréstimo junto ao Banco de MUFG, ocorridas durante os meses de 2022. Em agosto 2022, a Companhia captou recursos junto a BNDES, no montante de R$600.000. A classificação de risco das aplicações financeiras de acordo com o modelo de negócio está descrita na nota explicativa 26.

9. CAIXA RESTRITO

	2022	2021
CDB	1.081	-
	1.081	**-**

O caixa restrito em 31 de dezembro de 2022 está composto por aplicação financeira em CDB, constituída como forma de garantia do contrato comercial de compra e venda de energia elétrica no mercado livre. Esta aplicação está lastreada em títulos no Brasil, e possuí liquidez máxima de 360 dias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, em 103,0%. A classificação de risco das aplicações financeiras em caixa restrito, de acordo com o modelo de negócio, está descrita na nota explicativa 26.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		2022	2021
Contas a receber de partes relacionadas	11	599.585	638.038
Clientes no país	(a)	59.077	34.748
Perdas de créditos esperadas	(b)	(1.109)	(2.389)
		657.553	**670.397**
Circulante		546.154	422.931
Não circulante		111.399	247.466

(a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas. (b) O valor

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

provisionado para perdas de créditos esperadas foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor, quebra de contrato com atraso de pagamento, probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança, além da aplicação de um percentual apurado nas perdas dos últimos dois anos sobre os valores em aberto na data das demonstrações.

11. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 informados nesta nota, são relativos às operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração. As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de garantias de receitas e volumes anuais, assim como ocorre com os demais clientes cativos. Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas, aluguéis e manutenção em material rodante e via permanente. As contas a pagar com partes relacionadas, apresentado em passivos com partes relacionadas, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária, investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia e demais obrigações contratuais. A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

Ativo

		Contas a receber	
		2022	2021
Vale S.A.	(a)	281.191	378.956
CSN Mineração S.A.	(b)	153.999	108.874
Mineração Usiminas S.A.	(c)	108.236	96.408
Companhia Siderúrgica Nacional		29.382	39.013
Ferrovia Centro Atlântica		10.164	5.492
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		4.390	2.754
Gerdau Açominas S.A.		3.673	3.946
CSN Cimentos Brasil S.A.	(d)	2.767	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.		2.169	490
CSN Cimentos S.A.		1.482	373
Confab Industrial S.A.		1.157	-
Gerdau Aços Longos S.A.		749	1.175
Ternium Brasil Ltda.		110	-
Sepetiba Tecon S.A		47	165
Gerdau S.A.		44	144
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.		25	248
		599.585	638.038
Circulante		488.186	390.572
Não Circulante		111.399	247.466

(a) Em janeiro de 2022, a MRS recebeu o valor de R$44.397 referente a segunda parcela do 4º Termo Aditivo firmado em dezembro de 2020 no contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de R$353.539 por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original. A última parcela no valor de R$106.091 registrada no circulante vencerá em janeiro de 2023. O saldo em dezembro de 2022 também está composto pelos valores a receber decorrentes dos serviços de frete ferroviário e pelo reconhecimento da provisão dos mecanismos de proteção de receita no valor de R$134.463. (b) Em janeiro de 2022, a MRS recebeu o valor de R$23.547 referente a 4ª parcela do aditivo contratual firmado em novembro de 2018 entre MRS e CSN Mineração conforme mencionado na nota explicativa 10 (c) das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, restando ainda 4 parcelas, vencíveis em janeiro dos próximos anos. O valor presente restante do fluxo de pagamento em 31 de dezembro de 2022 é de R$62.013, sendo R$23.547 no circulante e R$38.466 registrado no ativo não circulante. O saldo em dezembro de 2022 também está composto pelos valores a receber decorrentes dos serviços de frete ferroviário e pelo reconhecimento da provisão dos mecanismos de proteção de receita no valor de R$65.338. (c) Em 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico financeiro dos contratos até então firmados. O valor está sendo pago em 10 parcelas anuais de R$31.546, vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente restante do fluxo de pagamento em 31 de dezembro de 2022 é de R$104.479, sendo R$31.546 no circulante e R$72.933 registrado no ativo não circulante. (d) A partir de 31 de agosto de 2022 o Grupo CSN adquiriu, através de compra, a empresa LafargeHolcim S.A, alterando sua razão social para CSN Cimentos Brasil S.A. A Companhia possui contratos de recebíveis com algumas partes relacionadas dados como garantia a empréstimos. Exceto para as contas a receber referentes aos mecanismos de proteção de receita e aditivos contratuais, o prazo médio de recebimento das contas a receber com partes relacionadas é inferior a 19 dias.

Passivo

		Contas a pagar / outras obrigações passivas		Adiantamentos		Dividendos a pagar	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Vale S.A.	(e)	-	96.194	-	-	21.697	17.364
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.		-	-	-	-	69.796	55.856
CSN Mineração S.A.	(f)	38.466	51.288	-	346	39.220	31.387
Mitsui & Co. Ltda.	(g)	51.823	90.937	-	-	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional		-	2.102	65	4	39.197	31.369
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		-	-	31	-	555	444
Gerdau Açominas		-	-	10	-	-	-
Ferrovia Centro Atlântica		27.241	13.896	254	102	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.		-	2.188	79	-	-	-
Usiminas Participações e Logística S.A.		-	-	-	-	22.149	17.726
Railvest Investments Inc		-	-	-	-	8.621	6.899
CSN Cimentos S.A.		1.288	-	-	-	-	-
Gerdau S.A.		-	-	4	-	2.607	2.087
SepetibaTecon S.A.		-	18	-	-	-	-
Companhia Metalúrgica Prada		231	-	-	-	-	-
VLI Multimodal S/A		-	-	-	192	-	-
Confab Industrial S.A		-	-	5	-	-	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A		-	-	201	-	-	-
Mitsui & Co. Steel Ltd	(g)	96.496	-	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	3.934	3.215
		215.545	256.623	649	644	207.776	166.347
Circulante		183.393	113.847	649	644	207.776	166.347
Não Circulante		32.152	142.776	-	-	-	-

(e) O valor de R$96.194 em 31 de dezembro de 2021 referia-se à obrigação passiva decorrente do aditivo contratual firmado junto à Vale, em contrapartida ao que foi mencionado na letra (a) desta nota explicativa e em atendimento ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Este valor foi integralmente apropriado no resultado de 2022, como receita de indenização. (f) O valor de R$38.466 em 31 de dezembro de 2022 refere-se à obrigação passiva decorrente do aditivo contratual firmado junto à CSN Mineração, em contrapartida ao que foi mencionado na letra (b) desta nota explicativa e em atendimento ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente. O valor reconhecido inicialmente está sendo apropriado mensalmente ao resultado, pelo período do aditivo contratual, como receita de indenização. (g) Os saldos apresentados nos períodos reportados referem-se ao contas a pagar referente a aquisição de materiais de via permanente.

Resultado

		Receita de serviços		Outras receitas		Receitas Financeiras	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Vale S.A.		2.051.763	1.519.354	133.372	172.991	24.666	15.041
CSN Mineração S.A.		925.912	754.339	15.496	8.511	12.580	10.916
Companhia Siderúrgica Nacional		494.874	434.989	54.198	7.033	3.968	1.253
Mineração Usiminas S.A.		225.875	217.506	-	-	13.032	11.321
Gerdau Açominas S.A.		215.137	171.136	2.750	5.486	37	4
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		152.568	159.346	145	104	262	166
Ferrovia Centro Atlântica		51.805	62.887	3.953	3.808	20	7
Gerdau Aços Longos S.A.		29.250	27.587	33.510	28.619	23	-
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A		49.306	26.858	4.209	2.951	236	15
CSN Cimentos S.A.		30.247	22.440	1.153	3.128	59	1
Ternium Brasil Ltda.		4.028	2.057	-	1.628	2	27
Confab Industrial S.A.		13.568	2.197	-	-	25	6
CSN Cimentos Brasil S.A.	(h)	23.775	-	7	-	2	-
Gerdau S.A.		2.853	964	1.852	1.934	32	13
Mitsui & Co. Ltda.		-	-	-	-	15.300	7.858
Sepetiba Tecon S.A.		-	-	565	210	9	-
Terminal de Cargas Sarzedo Ltda.		-	-	50	618	-	-
		4.270.961	3.401.660	251.260	237.021	70.253	46.628

(h) A variação ocorrida em "Receita de Serviços", refere-se ao item (d).

		Outras despesas operacionais/financeiras	
		2022	2021
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.		14.106	14.739
Mitsui & Co. Ltda.	(i)	13.894	4.783
Gerdau Aços Longos S.A.		6.817	17.106
Vale S.A.		5.109	32
Sepetiba Tecon S.A.		3.467	3.615
Gerdau Açominas S.A.		865	1.006
Companhia Metalúrgica Prada		547	-
Companhia Siderúrgica Nacional		-	105
		44.805	41.386

i) O valor de R$13.894 é decorrente variação cambial referente às aquisições mencionadas na letra (g) desta nota.

Pessoal chave da administração: As remunerações fixas e variáveis do pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, estão registradas no resultado do exercício como segue:

	Resultado	
	2022	2021
Benefícios de curto prazo	18.965	14.822
Benefícios pós emprego	368	318
Outros benefícios de longo prazo	7.603	9.507
	26.936	24.647

Os benefícios do pessoal chave da administração incluem remuneração fixa, programa de participação no resultado, programa de remuneração variável, plano de previdência e outros.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

		2022	2021
Valores a receber subarrendamento	(a)	24.480	28.781
Valores a receber - outras vendas	(b)	7.522	8.115
Demais contas a receber		856	6.535
Perdas de crédito esperadas		(5.073)	(4.136)
		27.785	39.295
Circulante		9.393	16.249
Não Circulante		18.392	23.046

(a) Os subarrendamentos, registrados a valor presente no ativo circulante e não circulante, referem-se a contratos de aluguel de imóveis em que a Companhia é o arrendador intermediário de um arrendamento principal, classificado como Ativo de Direito de Uso. (b) Os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.

A movimentação dos subarrendamentos nos períodos foi como segue:

	2022	2021
Subarrendamento		
Em 1º de janeiro	34.882	36.511
Adições a contratos	385	2.691
Reajustes	3.515	3.046
Desreconhecimento de contratos	(170)	(91)
Amortizações	(9.075)	(7.275)
Saldo final do exercício	29.537	34.882
Juros a transcorrer		
Em 1º de janeiro	(6.101)	(7.293)
Adições a contratos	(65)	(517)
Reajustes	(1.338)	(587)
Desreconhecimento de contratos	30	18
Juros transcorridos	2.417	2.278
Saldo final do exercício	(5.057)	(6.101)
Saldo líquido	24.480	28.781

O fluxo de recebimentos futuros dos subarrendamentos, desconsiderando os juros a transcorrer, é como segue:

	2022	Em até 5 anos	Total
Subarrendamento	8.940	20.597	29.537

13. Estoques

		2022	2021
Materiais de manutenção	(a)	200.688	177.558
Combustíveis		13.964	10.027
Materiais em processo de recuperação		-	9.414
Importações em andamento		1.137	136
Outros		15.298	18.222
Provisão para perdas	(b)	(10.129)	(12.517)
		220.958	202.840

a. Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente. b. Referem-se à provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

14. TRIBUTOS A RECUPERAR

		2022	2021
PIS/COFINS a compensar	(a)	359.010	337.972
PIS/COFINS a recuperar	(b)	124.834	135.507
PIS/COFINS presumido	(c)	55.934	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(d)	189.108	125.171
Imposto de renda	(e)	55.065	60.945
Outros		250	201
		784.201	659.796
Circulante		284.711	109.509
Não circulante		499.490	550.287

(a) O valor de R$ 359.010 (R$337.972 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 13 de maio de 2021, em julgamento com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS e tendo em vista que a ação ajuizada pela MRS para discussão dessa tese tem data anterior a março de 2017, a Companhia calculou, com base em sua melhor estimativa, o ganho de R$337.972, o qual foi provisionado em 2021. (b) O saldo de PIS e COFINS a recuperar refere-se aos créditos apurados sobre aquisição de ativos. (c) O saldo do PIS e da COFINS presumido é referente ao crédito do diesel decorrente da Lei Complementar nº 194/2022 que reduziu à zero a alíquota desses tributos incidentes sobre a venda, até o dia 31 de dezembro de 2022. (d) Referem-se, principalmente, a créditos decorrentes de aquisições de bens para o ativo imobilizado, e de compras de insumos. (e) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos – swap. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos swaps, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações. A composição dos créditos de ICMS registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

Composição créditos ICMS - circulante	2022	2021
ICMS - RJ	27.032	-
ICMS - SP	59.480	14.632
Total circulante	86.512	14.632

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir: Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

		2022	2021
Ativo			
Provisão contingências		243.993	227.590
Provisões diversas		5.507	96.256
Provisão perda ativos		39.582	39.826
Provisão plano de saúde		2.577	2.372
Outros		43	51
Total ativo		291.702	366.095
Passivo			
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS	(a)	(59.312)	(112.502)
Amortização ajustes RTT		(86.573)	(99.823)
Depreciação		(13.282)	(35.239)
Instrumentos financeiros derivativos – *swap*		(29.179)	(25.929)
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas		(11.350)	(19.276)
Outros		(454)	(1.118)
Total passivo		(200.150)	(293.887)
Total líquido		91.552	72.208

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O valor de R$291.702 (R$366.095 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao ativo fiscal diferido. A Companhia estimou seu lucro tributável futuro para os próximos 5 anos e o mesmo demonstrou ser suficiente para cobrir as diferenças temporárias do ativo diferido. Desta forma, os ativos fiscais diferidos foram integralmente reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. O valor de R$200.150 (R$293.887 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao passivo fiscal diferido o qual contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14. O valor amortizado até 31 de dezembro de 2022 foi de R$13.250 (R$20.234 em 2021), sendo que a partir de agosto de 2022, com a renovação antecipada da concessão por mais 30 anos, o saldo remanescente passou a ser amortizado em 412 parcelas, perfazendo um saldo de R$86.573 em 31 de dezembro de 2022 (R$99.823 em 31 de dezembro de 2021). a) A Companhia tem conhecimento do julgamento do RE 1.063.187 (Tema 962), em 30 de setembro de 2021, pela sistemática da repercussão geral, no qual o Supremo Tribunal Federal decidiu ser inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Restou decido em sede de Embargos de Declaração, definitivamente julgados em 29 de abril de 2022, que a decisão produzirá efeitos prospectivos, ficando ressalvadas as ações ajuizadas até 17 de setembro de 2021. A decisão transitou em julgado em 10 de junho de 2022. A MRS ajuizou ação, em 1º de setembro de 2019, e teve seu recurso de apelação parcialmente provido para afastar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário, nos moldes do *leading case*. Tendo em vista que os assessores jurídicos da MRS consideraram remota a perda da discussão em relação ao Tema 962, em julho de 2022, o valor provisionado de R$54.248 referente ao IRPJ e CSLL diferido foi revertido.

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2022	2021
Em 1º Janeiro	72.208	60.788
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS	53.190	(112.502)
Depreciação	21.957	18.829
Provisões diversas	(90.749)	(9.034)
Provisão contingências	16.403	26.082
Amortização ajustes RTT	13.250	20.234
Depreciação acelerada de vagões e locomotivas	7.926	13.788
Provisão perda ativos	(244)	25.670
Instrumentos financeiros derivativos - *swap*	(3.250)	26.440
Provisão plano de saúde	205	1.015
Outros	656	898
No final do exercício	91.552	72.208

PIS e COFINS Diferidos:

		2022	2021
Em 1º Janeiro		(7.084)	-
Provisão receita crédito tributário PIS/COFINS	(a)	(939)	(7.084)
No final do exercício		(8.023)	(7.084)

(a) Efeitos tributários decorrentes do reconhecimento da receita de crédito tributário PIS e COFINS (vide nota 14, letra a).

16. DESPESAS ANTECIPADAS

		2022	2021
Seguros	(a)	24.987	12.661
Despesas antecipadas com verba de fiscalização ANTT	(b)	4.911	-
Despesas antecipadas com pessoal		11.333	16.704
Despesas antecipadas com serviços		8.675	5.230
		49.906	34.595
Circulante		40.256	32.672
Não circulante		9.650	1.923

(a) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros. Os saldos referem-se aos valores ainda não amortizados. A vigência e cobertura das apólices de seguros contratadas pela Companhia estão discriminadas na nota explicativa 39. (b) Refere-se ao pagamento antecipado, em julho de 2022, da primeira parcela da verba de fiscalização decorrente do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão MRS Logística, que será amortizada pelo prazo de 12 meses.

17. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		2022	2021
Depósitos judiciais	(a)	133.901	121.841
Adiantamentos a fornecedores	(b)	16.958	33.311
Adiantamentos a funcionários	(c)	12.542	10.700
Outros		7	7
		163.408	165.859
Circulante		29.500	44.012
Não circulante		133.908	121.847

(a)Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da Lei. Os depósitos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na nota explicativa 29.1. (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado. (c) Correspondem aos adiantamentos concedidos a funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

18. IMOBILIZADO

18.1 Imobilizado em operação e em andamento

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2022							2021
	Imobilizado em operação							
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Outros	Total	Imobilizado em andamento	Total	Total
Custo								
Em 1º de janeiro	**5.819.763**	**3.581.553**	**3.216.020**	**658.973**	**13.276.309**	**974.801**	**14.251.110**	**12.649.703**
Adições	-	-	-	-	-	2.095.983	**2.095.983**	**1.765.340**
Transferências	645.129	612.609	359.956	210.048	**1.827.742**	(1.827.742)	0	-
Reversão (provisão) baixa	(4.309)	(574)	4.804	-	**(79)**	-	**(79)**	**(72.575)**
Reclassificações	-	-	-	20.757	**20.757**	-	**20.757**	-
Baixas	(43.484)	(13.664)	(58.600)	(14.517)	**(130.265)**	-	**(130.265)**	**(91.358)**
Saldo em 31 de dezembro	**6.417.099**	**4.179.924**	**3.522.180**	**875.261**	**14.994.464**	**1.243.042**	**16.237.506**	**14.251.110**
Depreciação								
Em 1º de janeiro	**(2.948.762)**	**(1.874.514)**	**(1.420.697)**	**(488.781)**	**(6.732.754)**		**- (6.732.754)**	**(6.082.112)**
Adições	(369.019)	(210.428)	(136.381)	(46.925)	**(762.753)**		- **(762.753)**	**(700.457)**
Transferências	(21.427)	-	53	21.374	-		- -	-
Reclassificações	-	-	-	(19.017)	**(19.017)**		- **(19.017)**	-
Baixas	43.201	8.017	34.440	14.180	**99.838**		- **99.838**	**49.815**
Saldo em 31 de dezembro	**(3.296.007)**	**(2.076.925)**	**(1.522.585)**	**(519.169)**	**(7.414.686)**		**- (7.414.686)**	**(6.732.754)**
Saldo líquido do exercício	**3.121.092**	**2.102.999**	**1.999.595**	**356.092**	**7.579.778**	**1.243.042**	**8.822.820**	**7.518.356**

A movimentação do imobilizado de 2021 encontra-se publicada na nota explicativa 16.1 das demonstrações contábeis de 2021. **Baixas:** *Locomotivas e Vagões:* Os valores líquidos de R$5.647 e R$24.160 apresentados nos grupos de locomotivas e vagões respectivamente, são decorrentes, principalmente, das baixas dos vagões inutilizados no ano de 2022 e das baixas dos componentes para locomotivas e vagões. **Imobilizado em andamento:** As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, construção de novos pátios e terminais, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização. **Custos de empréstimos capitalizados:** O valor dos custos de empréstimos capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi R$9.320 (R$140 em 31 de dezembro de 2021). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 12,79% ao ano (8,33% no ano de 2021), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia. **Taxas de depreciação:** As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos da Companhia aplicadas no ano de 2022 estão demonstradas na nota explicativa 4.8 destas demonstrações contábeis. A Companhia possui vagões e locomotivas dados em garantia de financiamentos. O valor residual em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dos ativos dados em garantia é de R$1.031.433 e R$579.265, respectivamente. **18.2 Direito de uso em arrendamento:** A movimentação e saldo dos ativos de Direito de Uso está demonstrada abaixo:

		2022					2021
		Bens vinculados à concessão	Veículos	Imóveis	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Custo direito de uso								
Em 1º de janeiro		**2.796.825**	**33.113**	**30.932**	**36.568**	**3.489**	**2.900.927**	**2.461.101**
Adições	**(a)**	824.924	-	69	-	559	**825.552**	**28.291**
Despesas pagas antecipadamente		10.549	-	-	-	-	**10.549**	-
Subarrendamento		(2.381)	-	-	-	-	**(2.381)**	**(4.561)**
Remensuração atualização monetária		16.658	18.435	1.713	-	166	**36.972**	**416.096**
Transferência para o ativo imobilizado		-	-	-	(36.228)	-	**(36.228)**	-
Desreconhecimento		-	(12.739)	(738)	-	(172)	**(13.649)**	-
Saldo em 31 de dezembro		**3.646.575**	**38.809**	**31.976**	**340**	**4.042**	**3.721.742**	**2.900.927**
Depreciação direito de uso								
Em 1º de janeiro		**(851.863)**	**(22.614)**	**(5.636)**	**(24.031)**	**(1.536)**	**(905.680)**	**(554.604)**
Adições		(264.080)	(7.994)	(5.417)	(7.433)	(1.233)	**(286.157)**	**(351.076)**
Transferência para o ativo imobilizado		-	-	-	31.209	-	**31.209**	-
Desreconhecimento		-	311	770	-	-	**1.081**	-
Saldo em 31 de dezembro		**(1.115.943)**	**(30.297)**	**(10.283)**	**(255)**	**(2.769)**	**(1.159.547)**	**(905.680)**
Saldo líquido do exercício		**2.530.632**	**8.512**	**21.693**	**85**	**1.273**	**2.562.195**	**1.995.247**

A movimentação do direito de uso em arrendamento de 2021 encontra-se publicada na nota explicativa 16.2 das demonstrações contábeis de 2021. A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT extinguiu o Contrato de Arrendamento nº 072/96, nos termos da Lei nº 13.448, de junho de 2017, e do Decreto nº 10.161, de 9 de dezembro de 2019, por meio do terceiro aditivo ao Contrato de Concessão, publicado no DOU de 14 de abril de 2022, mediante a transferência à Concessionária dos bens móveis e da cessão de uso dos bens imóveis. Em consequência da primazia da essência sobre a forma, esta extinção contratual não acarretou impacto às demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que foram mantidas as obrigações financeiras a pagar decorrentes do contrato de arrendamento mercantil desses ativos. **(a)** O valor de R$824.924 refere-se ao reconhecimento do novo valor da outorga e remensuração do arrendamento preexistente. Conforme mencionado na nota 6, em julho de 2022, a Companhia celebrou o 4° Termo aditivo ao Contrato de Concessão garantindo o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de mais 30 anos, contados a partir de 2026. O arrendamento dos bens vinculados a concessão será amortizado até 2056.

19. INTANGÍVEL

O intangível está constituído da seguinte forma: a) Aquisição/desenvolvimento de sistemas informatizados e *software*.

	2022			2021
	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
Custo				
Em 1º de janeiro	**227.735**	**73.593**	**301.328**	**257.998**
Adições	-	76.255	76.255	43.503
Transferências	7.601	(7.601)	-	-
Reclassificações	15.471	-	15.471	-
Baixas	(24)	-	(24)	(173)
Saldo em 31 de dezembro	**250.783**	**142.247**	**393.030**	**301.328**
Amortização				
Em 1º de janeiro	**(211.428)**	**-**	**(211.428)**	**(203.570)**
Adições	(8.734)	-	(8.734)	(8.031)
Reclassificações	(12.192)	-	(12.192)	-
Baixas	24	-	24	173
Saldo em 31 de dezembro	**(232.330)**	**-**	**(232.330)**	**(211.428)**
Saldo líquido do exercício	**18.453**	**142.247**	**160.700**	**89.900**

A movimentação do intangível de 2021 encontra-se publicada na nota explicativa 17 das demonstrações contábeis de 2021. A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. b) Adiantamento concessão: Em 31 de dezembro de 2021 o ativo intangível era composto pela parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) no valor de R$10.635. Em 2022, após a renovação do contrato de concessão, o saldo remanescente de R$ 10.549 foi baixado do intangível e adicionado ao arrendamento de direito de uso dos bens vinculados a concessão.

20. FORNECEDORES

		2022	2021
Valores a pagar a partes relacionadas	**11**	177.079	109.141
Fornecedores a pagar - em moeda nacional		430.034	416.475
Fornecedores a pagar - em moeda estrangeira		13.949	1.358
		621.062	**526.974**
Circulante		578.736	487.525
Não circulante		42.326	39.449

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

		2022	2021
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus	**(a)**	106.984	82.289
Salários a pagar		43.131	45.886
Provisão para férias e 13º salário		45.215	36.988
INSS		26.282	21.447
FGTS		8.002	7.142
IRRF a pagar		8.308	5.670
Outros		8.776	8.992
		246.698	**208.414**

(a) O PPR/Bônus provisionados no exercício de 2022, foram integralmente pagos no primeiro trimestre de 2023.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	2021
Imposto de renda	127.977	155.116
Contribuição Social	17.241	33.353
	145.218	**188.469**

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2022	2021
ICMS	45.222	35.932
ISS	4.996	4.707
INSS retido terceiros	6.570	3.884
PIS/COFINS	8.396	6.120
Outros	201	51
	65.385	**50.694**

24. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		2022	2021
Moeda nacional			
FINEM/FINAME - BNDES	**(a)**	870.947	339.297
Banco Safra	**(b)**	50.865	50.518
		921.812	389.815
Custos da transação		(728)	(1.070)
		921.084	**388.745**
Moeda estrangeira			
Banco MUFG	**(c)**	218.831	409.687
		218.831	**409.687**
Custos da transação		(3)	(5)
		218.828	**409.682**
Debêntures	**(d)**		
7ª Emissão		355.001	599.090
8ª Emissão		-	170.560
9ª Emissão		750.605	723.078
10ª Emissão		1.551.697	1.565.704
		2.657.303	3.058.432
Custos da transação		(39.341)	(43.308)
		2.617.962	**3.015.124**
Notas promissórias	**(e)**		
Notas promissórias		578.989	508.652
Custos da transação		(821)	(805)
		578.168	**507.847**
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação		**4.336.042**	**4.321.398**
Circulante		731.250	770.112
Não Circulante		3.604.792	3.551.286

(a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais "*spread*" até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam à redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos, passagens inferiores e projetos sociais. Essas operações têm como garantia recebível de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados e direitos emergentes. Ao final de 2021 e início de 2022, ocorreu a captação no montante aproximado de R$80.000, sendo R$61.930 em dezembro de 2021 e R$18.072 em janeiro de 2022, com vencimento programado para julho de 2035, a uma taxa de 11,38% a.a. Em agosto de 2022 a Companhia obteve a liberação de R$600.000, junto ao BNDES, com prazo de 16 anos, a uma taxa de IPCA + 5,01% a.a. O FINAME e o BNDES automático são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal iguais à taxa efetiva. Os FINAME's tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas, enquanto a linha do BNDES automático financiou projeto de inovação tecnológica que prevê a redução do consumo de combustível nas locomotivas. Esses financiamentos estão sujeitos a encargos de TJLP mais "*spread*", equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 9,70% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. (b) O financiamento junto ao Banco Safra refere-se a uma captação realizada em junho de 2020, no valor total de R$50.000, na modalidade de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com prazo de vencimento de 3 anos, a um custo de CDI+2,75%a.a. Nessa operação não há garantias contratuais e o objetivo da captação é suportar a necessidade de caixa da Companhia no curto e médio prazo. (c) Os financiamentos junto ao Banco MUFG possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía duas captações ativas, sendo a primeira contratada e desembolsada em agosto de 2018, com juros de 4,82% ao ano, no primeiro ano e de 4,59% ao ano para os demais. E, a segunda operação, com prazo de vencimento de 3 anos, a uma taxa de 1,39%a.a. As captações em moeda estrangeira tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos. As operações de empréstimos junto ao MUFG possuem operações de SWAP e designação para *hedge accounting* a valor justo. Em junho de 2022 ocorreu a amortização integral no valor de R$50.000, referente ao empréstimo ocorrido em junho de 2020, em Iene. Em agosto de 2022 ocorreu a amortização parcial da operação firmada em 2018, no montante de 1/3 do total, US$16.666, correspondendo a R$86.181, na data da amortização. (d) Debêntures: • *7ª Emissão:* Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R$550.726 em debêntures, sendo R$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R$555.003. A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R$1. Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431. A primeira série dessa emissão possui prazo de 7 anos, com amortização no 6º e 7º ano e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão, possui prazo de 10 anos, com amortização no 8º, 9º e 10º ano e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano. O pagamento dos juros das duas séries é anual. No dia 6 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das debêntures, pela renúncia da hipótese das debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (*flat*), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016. Em fevereiro de 2022 ocorreu a liquidação da 1ª série, no valor de R$251.755. • *8ª emissão:* Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2ª e 3ª, totalizando uma captação de R$400.000, sendo R$217.960 alocados na 2ª série e R$182.040 na 3ª série. A emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2ª e 3ª séries, com o cancelamento da 1ª série. A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º ano. A 3ª série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6ª emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a Companhia pelo valor na curva e adquiriram os papéis da 8ª emissão | 3ª série, destinada exclusivamente a estes investidores. A 3ª série da 8ª emissão foi emitida a uma taxa fixa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3º, 4º e 5º ano. Os recursos líquidos, obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida. Em dezembro de 2021 ocorreu a amortização de 50% das 2ª e 3ª séries. Em dezembro de 2022 ocorreu a liquidação total da 8ª emissão de debêntures, no montante de R$169.660. • *9ª Emissão:* Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação de R$650.000, sendo R$367.150 alocados na 1ª série e R$282.850 na 2ª série. A 1ª série foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095%a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano. A 2ª série foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4° e 5° anos. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida. • *10ª Emissão:* Entre agosto e setembro de 2021, a Companhia realizou sua 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 150.000 debêntures, em três séries, quais sejam 1º, 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R$1.500.000, sendo R$700.000 alocados na 1ª série, R$300.000 alocados na 2ª série e R$500.000 na 3ª série. A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 100,00% do CDI+1,30% ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 5º ano. A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 4,97% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 10 anos e amortização no 8º, 9º e 10º ano. A 3ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 5,06% ao ano e correção monetária pelo IPCA, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 15 anos e amortização no 13º, 14º e 15º ano. Para a 10ª emissão de debêntures, somente a 2ª e 3ª séries possuem operações de SWAP e designação para *hedge accounting* a valor justo. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida. (e) Notas promissórias: Em outubro de 2021 a Companhia realizou emissão de Notas Promissórias Comerciais, nos termos da Instrução CVM nº 566 e segundo os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 476 no valor de R$500.000, com prazo para amortização de 5 anos e vencimento único em 22 de outubro de 2026, a uma taxa de CDI + 1,30% a.a.. Os recursos obtidos serão utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida e não contarão com qualquer espécie de garantia. O fluxo de amortização futura dos financiamentos é como segue:

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
FINEM/FINAME - BNDES	30.885	49.917	76.840	672.523	830.165
Banco MUFG	-	-	-	-	-
Debêntures	660.967	110.465	689.094	851.516	2.312.042
Nota Promissória	-	-	-	500.000	500.000
	691.852	**160.382**	**765.934**	**2.024.039**	**3.642.207**

Em 31 de dezembro de 2022 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo	Longo prazo					Total
	CP	2024	2025	2026	Após 2026	Total	CP + LP
FINEM/FINAME - BNDES	119	113	106	-	390	609	728
Banco MUFG	3	-	-	-	-	-	3
Debêntures	3.348	5.409	513	-	30.071	35.993	39.341
Notas Promissórias	8	9	10	-	794	813	821
	3.478	**5.531**	**629**	**-**	**31.255**	**37.415**	**40.893**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2022	2021
FINEM	618.072	
(-) custos de captações	63	
% custos/Valor captação	0,01%	
Debêntures 10ª emissão		1.500.000
(-) custos de captações		31.631
% custos/Valor captação		2,04%
Notas promissórias		500.000
(-) custos de captações		821
% custos/Valor captação		0,16%

Condições restritivas financeiras (*covenants*): Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros. Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2022. As debêntures emitidas pela Companhia também possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de índices financeiros, que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022. As debêntures da 7ª emissão possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e, que também foram atendidas no período informado. As debêntures da 8ª, 9ª e 10ª emissão e as Notas Promissórias não possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco.

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os arrendamentos mercantis enquadrados no escopo do CPC 06 (R2) referentes aos direitos de uso da Companhia foram agrupados de acordo com sua natureza conforme informações abaixo: • Bens vinculados à concessão: contrato com a União referente aos bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Após assinatura do termo aditivo de renovação da concessão os valores passaram a ser reajustados anualmente pelo IPCA. A taxa de desconto nominal determinada para o cálculo do valor presente e remensuração do arrendamento preexistente é de 9,95%. • Imóveis: contratos de locação de áreas, salas comerciais, garagens, edificações e outros. • Veículos: contratos de locação de veículos para atendimento as áreas operacionais. • Equipamentos de informática: equipamentos de informática, eletrônicos e *software*. • Outros: aluguel de plataforma aérea, empilhadeira, container e outros. Os contratos de arrendamento, exceto o contrato de arrendamento dos bens vinculados à concessão, têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2026. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação, em sua maioria pelo IPCA. A taxa incremental de empréstimos utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 7,89% a 8,88%, de acordo com o prazo de cada contrato. A movimentação e saldo dos arrendamentos mercantis estão demonstrados a seguir:

	2022						2021
	Bens vinculados à concessão (a)	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Arrendamento a pagar							
Em 1º de janeiro	**2.497.777**	**14.413**	**11.706**	**513**	**2.541**	**2.526.950**	**2.482.663**
Adições	2.267.276	77	-	-	615	**2.267.968**	**33.736**
Remensuração por atualização monetária	20.164	707	7.267	-	108	**28.246**	**506.225**
Desreconhecimento	-	611	524	-	(178)	**957**	-
Pagamentos	(732.131)	(3.451)	(10.199)	(411)	(1.371)	**(747.563)**	**(495.674)**
Saldo em 31 de dezembro	**4.053.086**	**12.357**	**9.298**	**102**	**1.715**	**4.076.558**	**2.526.950**
Juros a transcorrer							
Em 1º de janeiro	**(418.785)**	**(4.400)**	**(1.837)**	**(12)**	**(225)**	**(425.259)**	**(489.675)**
Adições/(Reversões)	(1.442.352)	(193)	-	-	(55)	**(1.442.600)**	**(5.234)**
Remensuração por atualização monetária	(3.506)	102	(1.035)	-	34	**(4.405)**	**(90.170)**
Desreconhecimento	-	474	27	-	6	**507**	-
Juros transcorridos	192.573	1.147	2.389	9	141	**196.259**	**159.820**
Saldo em 31 de dezembro	**(1.672.070)**	**(2.870)**	**(456)**	**(3)**	**(99)**	**(1.675.498)**	**(425.259)**
Saldo líquido do exercício	**2.381.016**	**9.487**	**8.842**	**99**	**1.616**	**2.401.060**	**2.101.691**

(a) Adições: Reconhecimento do valor da outorga e remensuração do arrendamento preexistente, em decorrência da extensão do prazo contratual a partir da assinatura do 4º termo aditivo da concessão (vide nota 6).
O fluxo de pagamentos futuros dos arrendamentos mercantis é como segue:

	Em até 12 meses	Em até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Bens vinculados à concessão	667.651	1.962.654	1.422.781	4.053.086
Imóveis	3.575	8.782	-	12.357
Veículos	8.338	960	-	9.298
Equipamentos de informática	94	8	-	102
Outros	1.295	420	-	1.715
	680.953	**1.972.824**	**1.422.781**	**4.076.558**

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Operações com instrumentos financeiros: O cálculo do valor justo das aplicações (Caixa e equivalentes de caixa, Caixa restrito e Aplicações financeiras) segue a seguinte metodologia: (i) para o cálculo do valor justo, só são consideradas as aplicações cujas taxas contratadas são diferentes a 100% do CDI e (ii) para o cálculo da taxa de desconto, da mensuração do valor justo, é considerada a última taxa de aplicação contratada pela instituição financeira, onde a aplicação está custodiada. O cálculo do valor justo do Contas a receber de clientes utiliza a seguinte técnica de avaliação: (i) para as operações de curto prazo estima-se que o valor justo é substancialmente similar ao seu valor contábil e (ii) para as operações com prazo de recebimento superior a 360 dias é feito o cálculo descontando a inflação e taxa de juros do período. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, o cálculo segue a seguinte metodologia: para operações que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública e, para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de clientes	657.553	481.301	670.397	673.816
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	218.832	220.832	409.687	410.035

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que: (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva. Classificação dos instrumentos financeiros: A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia e sua respectiva classificação.

	2022				2021			
	Custo amortizado	VJR	VJR/ operações usadas para hedge	Total	Custo amortizado	VJR	VJR/ operações usadas para hedge	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	866.856	-	866.856	-	1.836.612	-	1.836.612
Caixa restrito	-	1.081	-	1.081	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	685.338	-	-	685.338	709.692	-	-	709.692
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF	-	-	130.461	130.461	-	-	146.080	146.080
Total	**685.338**	**867.937**	**130.461**	**1.683.736**	**709.692**	**1.836.612**	**146.080**	**2.692.384**
Passivos								
Fornecedores	621.062	-	-	621.062	526.974	-	-	526.974
Empréstimos e financiamentos em R$	921.812	-	-	921.812	389.815	-	-	389.815
Empréstimos e financiamentos em USD	-	-	218.831	218.831	-	-	409.687	409.687
Debêntures	1.842.558	-	814.745	2.657.303	2.209.136	-	849.296	3.058.432
Notas promissórias	578.989	-	-	578.989	508.652	-	-	508.652
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – *swap*/NDF	-	-	160.351	160.351	-	-	85.324	85.324
Total	**3.964.421**	**-**	**1.193.927**	**5.158.348**	**3.634.577**	**-**	**1.344.307**	**4.978.884**

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e índices de inflação. A política contábil para registro das operações com instrumentos financeiros derivativos está descrita na nota explicativa 4.3 (v) destas demonstrações. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2022 apresentavam saldo líquido a pagar no valor de R$29.889 (saldo líquido a receber de R$60.756 em 31 de dezembro 2021), tiveram suas variações contabilizadas no resultado. A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*. A efetividade é mensurada a partir de testes de eficácia prospectiva, avaliada pelo método estatístico de redução da volatilidade. O *hedge* é considerado eficaz quando o quociente de eficácia do teste prospectivo resultar em valor igual ou maior que 80%. A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

	Objeto de Hedge de valor justo	
	2022	2021
Dívida	1.122.509	1.256.516
Ajuste de *hedge* de valor justo	(88.933)	2.467

	Impacto no resultado financeiro	
	2022	2021
Receita financeira		
Ajuste de *hedge* de valor justo	92.082	12.479
Despesa financeira		
Ajuste de hedge de valor justo	(682)	(12.250)
Resultado financeiro líquido (a)	**91.400**	**229**

(a) Para todos os contratos junto ao banco MUFG foram contratadas operações de *hedge accounting*, ocasionando no equilíbrio do resultado financeiro líquido. Para as 2ª e 3ª séries da 10ª emissão de debêntures, também há operações de *hedge accounting*.

Derivativo designado para Hedge de Valor Justo	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
Tipo de contrato	2022	2021	2022	2021
Contratos de *swap* (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	68.667	137.333	87.822	191.452
Posição passiva				
Real CDI	68.667	137.333	(70.040)	(139.707)
			17.782	51.745
Contratos de *swap* (Iene fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Iene Fixo	150.000	200.000	133.010	218.583
Posição passiva				
Real CDI	150.000	200.000	(165.583)	(216.210)
			(32.573)	2.373
Contratos de *swap* (IPCA para real CDI)				
Posição ativa				
IPCA	800.000	800.000	822.059	855.243
Posição passiva				
Real CDI	800.000	800.000	(892.647)	(881.798)
			(70.588)	(26.555)
Total dos contratos de *swap*			**(85.379)**	**27.563**
Provisão de IR sobre ganhos *swap*			(2.667)	(8.177)
Total dos contratos de *swap* líquidos de IR			**(88.046)**	**19.386**
Classificados				
No ativo circulante			15.114	14.561
No ativo não circulante			15.934	59.467
No passivo circulante			(116.534)	(54.642)
No passivo não circulante			(2.560)	-
			(88.046)	**19.386**

Derivativos não designados	Valor de referência (nocional)		Valor justo	
Tipo de contrato	2022	2021	2022	2021
Contratos de *hedge*				
Posição ativa				
IPCA (IPCA para CDI)	367.150	367.150	445.810	422.238
Posição passiva				
CDI (IPCA para CDI)	367.150	367.150	(377.390)	(373.567)
Total dos contratos de *hedge*			**68.420**	**48.671**
Provisão de IR sobre ganhos *swap*			(10.263)	(7.301)
Total dos contratos de *swap* líquidos de IR			**58.157**	**41.370**
Classificados				
No ativo não circulante			99.413	72.052
No passivo circulante			(41.256)	(30.682)
			58.157	**41.370**

A Companhia conta com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, iene ou IPCA, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial, ou cupom do IPCA correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo (*swap* cambial) é convertido pela taxa de câmbio atual, caso o fluxo seja em moeda estrangeira. Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

Descrição	2022			2021		
	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos
Posição ativa						
Moeda estrangeira	218.667	220.832		337.333	410.035	
IPCA	1.167.150	1.267.869	Até ago/36	1.167.150	1.277.481	Até ago/36
Posição passiva						
Taxas (pós)	1.385.817	1.505.660		1.504.483	1.611.282	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado	Valor Justo 2022 (R$)		Resultado Bruto (R$)
						Ativa	Passiva	Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Banco MUFG	Iene+ 1,58%	CDI+2,75%	09/06/2020	09/06/2023	150.000	133.010	165.583	(32.573)
Banco MUFG	USD+ 4,59%	106%,5% do CDI	27/08/2018	23/08/2023	68.667	87.822	70.040	17.782
Banco Itaú	IPCA+4,97%	CDI+1,05%	16/08/2021	15/08/2031	300.000	311.522	326.698	(15.176)
Banco Itaú	IPCA+5,06%	CDI+1,30%	16/08/2021	15/08/2036	500.000	510.537	565.949	(55.412)
Banco Mizuho	IPCA+4,095%	100,64% do CDI	30/04/2019	15/04/2024	100.000	121.424	102.789	18.635
Banco JP Morgan	IPCA+4,095%	100,64% do CDI	30/04/2019	15/04/2024	267.150	324.386	274.601	49.785
Total						**1.488.701**	**1.505.660**	**(16.959)**

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R$12.930, totalizando uma posição líquida de derivativos de R$29.889 (R$ 60.756 em 31 de dezembro de 2021). Instrumentos financeiros não derivativos: A Companhia ao mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, avalia o risco de crédito de suas contrapartes e o seu próprio risco de crédito. **26.1. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros: • Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a pagar de R$29.889 em 31 de dezembro de 2022, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

	2022		2021	
Ativos (Passivos)	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Instrumentos financeiros derivativos ativos	130.461	2	146.080	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(160.350)	2	(85.324)	2
	(29.889)		**60.756**	

26.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia. O comitê financeiro recomenda ações à alta Administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos. Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela Administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*. Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros. **26.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos. As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas. **26.4. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos. **(a) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição. A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, TLP e IPCA. Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade. Essa análise pressupõe cenários razoavelmente possíveis, onde foi considerada a valorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. No cenário I as taxas são aumentadas em 25% e no cenário II em 50% em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de 2022, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2022, além da TJLP e TLP na mesma data. Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2022, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda próxima a 5,9% (em 2021 a perda foi próxima de 4,2%) de aumento da posição passiva líquida, aproximadamente, R$230.600 (R$99.485 em 31 de dezembro de 2021), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

	2022			
	R$ milhões		25% maior	50%maior
	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	13,65%	13,65%	17,06%	20,48%
TJLP	6,80%	6,80%	8,50%	10,20%
TLP	6,00%	6,00%	7,50%	9,00%
IPCA	5,62%	6,61%	8,26%	9,92%
Passivo	**4.378,9**	**4.886,4**	**5.020,3**	**5.175,7**
Dívida em TJLP	604,4	645,5	662,8	701,6
Dívida em TLP	266,5	282,5	286,5	290,5
Dívida em CDI	3.153,0	3.583,4	3.691,0	3.798,6
Dívida em IPCA	355,0	375,0	380,0	385,0
Ativo	**860,8**	**978,3**	**1.007,6**	**1.037,0**
Aplicações	860,8	978,3	1.007,6	1.037,0
Posição líquida descoberta	3.518,1	3.908,1	4.012,7	4.138,7

Valor contábil

	2022	2021
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	441.061	882.880
Instrumentos de taxa pós fixada		
Ativos financeiros	867.938	1.836.612
Passivos financeiros	3.935.875	3.483.705

(b) Risco de taxa de câmbio: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional. Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano e iene japonês, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com variação negativa de 6,50% e valorização de 18,36%, respectivamente (+7,43% e -3,89% positivas em 31 de dezembro de 2021, respectivamente).

	2022	2021
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	1.137	65.619
Adiantamento a fornecedores	44.483	5.655
Instrumentos financeiros de *swap/NDF*	220.832	410.035
	266.452	**481.309**
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(162.268)	(92.295)
Empréstimos e financiamentos	(218.832)	(409.687)
	(381.100)	**(501.982)**
Exposição líquida	**(114.648)**	**(20.673)**

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito do derivativo mais evidente. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2022 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia, considerando cenários razoavelmente possíveis. O primeiro passo foi à identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que se resumiu à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2022 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, o provável, o II com deterioração de 25% e, o III, com deterioração de 50%, na variável de risco. Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2022 - divulgada no último Relatório Focus - Bacen. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco. A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2022.

Risco de apreciação do Dólar –2022

R$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta ativa de *swap*	1,989	55,705	111,411
Dívida em US$	(1,987)	(55,655)	(111,309)
Risco líquido da operação no aumento US$	**0,002**	**0,050**	**0,102**

	Exposição (R$ milhões)	Exposição provável (R$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta ativa de *swap*	87,8	88,4	5,22	5,25	6,56	7,88
Dívida em Dólar	(87,8)	(88,3)	5,22	5,25	6,56	7,88

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

R$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta ativa de *swap*	1,445	33,614	67,228
Dívida em Iene	(1,444)	(33,576)	(67,153)
Risco líquido da operação no aumento Y$	**0,001**	**0,038**	**0,075**

	Exposição (R$ milhões)	Exposição provável (R$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta ativa de *swap*	133,0	134,5	0,0396	0,040	0,050	0,060
Dívida em Iene	(132,9)	(134,3)	0,0400	0,040	0,050	0,060

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Iene. **(c) Risco de crédito:** Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia não possui garantias tomadas em relação ao contas a receber.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	866.856	1.836.612
Caixa restrito	1.081	-
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	685.338	709.692
Instrumentos financeiros derivativos – *swap/NDF*	(29.890)	60.756
Total	**1.523.385**	**2.607.060**

Contas a receber: A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (nota explicativa 11), representando, em 31 de dezembro de 2022, 87,5% do contas a receber total (89,9% em 31 de dezembro de 2021). Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas "cativas" e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços. Para os clientes com transporte de cargas não "cativas", a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar a suspensão temporária da prestação do serviço. *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:* A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2022, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R$866.856 (R$1.836.612 em 31 de dezembro de 2021), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	2022
AAA+	707.467
AA+	94.389
A ou A+	65.000
Total	**866.856**

(d) Risco de liquidez: A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiada por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Fluxo de Caixa não Descontado – 2022				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (R$)	167.349	824.646	387.094	1.527.888	2.464.096
Partes relacionadas	132.986	96.662	22.153	12.822	
Fornecedores	440.574	1.872	1.523		
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para *hedge (USD)*	(105.943)	7.397	26.416	(68.371)	110.610

	Fluxo de Caixa não Descontado – 2021				
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias(R$)	577.424	387.547	779.015	1.057.448	2.927.748
Partes relacionadas	51.282	60.689	119.652	12.822	12.822
Fornecedores	386.499		31.334		
Passivos financeiros derivativos					
Swaps utilizados para *hedge (USD)*	(39.845)	(15.440)	(17.654)	(108.368)	168.817

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados nas notas explicativas 11 e 18.1. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia. *Gestão do capital:* A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado visando o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
Total do passivo	9.017.819	8.587.269
(-) Caixa e equivalente de caixa	866.856	1.836.612
(-) Caixa restrito	1.081	-
Obrigações líquidas	8.149.882	6.750.657
Total do patrimônio líquido	5.513.634	4.847.467
Relação das obrigações líquidas sobre o capital	**1,478**	**1,393**

27. DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	874.176	699.584
Apropriação para reserva legal	(43.709)	(34.979)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos	**830.467**	**664.605**
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	207.617	166.151
Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores	159	196
Total dos dividendos a pagar	**207.776**	**166.347**

Em 13 de dezembro de 2022 foram pagos R$166.138 de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2021 (R$102.167 em 17 de dezembro de 2021, referente ao exercício de 2020).

28. CONCESSÃO A PAGAR

	2022	2021
Concessão a pagar	-	8.372
Circulante	-	5.614
Não circulante	-	2.758

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de concessão a pagar referia-se ao reconhecimento das obrigações incorridas até aquela data. As obrigações do passivo circulante eram registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante referia-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e estava sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente. Em julho de 2022, após assinatura do 4º termo aditivo que prorrogou o prazo da concessão, as parcelas vincendas da concessão foram mensuradas a valor presente, conforme mencionado nas notas 6 e 25, e o valor de R$102.154 foi registrado como arrendamento de direito de uso dos bens vinculados a concessão. Com essa mensuração o saldo até então registrado na rubrica de concessão a pagar foi reclassificado para o passivo de arrendamento contra o ativo de direito de uso.

29. PROVISÕES

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2022	2021
Provisões para contingências	29.1	691.346	669.695
Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente	29.2	40.873	51.833
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		18.229	17.802
Provisões para benefícios pós emprego	29.3	8.250	7.043
Outras provisões		16.711	15.787
		775.409	**762.160**
Circulante		22.674	21.043
Não circulante		752.735	741.117

29.1 Provisões para contingências: As provisões para contingências passivas, classificadas com risco de perda provável, estão registradas no passivo não circulante e compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2020	**358.912**	**75.408**	**161.270**	**1.736**	**597.326**
Adições	37.253	28.435	2.546	166	68.400
Atualizações	57.476	18.037	(248)	(753)	74.512
Baixas por reversões ou pagamentos	(40.110)	(13.757)	(15.817)	(859)	(70.543)
Em 31 de dezembro de 2021	**413.531**	**108.123**	**147.751**	**290**	**669.695**
Adições	54.941	21.660	4.959	1.455	83.015
Atualizações	33.089	(17.377)	14.537	60	30.309
Baixas por reversões ou pagamentos	(54.886)	(34.032)	(2.755)	-	(91.673)
Em 31 de dezembro de 2022	**446.675**	**78.374**	**164.492**	**1.805**	**691.346**

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda se encontram pendentes, o impacto futuro esperado em caixa está composto como segue:

		Quantidade de ações(*)	Valor envolvido	Provisão	Depósitos	Valor líquido
Trabalhistas	(a)	1.706	814.586	446.675	(37.740)	408.935
Cíveis	(b)	1.074	469.555	78.374	(18.003)	60.371
Fiscais	(c)	165	721.032	164.492	(77.176)	87.316
Ambientais	(d)	117	66.852	1.805	(982)	823
Outras	(e)	7	-	-	-	-
		3.069	**2.072.025**	**691.346**	**(133.901)**	**557.445**

(*) Referem-se aos processos classificados com prognóstico de perda possível e provável. **(a) Trabalhistas:** As ações trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total das causas trabalhistas, classificadas com prognóstico de perda possível ou provável, era de R$814.586 (R$810.529 em 31 de dezembro de 2021). As causas com prognóstico de perda provável versam no montante de R$629.632. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R$446.675 para 994 processos (R$413.531 em 31 de dezembro de 2021 para 906 processos), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações. A adição no valor de R$54.941 deve-se, principalmente, a mudanças de prognóstico, resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas. Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R$54.886 e referem-se a pagamentos de execução, pagamentos por celebração de acordos e mudanças de prognóstico. Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R$184.954 para 712 processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão. **(b) Cíveis:** Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.074 ações, em que figura como ré em 1.008 e como autora/confrontante/interessada em 66. As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários, legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, contratos de concessão e arrendamento, manutenção no plano de saúde e índice de reajuste de mensalidade de plano de saúde após desligamento de funcionários da Companhia, equiparação do plano de previdência privada ao plano da RFFSA e ações civis públicas. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2022, era de R$449.083 (R$470.728 em 31 de dezembro de 2021). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R$78.373, (R$108.122 em 31 de dezembro de 2021), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável. As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2022, era de R$20.472. Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui provisão de R$1,5 para esses processos (R$0,05 em 31 de dezembro de 2021). Foram adicionadas novas provisões no valor de R$21.660 decorrente, principalmente, de novas decisões condenatórias e de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado, proferidas durante o período. Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R$34.032, decorrentes dos pagamentos de execuções. A Companhia é parte em 891 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R$361.575 em 31 de dezembro de 2022 (R$353.589 em 31 de dezembro de 2021) e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários. A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R$750 por terceiro reclamante. **(c) Fiscais:** A Companhia é parte em 165 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, sendo 27 ações de recuperação de tributos e 138 ações com risco possível ou provável de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido para as 138 ações era de R$721.032 (R$709.532 em 31 de dezembro de 2021). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R$164.492 (R$147.751 em 31 de dezembro de 2021), referente a 11 processos considerando a perspectiva de perda provável. A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável está composta conforme a seguir: • ICMS – os valores de R$79.858 e R$40.244 referem-se a processos em que se discute o aproveitamento de créditos de ICMS, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, pela aquisição de bens classificados pela Companhia como insumos ou integrantes do ativo permanente, glosados pela fiscalização estadual; • Execução fiscal para cobrança de débitos de IRPJ no valor de R$804 extintos por compensação; • Ação anulatória de débitos incluídos de ofício pela autoridade fiscal no REFIS da Crise instituído pela Lei nº 11.941/09, na modalidade de "Parcelamento de saldos remanescentes dos programas REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários", no valor de R$1.895; • Mandado de Segurança PIS COFINS Receitas Financeiras, transitado em julgado em 2021 com decisão desfavorável, nos termos do Tema 939 STF. Aguarda-se conversão dos depósitos judiciais em pagamento definitivo da União Federal, no valor de R$34.350. • Ação anulatória de débitos de PIS/COFINS compensados com IRRF R$ 7.341. A Companhia tem 127 processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R$ 556.540 (R$561.781 em31 de dezembro de 2021) refere-se a ações que versam, em sua maioria, sobre: • Autos de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS sobre arrendamento, tráfego mútuo e direito de passagem no valor de R$162.532; • Auto de infração para glosa de créditos de PIS e COFINS subvenção no valor de R$17.780; • IPTU imunidade recíproca. R$77.462, referem-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança indevida de IPTU sobre imóveis operacionais, objeto do contrato de concessão, cedidos à Companhia pela União Federal para prestação do serviço de transporte; • PIS e COFINS tráfego mútuo: R$18.112, referem-se à exigência do PIS e da COFINS sobre o ingresso de valores a título de tráfego mútuo no caixa da Companhia e, ato contínuo, transferidos a terceiros (receita de outra concessionária); • Não homologação de compensações e desconsideração de pagamentos de diversos tributos: R$32.165; • Autuação ICMS RJ por suposta ausência de escrituração do Livro CIAP: R$16.884. **(d) Ambientais:** A Companhia é parte em 14 processos judiciais e 103 processos administrativos cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R$66.852 (R$54.965 em 31 de dezembro de 2021). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado o valor de R$1.805 referente a 3 processos considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações, permanecendo os demais como perda 'possível'. **(e) Outras:** A Companhia tem 7 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados e vigentes, sendo 3 decorrentes de matéria trabalhista e 4 de matéria cível. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional; (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91, e (iii) garantir acesso e manutenção do emprego com relação aos empregados que ajuizaram ações trabalhistas contra a empresa. Na área cível, existem 4 TACs: (i) no município de Guarujá, versando sobre melhorias da sinalização de segurança, regularização de área da faixa de domínio e disponibilização de caçamba para resíduos;(ii) no município de Santo André, para reformas de imóveis dentro do pátio ferroviário de Paranapiacaba; (iii) no município de Congonhas, para a construção de 1 viaduto e 2 passarelas no Bairro do Pires; (iv) no município de Resende, para reforma do galpão da Estação Ferroviária de Engenheiro Passos. **29.1 Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente:** O valor de R$40.873 em 31 de dezembro de 2022 registrado no passivo não circulante é referente a provisão de processos em curso junto ao Poder Concedente, decorrentes do resultado do diagnóstico de saneamento e regularização dos imóveis patrimoniais. **29.2 Provisões para benefícios pós emprego:** Plano de previdência complementar: A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais. O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R$7.306 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$6.415 em 2021), as quais foram registradas como despesa do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam passivos em nome da Companhia decorrentes do plano de previdência complementar. Plano de assistência médica: A Companhia oferta para seus empregados, um plano de assistência médica administrado pela Operadora Bradesco Saúde. O custeio do plano é na modalidade de preço pós-estabelecido, com rateio parcial das despesas, mediante o recolhimento de uma contribuição mensal dos beneficiários. Como há a participação do empregado no custeio do plano, a extensão desse benefício está garantida ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa ou aposentado, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9656/1998, regulamentados pela Resolução Normativa nº 488/2022 da ANS, que revogou a Resolução Normativa nº 279/2011. A Companhia paga à Operadora a diferença entre as despesas com a utilização do plano, acrescida da taxa de administração. A Companhia também oferece a seus empregados e ex-empregados planos de saúde administrados pela Operadora Unimed Juiz de Fora. Nesse caso, são ofertados dois planos distintos, sendo um deles, em preço pós-estabelecido, destinado aos empregados ativos e o outro, em preço pré-estabelecido, destinado exclusivamente para ex-empregados. Por força dos dispositivos da Resolução Normativa nº 488/2022, no cálculo do reajuste a ser aplicado às mensalidades do plano dos ex-empregados, a Unimed Juiz de Fora deve avaliar conjuntamente toda a sua carteira de planos exclusivos para ex-empregados. Contudo, sempre que o reajuste anual proposto pela Unimed Juiz de Fora para o plano exclusivo dos ex-empregados superar o valor percentual proposto pela Bradesco Saúde para as contribuições do ex-empregado, a MRS repassará aos beneficiários vinculados à Unimed Juiz de Fora o mesmo valor de reajuste atribuído aos beneficiários vinculados à Bradesco Saúde e assumirá o pagamento da diferença do plano de saúde da Unimed. Em virtude dessa medida, a Companhia assume o compromisso de custear parcialmente a assistência médica dos ex-colaboradores vinculados à Unimed Juiz de Fora e de seus respectivos dependentes. Em 31 de dezembro de 2022, o plano contava com 17.082 vidas na Bradesco Saúde e 711 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17. 793 vidas. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração dos Resultados Abrangentes, conforme determina o Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Seguradora Bradesco Saúde e Unimed totalizaram R$54.493 em 31 de dezembro de 2022 (R$42.133 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R$8.250 (R$7.043 em 2021), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante. a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2022	2021
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	7.043	4.934
Despesa reconhecida no exercício	986	484
Ganho nas obrigações	221	(1.236)
Emendas no plano – custo do serviço passado	-	2.861
Passivo atuarial em 31 de dezembro	**8.250**	**7.043**

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2022	2021
Passivo atuarial no início do exercício	7.043	4.934
Custo do serviço corrente	342	92
Juros sobre a obrigação atuarial	643	392
Benefício pago diretamente ao plano	(385)	(359)
(Ganho)/Perda - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	607	(877)
Emendas no plano – custo do serviço passado	-	2.861
Passivo atuarial em 31 de dezembro	**8.250**	**7.043**

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2023
Custo do serviço corrente	299
Juros sobre as obrigações atuariais	810
Total da despesa a ser reconhecida	**1.109**

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para Seguradora Bradesco Saúde:

Taxa de desconto	5,9704% a.a.
Inflação de longo prazo	3,85% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	0,99% a.a
Fator de envelhecimento	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic segregada por sexo

e. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial para Operadora de Saúde Unimed:

Taxa de desconto	5,9704% a.a.
Inflação de longo prazo	3,85% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	0,99% a.a
Fator de envelhecimento[1]	De 0-18 anos:R$ 100,54 De 19-23 anos:R$ 110,61 De 24-28 anos:R$ 127,21 De 29-33 anos:R$ 146,28 De 34-38 anos:R$ 168,22 De 39-43 anos:R$ 201,89 De 44-48 anos:R$ 246,28 De 49-53 anos:R$ 307,84 De 54-58 anos: R$ 400,22 De 59 anos acima:R$602,34
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic segregada por sexo

[1]Custo per capita crescente por faixa etária. Seguro de vida: Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Generalli Companhia de Seguros. Em 2022, a Companhia contribuiu com R$1.060 (R$900 em 2021) com seguro de vida de seus funcionários.

30. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		2022	2021
Obrigação contratual com partes relacionadas	11	38.466	147.482
Combustível consignado		13.964	10.027
Outras obrigações a pagar		2.852	4.103
		55.282	**161.612**
Circulante		28.500	25.437
Não circulante		26.782	136.175

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) *Capital subscrito e integralizado:* Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 26 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social no valor de R$1.809.492, utilizando o saldo das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores. Com esse aumento, o capital subscrito e integralizado, passou para o montante de R$3.961.031, o qual está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B". De acordo com o Estatuto Social da Companhia de 2022, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$5.000.000. De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite. Em 31 de dezembro de 2022, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias Nº de ações	%	Ações Preferenciais Nº de ações	%	Capital Total Nº de ações	%
Mineradões Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	-	4.460.128	1,31%
Railvest Investments	14.747.620	7,83%	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,28%	7.211.278	2,13%
	188.332.687	**100,00%**	**151.667.313**	**100,00%**	**340.000.000**	**100,00%**

(b) *Direito das ações:* Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia. As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social. Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social. **(c) *Reserva de lucros – reserva legal:*** Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, após constituição de R$43.709 sobre o lucro acumulado do exercício, o saldo da Reserva Legal é de R$420.735 (R$377.026 em 31 de dezembro de 2021). **(d) *Reserva de lucros – reserva para investimentos:*** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social no valor de R$1.809.492, utilizando o saldo das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores e a retenção dos lucros remanescentes para expansão no valor de R$498.454. Em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia propôs a retenção dos lucros acumulados do ano de 2022 no valor de R$622.850, visando o suprimento dos recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital na Companhia. Após a retenção, o saldo da reserva de investimentos é de R$1.121.304 (R$498.454 em 31 de dezembro de 2021). **(e) *Dividendo adicional:*** Não houve declaração de valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **(f) *Ajustes de avaliação patrimonial:*** O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
31 de dezembro de 2021	**12.616**	**(1.660)**	**10.956**
Ganhos	(607)	215	(392)
31 de dezembro de 2022	**12.009**	**(1.445)**	**10.564**

32. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2022	2021
Numerador		
Lucro líquido do período	874.176	699.584
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro básico)	166.834	166.834
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas (Lucro diluído)	90.284	90.284
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Denominador para lucros diluídos por ação	348.208	348.208
Lucro básico diluído por ação ordinária	2,461	1,970
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico/diluído por ação preferencial – A	2,707	2,167
Lucro básico/diluído por ação preferencial - B	2,707	2,167

A Companhia não detém ações em circulação com potencial de diluição ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do cálculo do lucro por ação.

33. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	2022	2021
Receita bruta de serviços	6.029.362	4.788.858
Impostos sobre vendas	(437.244)	(361.473)
Receita líquida de serviços	**5.592.118**	**4.427.385**

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas.
Os contratos de prestação de serviços com os clientes estabelecem os preços e as previsões de toneladas a serem transportadas durante o período de vigência. A receita é reconhecida conforme mencionado na nota explicativa 4.17.

34. DESPESAS POR NATUREZA

		2022	2021
Depreciação e amortização		(1.054.641)	(1.056.749)
Mão de obra e encargos sociais		(825.759)	(699.663)
Combustíveis/lubrificantes	(a)	(1.103.155)	(739.614)
Serviços de terceiros		(362.318)	(330.794)
Insumos/outros materiais		(242.303)	(227.553)
Partilhas de fretes		(157.939)	(100.279)
Crédito presumido ICMS MG		111.600	83.564
Custos acessórios de transporte		(51.636)	(34.952)
Custo da concessão	(b)	(16.184)	(25.178)
Despesas com seguro		(16.698)	(13.989)
Custos com acidentes	(c)	(28.524)	(9.371)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais		(7.154)	(6.688)
Honorários da administração		(4.112)	(4.142)
Provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa		343	(1.460)
Outros		(73.707)	(58.806)
		(3.832.187)	**(3.225.674)**
Custo dos serviços prestados		(3.475.295)	(2.911.307)
Despesas com vendas		(15.417)	(16.061)
Despesas gerais e administrativas		(341.475)	(298.306)
		(3.832.187)	**(3.225.674)**

(a) O aumento no custo de combustíveis/lubrificantes em 2022 quando comparado a 2021, refere-se ao acréscimo do preço médio do combustível em função de pressão inflacionária e das oscilações do mercado de *commodities* globais. (b) Conforme descrito na nota 28, após a assinatura do quarto termo aditivo, os custos da concessão foram reclassificados para direito de uso. O custo da concessão reconhecido em 2022 refere-se ao período de 7 meses (período anterior a assinatura do termo aditivo). (c) Aumento decorrente dos recursos destinados aos atendimentos emergenciais relacionadas as chuvas intensas do primeiro trimestre de 2022 no estado de MG.

35. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

		2022	2021
Outras receitas operacionais			
Receita crédito tributário PIS/COFINS	(a)	-	182.468
Receitas de indenização	(b)	108.896	44.397
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		53.810	57.098
Receitas alternativas		27.656	24.492
Multas contratuais		79.724	145.753
Reversões para contingências		8.659	4.648
Receita na venda de imobilizado		449	2.588
Seguros		8.006	6.608
Outros créditos		24.877	32.274
		312.077	**500.326**

MRS Logística S.A.
CNPJ/MF 01.417.222/0001-77 - NIRE 33.300.163.565
Sociedade Anônima de Capital Aberto
Registro CVM 01794-9

		2022	2021
Outras despesas operacionais			
Perda tributos		(58.535)	(38.599)
Valor residual do ativo imobilizado/intangível baixado	18	(30.258)	(31.602)
Execuções por perdas processuais		(47.699)	(33.226)
Custo das receitas alternativas		(7.021)	(15.892)
Demais despesas tributárias		(12.606)	(17.101)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(27.791)	(32.815)
Provisão para perdas de ativos não circulantes		(293)	(72.640)
Convênio com municípios		(8.372)	(5.539)
Indenização ao poder concedente		(39.625)	(6.543)
Doações		(593)	(1.536)
Baixa de projetos de investimento		(4.929)	(9.943)
Despesas com patrocínios (incentivos fiscais)		(11.194)	(11.646)
Outras despesas		(32.854)	(15.806)
		(281.770)	**(292.888)**
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		**30.307**	**207.438**

a) Valor principal do reconhecimento da receita de crédito tributário de PIS e COFINS (vide nota 14, letra a). b) O aumento na rubrica receitas de indenização deve-se ao reconhecimento da receita do valor principal decorrente do aditivo contratual da Vale. O valor a receber em janeiro de 2023 referente ao ano de 2022 (R$106.091) é maior que o valor recebido em janeiro de 2022 referente ao ano de 2021 (R$44.397), (vide nota 11, letra a).

36. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

		2022	2021
Receitas financeiras			
Juros crédito tributário PIS/COFINS	(a)	18.100	155.504
Variação cambial e monetária		201.787	126.056
Ajuste a valor presente de contas a receber e subarrendamento		36.072	37.527
Rendimentos s/ aplicações financeiras		154.795	67.820
Ajuste de marcação a mercado - *hedge accounting*		91.400	229
Juros		624	862
Outras receitas financeiras		2.866	1.422
		505.644	**389.420**
Despesas financeiras			
Instrumentos financeiros derivativos – *swap*		(180.747)	(59.054)
Variação cambial e monetária		(315.594)	(295.453)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(196.259)	(159.820)
Juros		(324.123)	(218.171)
Outras despesas financeiras		(50.198)	(20.170)
		(1.066.921)	**(752.668)**
Resultado financeiro líquido		**(561.277)**	**(363.248)**

(a) Juros decorrentes do reconhecimento da receita do crédito tributário PIS e COFINS (vide nota 14, letra a).

37. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

		2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.228.961**	**1.045.901**
Alíquota nominal		34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:		**417.847**	**355.606**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		**(63.061)**	**(9.289)**
Ajustes IR/CS exclusão Pis e Cofins base de cálculo ICMS	(a)	(60.024)	-
Incentivos fiscais		(19.152)	(18.448)
Ajuste de estoque		5.947	(253)
Despesa com projeto empresa cidadã		-	398
Despesas com doações		614	254
Baixas de projetos de investimento		1.676	3.381
Baixa de títulos indedutíveis		1.340	16
Ajustes IR/CS diferidos IFRS		(382)	-
Outros		6.920	5.363
IRPJ/CSLL no resultado do período		**354.786**	**346.317**
Corrente		373.914	357.400
Diferido		(19.129)	(11.083)
IRPJ/CSLL no resultado do período		**354.785**	**346.317**
Alíquota fiscal efetiva total		28,87%	33,11%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes		30,43%	34,17%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos		(1,56%)	(1,06%)

(a) Vide nota 14, letra a).

38. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

38.1 Venda de imobilizado: Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	2022	2021
Valor contábil líquido	293	993
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	156	1.595
Valores recebidos na alienação de imobilizado	**449**	**2.588**

38.2 Efeito nas atividades de investimento:

	2022	2021
Pagamento de investimentos de anos anteriores	(174.423)	(173.166)
Aquisição no período de imobilizado a prazo	333.809	292.629
Efeito nas atividades de investimento	**159.386**	**119.463**

38.3 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento:

	2022					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2021	**1.306.274**	**3.015.124**	**2.101.691**	**6.423.089**	**(60.756)**	**6.362.333**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**349.273**	**(644.493)**	**(747.563)**	**(1.042.783)**	**(87.553)**	**(1.130.336)**
Novas captações	618.072	-	-	618.072	-	618.072
Pagamentos do principal	(220.807)	(421.415)	(551.304)	(1.193.526)	(87.553)	(1.281.079)
Pagamento de juros	(47.966)	(222.895)	(196.259)	(467.120)	-	(467.120)
Custo da transação	(26)	(183)	-	(208)	-	(208)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**62.533**	**247.331**	**1.046.932**	**1.356.796**	**178.198**	**1.534.994**
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	826.832	826.832	-	826.832
Amortizações	353	4.149	-	4.502	-	4.502
Variação cambial	62.180	243.182	220.100	525.462	178.198	703.660
Empréstimos e financiamentos 31/12/2022	**1.718.080**	**2.617.962**	**2.401.060**	**6.737.102**	**29.889**	**6.766.991**

Os pagamentos relacionados a fornecedores de investimento são apresentados no fluxo de caixa como atividades de financiamento. Em 2022, foi efetuado o pagamento de R$174.423 (R$173.166 em 2021) referente a investimentos de anos anteriores.

	2021					
	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2020	**1.211.730**	**1.776.278**	**1.992.988**	**4.980.996**	**(133.111)**	**4.847.885**
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**30.224**	**984.589**	**(495.674)**	**519.139**	**24.767**	**543.906**
Novas captações	561.930	1.500.000	-	2.061.930	-	2.061.930
Pagamentos do principal	(470.667)	(397.742)	(335.854)	(1.204.263)	24.767	(1.179.496)
Pagamento de juros	(60.234)	(86.038)	(159.820)	(306.092)	-	(306.092)
Custo da transação	(805)	(31.631)	-	(32.436)	-	(32.436)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**64.320**	**254.257**	**604.377**	**922.954**	**47.588**	**970.542**
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	444.557	444.557	-	444.557
Amortizações	420	6.542	-	6.962	-	6.962
Variação cambial	63.900	247.715	159.820	471.435	47.588	519.023
Empréstimos e financiamentos 31/12/2021	**1.306.274**	**3.015.124**	**2.101.691**	**6.423.089**	**(60.756)**	**6.362.333**

39. SEGUROS

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	31 de março de 2024	332.000	7.500
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de agosto de 2024	62.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2023	70.000	200
Seguro-garantia contrato de concessão	Cumprimento das obrigações com ANTT	17 de junho de 2025	1.268.047	N/A

Observações: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de março de 2023, o Conselho aprovou a proposta da administração da Companhia de reter 75% dos lucros acumulados de 2022, após constituição da Reserva Legal, em reserva de investimentos no valor de R$622.850, visando o suprimento dos recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital na Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente

Conselheiros

Viktor Nigri Moszkowicz · **Enéas Garcia Diniz** · **Marcelo Cunha Ribeiro**
Alejandro Daniel Laiño · **Marcelo Leite Barros** · **Wendel Gomes da Silva**
Carlos Hector Rezzonico · **Sonia Zagury** · **William Ignácio Dias**

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial, Operações, Finanças e Desenvolvimento, Relações com Investidores e Recursos Humanos

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Projetos e Obras

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio · Henrique Rocha Martins · Luiz Gustavo Bambini de Assis
Raphael Steiman · Ane Menezes Castro Matheus

Silvana Conceição Oliveira dos Santos
Controller

Luciana Manganelli Lopes Viggiano
Contadora CRC/MG 070946/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da MRS Logística S.A. - *Rio de Janeiro - RJ*

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Outras Receitas – Contratos de Take or Pay

Veja as Notas 4.17, 11 e 35 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A receita líquida de serviços a MRS refere-se principalmente ao serviço de transporte de cargas celebrados em contratos de longo prazo com os clientes. Tais contratos incluem cláusulas de volumes mínimos a serem transportados (cláusulas denominadas de "take or pay").
Anualmente, a companhia avalia se os volumes mínimos foram atingidos, cumprindo assim as obrigações de desempenho. As multas contratuais geradas das cláusulas de "take or pay" são mensuradas com base em uma estrutura tarifária que contém componentes variáveis calculados sobre os principais itens que compõem o custo e condições de cumprimento de volume anual de carga transportada com seus principais clientes, e são reconhecidas dentro de Outras Receitas Operacionais.
Em função da relevância da receita para as demonstrações financeiras como um todo e dos processos que suportam o cálculo nas mensurações variáveis, que pode variar de acordo com a carga mínima transportada anualmente, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

– Os nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:
• Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento de receita.
• Confrontamos a memória definida entre as partes nos contratos com as cláusulas de "take or pay", que estão relacionadas ao cálculo das receitas variáveis e multas contratuais com o registro contábil.
• Recálculo dos valores variáveis e das multas registradas contabilmente, comparando com as condições contratuais estabelecidas.
• Obtenção de evidência das comunicações da Companhia junto aos seus clientes, sobre os valores contabilizados referente as receitas variáveis, e obtivemos confirmação externa dos principais clientes, evidenciando a concordância e o aceite dos valores reconhecidos naquela data.
• Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo de Outras Receitas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

Reconhecimento dos efeitos contábeis da renovação do contrato de concessão

Veja as Notas 4.15, 5 (f), 6.1, 18.2 e 25 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Em 29 de julho de 2022 a Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da MRS Logística S.A. alterando de forma signicativa o contrato original, que prorrogou por mais 30 anos a concessão do serviço público de transporte ferroviário de carga e estabeleceu novas obrigações regulatórias, mediante compromissos financeiros e projetos de investimento.
Em decorrência desse assunto, a Companhia passou a reconhecer os efeitos contábeis oriundos da renovação do contrato de concessão conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos. Desta forma, o valor presente da outorga adicional, bem como, a remensuração da concessão original foi calculada pela nova taxa de desconto e adicionadas ao passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso correspondente.
Esse tema foi considerado significativo, devido: (i) aos efeitos significativos desse assunto sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) aos julgamentos relacionados às premissas utilizadas na determinação da taxa de desconto aplicada para estimar o valor presente da outorga; (iii) à complexidade e ao julgamento exercido pela Companhia na seleção da política contábil, e (iv) ao grau de habilidade e conhecimento especializado necessário para tratar e avaliar o reconhecimento contábil desse assunto.

Como auditoria endereçou esse assunto

– Os nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:
• Avaliação, com auxílio de profissionais com conhecimento especializado para analisar o reconhecimento contábil desse assunto, (i) da política contábil aplicada pela Companhia para determinação, mensuração e contabilização do aditivo ao contrato, (ii) se a renovação do contrato de concessão está no escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, e se os pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente no contrato renovado devem ser tratados como pagamentos de arrendamento.
• Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação financeira, (i) da razoabilidade e a consistência das premissas utilizadas na determinação da taxa de desconto com o objetivo de avaliar se são condizentes com as práticas e metodologias e fundamentadas em dados históricos e/ou mercado; (ii) da adequação dos cálculos matemáticos do modelo para estimar o valor presente da outorga.
• Avaliação se as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.
Com base nos procedimentos de auditoria descritos e nas evidências obtidas, consideramos aceitável o reconhecimento dos efeitos contábeis da renovação do contrato de concessão, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2022.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2 F-RJ
Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7